

Subsecretaria de Análise
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXII — Nº 001

TERÇA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 1977

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

— Finalidade da presente reunião, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal, para 3^a e 4^a Sessões Legislativas da 8^a Legislatura.

1.2 — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

1.2.1 — Proclamação do Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal

1.2.2 — Pronunciamento do Presidente Magalhães Pinto ao passar a Presidência do Senado Federal

1.2.3 — Pronunciamento do Presidente Petrônio Portella ao assumir a Presidência

1.3 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação da 2^a Reunião Preparatória, destinada à eleição dos demais membros da Mesa, a realizar-se hoje, às 15 horas e 45 minutos.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Fala da Presidência

— Finalidade da presente reunião, destinada à eleição dos Vice-Presidentes, dos Secretários e dos Suplentes de Secretário da Mesa do Senado Federal para o biênio 1977/1978.

2.2 — REQUERIMENTO

Nº 1/77, subscrito pelo Sr. Senador Ruy Santos, solicitando que a eleição para o preenchimento dos cargos de 1^º e 2^º-Vice-Presidentes e 1^º, 2^º, 3^º e 4^º-Secretários, seja feita em um único escrutínio. **Aprovado.**

2.3 — ELEIÇÃO DOS VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS

2.3.1 — Proclamação dos Senadores José Lindoso e Amaral Peixoto, respectivamente, 1^º e 2^º-Vice-Presidentes do Senado Federal; Senadores Mendes Canale, Mauró Benevides, Henrique de La Rocque e Renato Franco, respectivamente, 1^º, 2^º, 3^º e 4^º-Secretários.

2.4 — ELEIÇÃO DOS SUPLENTES DE SECRETÁRIO

2.4.1 — Proclamação dos Senadores Otair Becker, José Esteves, Altevir Leal e Ruy Carneiro, Suplentes de Secretário.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — CONSULTORIA-GERAL

— Parecer nº 1, de 1977.

4 — RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

— Referentes ao mês de dezembro de 1976.

5 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

— Resenha das matérias apreciadas de 1º a 5 de dezembro de 1976.

6 — ATAS DE COMISSÕES

ATA DA 1^ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1977

3^ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E PETRÔNIO PORTELLA

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A presente reunião preparatória destina-se à eleição e posse do Presidente do Senado Federal, que dirigirá os trabalhos da Casa durante a 3^ª e 4^ª Sessões Legislativas da 8^a Legislatura.

Antes, porém, de proceder-se à eleição, a Presidência irá suspender a reunião por alguns minutos, a fim de convidar os Srs. Senadores a comparecerem à solenidade de inauguração da Galeria dos Presidentes do Senado Federal, no período de 1960 a 1976, a realizar-se no Salão Nobre, encerrando as comemorações do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos no Senado.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 14 horas e 35 minutos voltando a ser reaberta às 14 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o disposto no art. 63 do Regimento Interno, a eleição para Presidente do Senado Federal far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

Irei suspender a reunião por alguns minutos, a fim de que os nobres Srs. Senadores possam munir-se das cédulas.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 14 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Vai-se proceder à votação.

O Sr. 2^º-Secretário irá proceder à chamada do Norte para Sul.

À medida em que os Srs. Senadores forem sendo chamados, irão depositando suas cédulas na urna.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está concluída a votação.

Vai-se proceder à contagem das sobrecartas. (Pausa.)

Foram encontradas na urna 56 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado: para Presidente do Senado Federal, Senador Petrônio Portella, 52 votos.

Houve um voto nulo e três em branco.

Tenho a honra de proclamar Presidente do Senado Federal, para a 3^ª e 4^ª Sessões Legislativas, da 8^a Legislatura, o Sr. Senador Petrônio Portella. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto. Pronuncia o seguinte discurso.) — Srs. Senadores:

Dou graças a Deus, caros colegas, por ter a consciência do dever cumprido, nesta hora em que passo ao eminente amigo Senador Petrônio Portella a Presidência da Mesa do Senado da República.

Assumi o honroso cargo com o mesmo espírito de missão que anima a minha vida. Eleito pela desvanecedora confiança cívica de todos os Senadores, empenhei-me no trabalho pelo crescente prestígio das instituições parlamentares.

A responsabilidade política dos eminentes brasileiros que têm assento nesta Casa amparou-me e aos dedicados companheiros da Mesa — aos quais agradeço a superior colaboração — no desempenho de tarefa decisiva em nossa evolução democrática: a existência de um Poder Legislativo em que a Nação se identifique e nele redescubra um dos instrumentos de realização de seus justos anseios.

Se não pouparamos esforços na consecução desse objetivo, também procuramos o bom entendimento com o Executivo e o Judiciário, pois a harmonia entre os Poderes da República atende aos interesses do Estado, da Sociedade e do Cidadão.

O êxito conquistado só se tornou possível porque contamos com o prestígio do Poder Legislativo por parte do eminente Presidente Ernesto Geisel e a constante colaboração dos nobres Senadores da República. Igual colaboração tivemos dos membros do Congresso Nacional, representados pelos Srs. Deputados e a operosa dedicação do funcionalismo da Casa, ao qual dirigimos especial palavra de carinho e de reconhecimento.

Mercê de Deus, na Presidência desta Casa não faltei à fidelidade aos ideais que sempre nortearam a minha vida. Eles iluminaram as incertezas com que invariavelmente nos defrontamos no exercício da ação cívica, afastaram perplexidades inerentes a todo processo evolutivo e, sobretudo, revigoraram a certeza de que a moderação e o equilíbrio são as virtudes mais essenciais ao convívio humano civilizado cujo nome político é democracia.

Ao Senador Petrônio Portella, meu sucessor na Presidência desta alta Câmara, formulo os melhores votos de completo êxito. Não lhe faltam as qualidades reclamadas pela missão em que, mais uma vez, se vai investir. Aberto ao diálogo, flexível quando o espírito de concórdia recomenda a tolerância, sereno quando a energia se impõe na preservação dos valores que nos cabe sustentar e defender, sabendo distinguir entre firmeza e intransigência, estou certo de que prestará novos serviços às instituições parlamentares, que caregem de estar em inequívoca sintonia com as fontes populares que lhe dão origem.

Convido Sua Excelência o Presidente Petrônio Portella a assumir o cargo para o qual acaba de ser eleito. (Muito bem! Palmas.)

Assume a Presidência o Sr. Petrônio Portella.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella. Pronuncia o seguinte discurso.) — Srs. Senadores:

Assumo a Presidência desta Casa quando o seu Plenário, pela dimensão e altitude do debate, ganha a consagração da opinião pública nacional, ao reconhecer-lhe a primazia no trato dos problemas brasileiros, função primordial dos Parlamentos.

Por via da discussão séria, enseja-se a participação dos contrários e, no confronto esclarecedor, perspectivas se abrem numa síntese que é a essência do processo democrático.

O Senado é o exemplo de como os deveres partidários se exercem, com destemor e sem transigências, invariavelmente, no plano alto, inacessível às retaliações pessoais, às preocupações menores, sem o jugo das paixões que afastam os homens, que unidos devem estar em defesa das causas comuns, dos autênticos interesses da Pátria.

Neste Recinto, o ataque e a defesa ganharam, nos entrechoques constantes, a justa ressonância, por suas origens e inspirações, por seus fundamentos.

Neste Plenário se sentam e pontificam os que nos Estados acumularam, em serventia longa e fecunda, experiências e títulos para a eminente tarefa de manter, preservar e guardar a Federação.

Formamos como Instituição um todo indissolúvel e como representantes uma unidade viva e solidária na perseguição de objetivos inafastáveis de, respeitadas a fisionomia e as peculiaridades dos Estados, assegurarmos o desenvolvimento harmônico. Este é o caminho do convívio democrático em que os nossos concidadãos, onde se encontrem, se realizam, no exercício legítimo dos seus direitos, sob o império pleno da Justiça.

Esta é a Casa que, para ser bem a Casa das Leis, há de ser a do encontro permanente dos líderes na invariável preocupação de fidelidade aos princípios federativos que sustentam a autonomia, inspiram a determinação política de sintonia e recíproca colaboração entre os Estados, na correção dos desníveis, na eliminação dos privilégios, sob o firme controle da União. Orientamo-nos por interesses partidários e afirmamo-nos como individualidades responsáveis, mas nossos compromissos são com a Pátria. E esses dão a dimensão de nossa presença e consignam a importância de nossa luta. Na medida em que mais este Plenário se impregnar do que lá fora nasce, existe e palpita, maior será a recompensa: a Instituição viverá, indestrutível, na crença do povo, na confiança da Nação.

Trazendo um lastro de experiência política, como líderes nos Estados, habilitamo-nos para o exercício parlamentar, contidos pela prudência que convive bem com o ideal e até lhe abre os caminhos possíveis.

O debate não é estéril ou nocivo, mas útil. O certo é discutir para esclarecer; combater para conciliar. Assim, nesta Casa, o entendimento se vem alcançando, em trabalho comum exemplar.

Estou convencido, Srs. Senadores, de que, no período que se inicia, a mesma ação, a mesma direção, os mesmos objetivos hão de orientar o Senado, visando ao aperfeiçoamento e ao prestígio da Instituição Parlamentar.

Recebo a Presidência desta Casa de uma das mais ilustres expressões da vida pública brasileira. Ninguém, no nosso mundo político, o excede em títulos e em serviços prestados à República. (Palmas.)

Senhor Senador Magalhães Pinto:

Poucos se deram tão intensa e obstinadamente à política, como Vossa Excelência, e ao longo da vida vem recebendo de seus conterrâneos a reiteração da confiança, e dos brasileiros, o respeito.

Conclui hoje mais uma missão e, como sempre, com honradez, dignidade e clarividência. Tem de nós os agradecimentos que se estendem a seus dedicados e brilhantes companheiros da Mesa Diretora.

Assumo o posto, e como um homem de fé, peço a Deus Todo-Poderoso que me conserve o poder de decisão em todas as horas, para que cumpra o meu dever, correspondendo à confiança do Plenário e honrando o nome e o patrimônio político e moral do Senado da República. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Antes de encerrar a reunião, convoco os Srs. Senadores para a 2ª Reunião Preparatória, às 15 horas e 45 minutos, a fim de proceder-se à eleição e posse dos demais membros da Mesa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 25 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E JOSÉ LINDOSO

ÀS 15 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jânio Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos

Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

A presente reunião destina-se à eleição e posse dos Vice-Presidentes, dos Secretários e Suplentes de Secretários da Mesa.

Estabelece o § 4º do art. 63 do Regimento Interno que, por proposta de 1/3 do Senado ou de Líder que represente este número,

a eleição para o preenchimento dos cargos de 1º e 2º-Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º-Secretários poderá ser feita em um único escrutínio.

Neste sentido, foi encaminhado à Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 1, DE 1977

Requeiro, nos termos do § 4º do artigo 63 do Regimento Interno, que a eleição para o preenchimento dos cargos de 1º e 2º-Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º-Secretários, seja feita em um único escrutínio.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1977. — **Ruy Santos**, no exercício da Liderança da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Aprovado o Requerimento, passa-se à eleição do 1º e 2º-Vice-Presidentes e dos quatro Secretários, em um único escrutínio.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à chamada, que começará do Sul para o Norte.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jardim Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está concluída a votação.

Vai-se proceder a contagem das sobrecartas. (Pausa.)

Foram encontradas na urna 57 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Para 1º-Vice-Presidente — Senador José Lindoso, 54 votos; em branco, 3.

Para 2º-Vice-Presidente — Senador Amaral Peixoto, 55 votos; Senador Gilvan Rocha, 1 voto; em branco, 1 voto.

Para 1º-Secretário — Senador Ménedes Canale, 55 votos; em branco, 2 votos.

Para 2º-Secretário — Senador Mauro Benevides, 56 votos e 1 em branco.

Para 3º-Secretário — Senador Henrique de La Rocque, 56 votos e 1 em branco.

Para 4º-Secretário — Senador Renato Franco, 56 votos e 1 em branco.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Proclamo eleitos 1º e 2º-Vice-Presidentes os Srs. Senadores José Lindoso e Amaral Peixoto, respectivamente. (Palmas.)

Proclamo eleitos 1º e 2º-Secretários os Srs. Senadores Ménedes Canale e Mauro Benevides, respectivamente. (Palmas.)

Proclamo eleitos 3º e 4º-Secretários os Srs. Senadores Henrique de La Rocque e Renato Franco, respectivamente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Convido o 1º-Vice-Presidente eleito, o nobre Senador José Lindoso, a assumir a Presidência, a fim de proceder à eleição dos Suplentes da Mesa.

Convido os 1º, 2º, 3º e 4º-Secretários eleitos a assumirem os seus lugares à Mesa. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Sr. José Lindoso.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Srs. Senadores, em continuação de nossos trabalhos, vamos proceder à eleição dos Suplentes de Secretários.

Antes, cumpre-me agradecer a confiança em mim depositada pelos eminentes Srs. Senadores, ao eleger-me 1º-Vice-Presidente, na composição da Mesa que dirigirá os destinos do Senado Federal, neste período.

Vamos passar à eleição dos Suplentes de Secretários.

Suspendo a reunião por alguns instantes, a fim de que os Srs. Senadores possam munir-se das cédulas.

(Suspensa por três minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Vai-se proceder à eleição dos Suplentes. A chamada será feita do Norte para o Sul.

O Sr. 2º-Secretário vai proceder à chamada.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jardim Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concluída a votação, vai-se passar à contagem das sobrecartas. (Pausa)

Foram encontradas na urna 53 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Para Suplente de Secretário — Otair Becker, 53 votos; Ruy Carneiro, 53 votos; José Esteves, 51 votos e 2 em branco; Altevir Leal, 53 votos.

Proclamo eleitos Suplentes de Secretário os Srs. Senadores José Esteves, Altevir Leal, Ruy Carneiro e Otair Becker. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está completada a composição da Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado Federal nas duas próximas Sessões Legislativas.

Lembro aos Srs. Senadores que, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, no dia imediato ao em que se completar a elei-

ção da Mesa, reunir-se-ão os Líderes dos Partidos para fixar a participação numérica de cada Bancada nas Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 40 minutos.)

CONSULTORIA-GERAL

PARECER Nº 1/77

Sobre requerimento de João dos Santos Braga Júnior, suplente do Senador José Esteves, indagando se há incompatibilidade entre o exercício do mandato de Senador da República e as atividades que desempenha.

José dos Santos Braga Júnior, Suplente do Senador José Esteves, consulta a Presidência da Casa, para saber se há, "nos termos constitucionais e regimentais, qualquer incompatibilidade entre o exercício do mandato de Senador da República e as atividades" por ele atualmente exercidas, de "sócio quotista majoritário da Firma Braga e Cia. Ltda, que, freqüentemente, através de concorrência pública ou outros meios de licitação permitidos em lei, firma contratos com entidades de direitos públicos, no âmbito federal, estadual e municipal".

I. A Consulta liga-se ao fato de o Requerente, nos termos do § 1º do art. 36 da Constituição (com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 3) dever ser convocado para assumir a cadeira de Senador pelo Estado do Amazonas, em vista do Senador José Esteves, de quem é Suplente, ter sido nomeado para Secretário de Estado naquela Unidade da Federação.

III. A matéria é, por natureza, constitucional, diz respeito a incompatibilidades de funções entre o exercício do mandato legislativo e outras, em entidades públicas ou privadas, estando regulada nos arts. 34, I e II, alínea a, e 35, I, da Carta Magna.

Prescrevem os citados dispositivos:

“Art. 34 — Os Deputados e Senadores não poderão:

I — desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II — desde a posse:

a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;”

“Art. 35 — Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I — que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.”

IV. Vejamos a hipótese da consulta, face àqueles mandamentos constitucionais.

Mostrando-se prudente e zeloso, o Consulente, em vias de ser convocado para o Senado, confessa-se “sócio quotista majoritário

da Firma Braga e Cia. Ltda., que, freqüentemente, através de concorrência pública ou outros meios de licitação permitidos em lei, firma contratos com entidades de direito público, no âmbito federal, estadual e municipal”.

Mantém, assim, através da Firma, transações comerciais com pessoas de direito público, mas o faz atendendo a normas aplicáveis a quantos, na mesma situação, contratem com as mencionadas entidades.

Nenhum favor recebe a Firma da União, dos Estados ou dos Municípios, cujos ajustes, com ela, processam-se em termos universais, válidos para todas que, nas mesmas situações e condições, pretendam firmar tais acordos.

A Firma Braga e Cia Ltda. está, dessa maneira, a salvo da proibição dos arts. 34 e 35, pois os contratos que faz com as pessoas de direitos públicos obedecem a cláusulas uniformes.

Realmente, cuida-se, no caso, de acordos **universais**, obedientes a princípios gerais e a condições uniformes, válidos para todas que ingressarem em concorrência pública promovidas por aquelas entidades, sem privilégio nem favorecimento de qualquer espécie.

“O Deputado ou Senador — diz Pontes de Miranda (Comentários à Constituição de 1967 — Tomo III — Revista dos Tribunais Ltda — São Paulo — 1973) pode contratar com a União, com o Estado membro, com o Território, ou com o Distrito Federal, se o contrato é, por exemplo, de empréstimo, que todas as cláusulas são iguais, em forma única (uniforme), para **todos** os que quiserem contratar (emprestar ou tomar empréstimos). A ressalva é quanto a qualquer das entidades, de direito público ou de direito privado, que no art. 34, I, a, não resseridas.”

É o que sucede em relação ao Consulente. Nos Editais de concorrência pública são estabelecidas cláusulas contendo critérios, exigências e condições uniformes, igualmente aplicáveis a todos que se interessarem pela concorrência, não havendo distinções, nem favores, nem cláusulas especiais que possam, de algum modo, privilegiar qualquer concorrente.

O fundamento ético da vedação constitucional não é, portanto, atingido, não havendo, assim, como marginalizar-se o Deputado ou o Senador de acordos desse tipo, que em nada comprometem o exercício do mandato legislativo.

V. Em síntese, estamos que a Firma Braga e Cia Ltda., de que o Consulente é sócio quotista majoritário, quando contrata com entidades de direito público, o faz através de instrumentos que obedecem a cláusulas uniformes, e, dessarte, nenhuma infração comete, não estando, por conseguinte, sujeita às proibições constitucionais.

Ante o exposto, entendemos que, enquanto o relacionamento entre a referida Firma e as entidades nomeadas no artigo 34, I, da Constituição se mantiver em termos de contratos que obedecem a cláusulas uniformes, poderá o Consulente exercer o mandato de Senador, nada impedindo seja convocado para substituir o Senador José Esteves, durante o período em que este exercer o cargo de Secretário do Governo do Estado do Amazonas.

Brasília, 17 de fevereiro de 1977. — **Paulo Nunes Augusto de Figueiredo**, Consultor-Geral.

RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES CORRESPONDENTES AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR ACCIOLY FILHO.

ASSISTENTE: MARIA HELENA BULHOS BRANDÃO.

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETOS LEI SENADO NOS 36/71: reduz o limite de idade da aposentadoria por tempo de serviço das mulheres p/25 anos; 67/74: altera a legislação da previdência social; 311/75-dispõe q/á aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço da mulher, através do I.P.S.; 252/75-acrescenta parágrafo ao art. 32 da Lei 3.807, para o fim de permitir aposentadoria proporcional aos 23 anos para os segurados do sexo feminino e 20 para os do sexo masculino; 63/76: Abrogava a aposentadoria da mulher pelo I.P.S., aos 25 anos de serviço.	05.05.76	SENADOR HELENA DIAS.	05.05.76	Constitucional e Jurídico o PLS 36/71; prejudicados os demais.	APROVADO. (01.12.76)	
Autores: Senadores Vasconcelos Torres, Nelson Carneiro, Crestes Quirica.						
PROJETO LEI SENADO N° 265/76: Elimina a exigência do período de carência de concessão pelo INSS, de benefícios em virtude de incapacidade para o trabalho ou morte do segurado.	15.10.76	SENADOR ITALIVIO COLNHO.	18.10.76	Constitucional e Jurídico. Favorável quanto ao mérito.	APROVADO. (01.12.76)	
Autor: Senador Agenor Maria.						
PROJETO LEI CÂMARA N° 69/74: Exclui a parcela de honorários na cobrança da dívida Ativa da União.	04.06.74	SENADOR LEITE CHAVES.	13.06.74	Inconstitucional e injurioso. Votos em separado do Sen. José Lindoso p/const. jurídico. Henrique de La Rocque p/inconst.	APROVADO, vencidos os Sen. Nelson José Lindoso em 2.4.75; Ao Sen. La Rocque em 10.6.76 e ao Sen. Italívio Coelho em 7.10.76. (01.12.76)	Vista ao Sen. Nelson José Lindoso em 2.4.75; Ao Sen. La Rocque em 10.6.76 e ao Sen. Italívio Coelho em 7.10.76.
Autor: Deputado Laerte Vieira.						
PROJETO LEI SENADO N° 107/76: Dispõe sobre a profissão de carpinteiro naval da Marinha Mercante.	13.05.76	SENADOR HELENA DIAS.	14.05.76	Contrário quanto ao mérito por inconveniente.	APROVADO, vencidos os Sen. Nelson Carneiro e Leite Chaves. (01.12.76)	
Autor: Senador Nelson Carneiro.						
PROJETOS LEI SENADO NOS 88/75: Concede isenção de imposto de renda às pessoas que especifica; 179/75- autoriza a inclusão do aluguel entre os abatimentos na dedicação de renda de pessoa física; 253/75- dispõe sobre abatimento da renda bruta da pessoa física; 259/75- autoriza a dedução no imposto de renda; 268/75- autoriza a dedução no imposto de renda; 72/76 - Dispõe sobre o abatimento no imposto de renda devido, de empresas que tiverem 50% de empregados em faixa etária superior a 40 anos; 31/76 - Faculta às pessoas físicas deduzir, para efeito de abatimento do imposto de renda, as contribuições que fizerem aos Diretórios dos Partidos Políticos; 126/76 - Autoriza o abatimento dos alugueis de declaração de rendas de pessoa física; 207/76- Altera a Legislação do imposto sobre a renda e provenientes de qualquer natureza; 232/76 - Descaracteriza pensões civis e militares de qualquer natureza, como rendimentos tributáveis para fins do imposto	27.10.76	SENADOR ITALIVIO COLNHO.	16.11.76	Constitucionais e Jurídicos.	APROVADO. (01.12.76)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
Sobre a renda. Autores: Senador Ruy Carneiro. Senador Paulo Guerra. Senador Vasconcelos Torres. Senador Osires Teixeira. Senador Helvídio Nunes. Senador Roberto Saturnino. Senador Fausto Castelo Branco.						
PROJETO LEI SENADO Nº 266/76: Cria o Conselho de Integração de Investimentos, destinado a avaliar operações de qualquer natureza, referentes à fusão e incorporações, aquisição de controle acionário e posse de ativo. Dimensionar o impacto do investimento externo direto de capital estrangeiro. Autor: Senador Itamar Franco.	15.10.76	SENADOR JOSÉ SARNEY.	18.10.76	Inconstitucional.	APROVADO. (01.12.76)	
PROJETO LEI SENADO Nº 259/76: Modifica o § 1º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	11.10.76	SENADOR ITALI VIO COELHO.	01.12.76	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (01.12.76)	Redistribuído.
PROJETO LEI CÂMARA Nº 87/75: (EMENDA Nº 1 - PLENÁRIO-SUBSTITUTIVA) Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de <u>pró</u> fisco's. Autor: Deputado Laerte Vieira.	19.11.76	SENADOR NELSON CARNEIRO.	23.11.76	Constitucionais e jurídicos o Projeto e o substitutivo.	APROVADO. (01.12.76)	
PROJETO LEI SENADO Nº 003/74: (EMENDA Nº 1 DO PLENÁRIO) Altera a proporção estabelecida no art. 132 da CLT, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de 30 dias, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro.	01.12.76	SENADOR HEITOR DIAS.	01.12.76	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (01.12.76)	
PROJETO LEI SENADO Nº 254/76: Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo do centenário da morte do escritor José de Alencar e dá outras providências.	05.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	05.10.76	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (01.12.76)	
PROJETO LEI SENADO Nº 296/76: Veda aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duzidécimo da despesa prevista no orçamento em vigor. Autores: Senadores Petrônio Portella e Franco Montoro.	24.11.76	SENADOR HENRIQUE DE LA ROCHE.	25.11.76	Constitucional e jurídico.	APROVADO.	Relatado em Plenário (25.11.76)
PROJETO LEI CÂMARA Nº 09/76: Define moagem nacional e dá outras providências. Autor: Deputado Nelson Marchesan.	26.11.76	SENADOR JOSÉ SARNEY.	26.11.76	Constitucionais e jurídicos o projeto e a emenda substitutiva da CB, oferecendo 2 submendas.		Relatado em Plenário em 30.11.76.
OFICIO "S" Nº 19/76 do Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização ao Senado Federal para que o Governo do Estado possa contratar empréstimo externo no valor de US\$20.000.000,00 destinado a financeiros projetos rodoviários de interesse daquele Estado. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS)	01.12.76	SENADOR HEITOR DIAS.	01.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (01.12.76)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATÓRIO	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 188/76 do Sr. Presidente da República propondo ao Senado Federal que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 358.900.000,00 o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA)	01.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	01.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário, (01.12.76)
OFÍCIO "S" Nº 20 de 1976 do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando ao Senado Federal autorização para contrair empréstimo externo no valor de 44 milhões de dólares americanos para aplicação na PRODEMATA. (PROJETO RESOLUÇÃO COMIS-FINANÇAS.)	03.12.76	SENADOR EURI-CO REZENDE.	03.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (03.12.76)
PROJETO LEI SÂMARA Nº 109/76: Regula a eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores, nos municípios que deixaram de fazê-la no dia 15 de novembro de 1976. Autor: Deputado José Bonifácio.	01.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	01.12.76	Constitucional e favorável quanto ao mérito.		Relatado em Plenário. (03.12.76)
PROJETO LEI SENADO Nº 311/76-DF Eleva em Cr\$ 159.608.000,00 o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de crédito suplementares. Autor: Poder Executivo.	04.12.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	04.12.76	Constitucional e jurídico e boa técnica legislativa.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
PROJETO DE LEI Nº 315/76-DF: Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo destinado ao atendimento da Rede de Ensino de Segundo Grau do Distrito Federal. Autor: Poder Executivo.	03.12.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
MENSAGEM Nº 198/76 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cmo Grande (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
MENSAGEM Nº 202/76 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
MENSAGEM Nº 138/76 do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Min. Fazenda, para que seja autorizada a Pref. Municipal de PORTO ALEGRE (RGS) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 293.793.000,00.	01.12.76	SENADOR PAULO BROSSARD.	01.12.76			Satisfeta a diligência.
MENSAGEM Nº 188/76 do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal propondo ao Senado Federal que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$850.000.000,00 o montante de sua dívida consolidada.	01.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	01.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (01.12.76)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 193/76 do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Georgenor Acyliano de Lima Torres, Corregedor da Justiça Militar, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Alcides Vieira Carneiro.	01.12.76	SENADOR LEITE CHAVES.	01.12.76			Relatado em Plenário (03.12.76)
OFÍCIO "S" Nº 19/76 do Sr. Governador do Estado da Bahia solicitando autorização ao Senado para que o Governo do Estado da Bahia possa contratar empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 destinado a financiar projetos rodoviários de interesse daquele Estado.	01.12.76	SENADOR HEITOR DIAS.	01.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado Em Plenário (01.12.76)
PROJETO LEI SENADO Nº 308/76: Dá nova redação ao parágrafo único do art. 25 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Otair Becker.	01.12.76					
PROJETO LEI SENADO Nº 309/76: Dá nova redação aos §§ 19 e 29 do art. 535 da Lei da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	01.12.76					
PROJETO LEI SENADO Nº 310/76: Dispõe sobre o montante em forma de percentual do salário-família concedido aos empregados regidos pela CLT. Autor: Senador Nelson Carneiro.	01.12.76					
PROJETO LEI SENADO Nº 311/76: Eleva em Cr\$ 159.608.000,00 o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal, para abertura de créditos suplementares. Autor: Poder Executivo.	01.12.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	04.12.76			Este projeto ficará pelo prazo de 5 sessões ordinária na CCJ para receber emendas.
PROJETO LEI CÂMARA Nº 95/76: Acréscinta e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Deputado Francisco Amaral.						
PROJETO LEI CÂMARA Nº 98/76 : Acréscita dispositivos ao Decreto-lei nº 3 365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Autor: Deputado Silvio Lopes.	01.12.76					
PROJETO LEI CÂMARA Nº 99/76: (SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO SERV. PÚBLICO CIVIL) Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos, da Administração Federal direta e das autarquias federais e dá outras provisões. Autor: Poder Executivo.	01.12.76					

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA N° 68/75: (GUARISTITUTIVO DA COMISSÃO SAÚDE) Autoriza o aproveitamento dos cegos no Serviço Público e na empresa privada e dá outras providências. Autor: Deputado Ruben Medina	02.12.76					
PROJETO LEI CÂMARA N° 110/76 : Altera o <u>caput</u> do art. 212 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Deputado Alípio de Carvalho.	02.12.76					
PROJETO RESOLUÇÃO N° 113/76: Altera a Resolução n° 58/72, mudando a denominação da Consultoria Jurídica e dá outras providências. Autor: Comissão Diretora.	01.12.76	SENADOR DIR - CEU CARDOSO.	02.12.76			
PROJETO LEI CÂMARA N° 109/76: Regula a eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, nos municípios que deixaram de fazê-lo no dia 15.11.76. Autor: Deputado José Bonifácio.	01.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	02.12.76			Relatado Em Plenário. 02.12.76
OFÍCIO "S" N° 20, de 1976, do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de empréstimo externo no valor de 44 milhões de dólares norteamericanos para aplicação no PRODEMINA. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS.	03.12.76	SENADOR EURICO REZENDE.	03.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (03.12.76)
PROJETO LEI SENADO N° 312/76: Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um aposentado, como representante das categorias profissionais, junto aos órgãos de liberação coletiva e controle administrativo jurisdicional da Previdência Social. Autor: Senador Nelson Carneiro.	03.12.76					
PROJETO LEI SENADO N° 313/76: Considera como parcela não tributável do imposto de renda os proventos de inatividade e as pensões pagas pelos cofres públicos ou por instituição de previdência social. Autor: Senador Otaif Becker.	03.12.76					
PROJETO LEI SENADO N° 314/76: Legitima a Procuradoria Geral da República para requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, a sustação de efeitos das decisões que menciona. Autor: Senador Otair Becker.	03.12.76					
PROJETO LEI SENADO N° 315/76: Autoriza o Governo do D.Federal a contrair empréstimo destinado ao atendimento da Rede de Ensino de Segundo Grau do Distrito Federal. Autor: Poder Executivo.	03.12.76-DF					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 113/76: Acrescenta parágrafo ao art.42 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional do Trânsito). Autor: Deputado Blota Júnior.	04.12.76					
PROJETO LEI SENADO Nº 316/76 Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	04.12.76					
MENSAGEM Nº 198/76 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário (04.12.76)
MENSAGEM Nº 202/76 do Sr. Presidente da República propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
PROJETO LEI SENADO Nº 316/76 Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	04.12.76					
MENSAGEM Nº 198/76 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário (04.12.76)
MENSAGEM Nº 202/76 do Sr. Presidente da República propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada. (PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA)	04.12.76	SENADOR JOSÉ LINDOSO.	04.12.76	Constitucional e jurídico.		Relatado em Plenário. (04.12.76)
PROJETO LEI SENADO Nº 317/76: Dispõe sobre o salário-mínimo de professores sujeitos ao regime da CLT e dá outras providências. Autor: Senador Eurico Razende.	04.12.76					
PROJETO LEI SENADO Nº 318/76: Estabelece a obrigatoriedade de as emissoras de rádio e televisão reservarem horários idênticos aos concedidos gratuitamente aos órgãos governamentais, aos partidos políticos de oposição. Autor: Senador Marcos Freire.	04.12.76					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 03/76 : Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros. Autor: Deputado Henrique Turner,	06.12.76					À CCJ por solicitação de audiência prévia da Comissão, pedido feito pelos CLS e CR e CE.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	20
Projetos distribuídos	8
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	6
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	-
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	2
Substitutivos	1
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	5
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	-
Convites expedidos	-

Brasília, em 06 de dezembro de 1976

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR HEITOR DIAS
ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 1976-DF ELIWA EM R\$159.608.000,00 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MILHÕES SEISCENTOS E OITO MIL CRUZEIROS), O LIMITE ATRIBUIDO AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES.	04.12.76	SENADOR HEITOR DIAS	04.12.76	FAVORÁVEL AO PROJETO.		Relatado em Plenário, em 04.12.76
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 1976-DF AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A CONTRAIR EMPRÉSTIMO DESTINADO AO AMPLIAMENTO DA REDE DE ENSINO DE 2º GRAU DO DISTRITO FEDERAL.	04.12.76	SENADOR RUY CARNEIRO	04.12.76	FAVORÁVEL AO PROJETO.		Relatado em Plenário, em 04.12.76

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

PROJETOS RECEBIDOS	2
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	2
PROJETOS RELATADOS EM PLENÁRIO	2

Brasília, 5 de dezembro de 1976

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976.

PRESIDENTE: Senador MILTON CABRAL
ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 188, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propõe ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$-858.900.000,00 (oitocentos e cinquenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.11.76	Senador VASCONCELOS TORRES ***** Redistribuída ao Senador RUY SANTOS	26.11.76 ***** 01.12.76	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 01.12.76	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 1 976. Revoga o artigo 357 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). Autor: Senador Crestes Quêrcia	28.10.76	Senador JARBAS PASSARILHO	29.10.76	Parecer contrário.	Aprova o parecer, com voto vencido do Senador Franco Montoro, em 01.12.76	-
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 1 976 Dispõe sobre a opção de compra pelo Poder Executivo de mercadorias exportáveis. Autor: Deputado Augusto Train	11.10.76	Senador JARBAS PASSARILHO ***** Senador RUY SANTOS	15.10.76 ***** 01.12.76	Parecer favorável.	Rejeita o parecer favorável e aprova o parecer contrário do relator do vencido, Senador Ruy Santos, em 1º.12.76	A Comissão rejeitou o parecer favorável do Relator, Senador Jarbás Passarinho e a presidência designa o Senador Ruy Santos para relatar o vencido, em 1º.12.76.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 1 975 Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista. Autor: Deputado Dayi de Almeida	06.09.76	Senador ARNON DE MELLO ***** Senador FRANCISCO MONTORO	16.09.76 ***** 29.09.76	Parecer contrário a Emenda de Plenário ao projeto e favorável ao Substitutivo da CLS, na forma do novo voto do Relator, Sen. J. Passarinho.	Aprova o parecer, em 01.12.76	O voto em separado do Senador F. Montoro passou a ser Parecer e o do Sen. Arnon de Melo, Relator, o voto em separado, face a aprovação pela Comissão.
INDICAÇÃO Nº 1, de 1 976 Do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 247 do Regimento Interno do Senado Federal, que se proceda, no âmbito da Comissão de Economia, a estudo conclusivo, a respeito das causas do processo inflacionário-brasileiro.	01.12.76	Senador JARBAS PASSARILHO	02.12.76			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 1 976 Inclui programa de melhoria de condições de habitabilidade dos trabalhadores nos projetos de financiamentos agropecuários. Autor: Deputado HENRIQUE ERITO	01.12.76	Senador PAULO GUERRA	02.12.76			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 1 976 Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de plantas de engarrafamento de gás liquefeito de petróleo, nos casos que específica, e da outras providências. Autor: Deputado Adhemar Santillo	02.12.76	Senador LUIZ CAVALCANTE	02.12.76			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 1 975 Concede isenção de imposto de renda às pessoas que especifica. Autor: Senador Ruy Carneiro	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS 179, 253 259, 264 e 268, de 1975 e 22.81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento 532/76, do Sen. Accioly Filho.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 1975 Autoriza a inclusão do aluguel entre os abatimentos na Declaração de Renda de Pessoa Física. Autor: Senador Paulo Guerra	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS 88, 253, 259, 264 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento nº 532/76 do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 1975 Dispõe sobre abatimento da renda bruta da pessoa física. Autor: Senador Vasconcelos Torres	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 264 e 268/75 e 72, 81, e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 1975 Dispõe sobre abatimento da renda bruta da pessoa física. Autor: Senador Vasconcelos Torres	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 264 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 1975 Autoriza dedução no imposto sobre a renda e dá outras providências. Autor: Senador Osires Teixeira	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 1975 Autoriza dedução no imposto sobre a renda e dá outras providências. Autor: Senador Osires Teixeira	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 1975 Autoriza dedução no imposto sobre a renda e dá outras providências. Autor: Senador Osires Teixeira	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259, e 264/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 1976 Dispõe sobre o abatimento no imposto de renda devido, de empregado que tiver 50% de empregados em faixa etária superior a 40 anos. Autor: Senador Vasconcelos Torres	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259, 264 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1976 Faculta às pessoas físicas deduzirem para efeito de abatimento do Imposto de Renda, as contribuições que fizerem aos Diretórios dos Partidos Políticos, e dá outras providências. Autor: Senador Helvídio Nunes	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259, 264 e 268/75 e 72 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 1 976 Autoriza o abatimento dos alugueis da declaração de rendas de pessoa física e da outras providências. Autor: Senador Osires Teixeira	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259, 264 e 268/75 e 72 e 81/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, de 1 976 Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza. Autor: Senador Roberto Saturnino	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 83, 179, 253, 259, 264 e 268/75 e 72, 81 e 126/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 1 976 Descaracteriza pensões civis e militares de qualquer natureza, como rendimentos tributáveis para fins do imposto sobre a renda. Autor: Senador Fausto Castelo-Branco	02.12.76	Senador ARNON DE MELLO	02.12.76			Tramita em conjunto com os PLS nºs 88, 179, 253, 259, 264 e 268/75 e 72, 81, 126 e 207/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 1 976 Altera a redação do artigo 1º e do § 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1 971, para incluir o noroeste do Estado do Paraná no PRODOSTE. Autor: Deputado Alípio Carvalho	04.12.76	Senador ORESTES QUÉCIA	02.12.76			
MENSAGEM Nº 196, de 1 976. Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o S.A.M-Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem(CE) a elevar em Cr\$...-453.700,00(quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador RUY SANTOS	04.12.76			
MENSAGEM Nº 197, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São José dos Campos(SP) a elevar em Cr\$.....-25.000.000,00(vinte e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador FRANCO MONTORO	04.12.76			
MENSAGEM Nº 198, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande(MT) a elevar em Cr\$-47.892.094,41 (quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, noventa e quatro cruzeiros e quarenta e um centavos).	04.12.76	Senador CATTE-TE PINHEIRO	04.12.76	Parecer favorável, concluindo por a apresentar um Projeto de Resolução, proferido, oralmente, em Plenário, em 04.12.76.		Aprovado, em Plenário, em 04.12.76.
MENSAGEM Nº 199, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São José da Bela Vista(SP) a elevar em Cr\$-1.030.400,00 (hum milhão, trinta mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador ARNON DE MELLO	04.12.76			
MENSAGEM Nº 200, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mauá(SP) a elevar em Cr\$-35.687.800,00(trinta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e oito centos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador ORESTES QUÉCIA	04.12.76			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 201, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista (SP) a elevar em Cr\$-22.931.036,20(vinte e dois milhões, novecentos e trinta e um mil e trinta e seis cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador JARBAS PASSARINHO	04.12.76			
MENSAGEM Nº 202, de 1 976 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar em Cr\$-3.543.700,00(três milhões, quinhentos e quarenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	04.12.76	Senador CATITE PINHEIRO	04.12.76	Parecer favorável, concluindo por a presentar um Projeto de Resolução, proferido, oralmente, em Plenário, em 04.12.76.		Aprovado, em Plenário, em 04.12.76.

SINTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	6
Projetos distribuídos	24
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	-
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	-
Projetos de Resolução	3
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	-
Convites expedidos	-

Brasília, em 5 de dezembro de 1 976.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: Senador TARSO DUTRA

ASSISTENTE: CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 1976, que "Estabelece prazo para a convocação obrigatória de alunos excedentes, e dá outras providências".	07.10.76	Senador OTTO LEHMANN	07.10.76	Pelo arquivamento.	Aprovado, em 02.12.76.	
AUTOR: Senador Nelson Carneiro						

SÍNTSE DE TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias 01

Projetos Relatados 01

Brasília, em 06 de dezembro de 1 976

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR AMARAL PEIXOTO

ASSISTENTE: MARCUS VINICIUS COULART GONZAGA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OFÍCIO "S" Nº 19, DE 1976 - Do Sr. Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que o Governo do Estado possa contratar empréstimo exterior no valor de US\$ 20.000.000,00, destinado a financiar projetos rodoviários de interesse daquele Estado.	1.12.76	SENADOR RUY SANTOS	1.12.76	Parecer favorável nos termos de Projeto de Resolução apresentado	Aprovado o parecer na reunião de 1.12.76.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 1 976 - Altera o Decreto Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, que autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM e dá outras providências.	2.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	2.12.76	Parecer favorável.	Aprovado o parecer na reunião de 2.12.76.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1 976 - Fixa as referências de salário dos empregos do Grupo de Processamento de Dados.	2.12.76	SENADOR HEITOR DIAS	2.12.76	Parecer favorável.	Aprovado na reunião de 2.12.76.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 1 976 - Dispõe sobre a doação do Hospital "Hermínio Amorim" e dá outras providências.	2.12.76	SENADOR RUY SANTOS	2.12.76	Parecer favorável.	Aprovado o parecer na reunião de 2.12.76.	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1976 - Aprova as Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 1974.	2.12.76	SENADOR VIRGILIO TÁVORA	2.12.76	Parecer favorável.	Aprovado o parecer na reunião de 2.12.76	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 1 976 - COMPLEMENTAR - Inclui os Viajantes Comerciais Autônomos entre os Beneficiários do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.	28.10.76	SENADOR HELVIDIO NUNES	28.10.76	Parecer pela aprovação.	A Comissão rejeitou o parecer na reunião de 2.12.76 - Foi aprovado o parecer apresentado pelo Senador Ruy Santos, pela rejeição do Projeto.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1 976 - "Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros."	2.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	2.12.76	Parecer pela audiência prévia da CCJ.	Aprovado o parecer na reunião de 2.12.76.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 1 976 - "Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, o crédito especial de Cr\$ 615.800,00 (seiscentos e quinze mil e oitocentos cruzeiros), para o fim que especifica.	1.12.76	SENADOR RUY SANTOS	1.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária das 18:30 HS - 1.12.76	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 1976 - "Autoriza o Poder Executivo a abrir em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento - Recursos sob Supervisão do Ministério dos Transportes e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos sob Supervisão do Ministério dos Transportes, o crédito especial até o limite de Cr\$ 948.000.000,00 (novecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.	2.12.76	SENADOR RUY SANTOS	2.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão ordinária de 2.12.76.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 1976 - "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, o crédito especial até o limite de Cr\$ 120.000.000,00 para o fim que especifica.	2.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	2.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão ordinária de 2.12.76.	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 1.976 - "Eleva em Cr\$ 159.608.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões seiscentos e oito mil cruzeiros) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de créditos suplementares".	4.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	4.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária de 4.12.76 - 11:30 hs.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1.976 - "Reajusta o valor da pensão especial concedida a Justiniana Fleury Passos".	3.12.76	SENADOR RUY SANTOS	3.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária de 3.12.76 - 18:30 HS.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 1.976 - Dispõe sobre pensão especial em favor de Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas.	3.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	3.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária de 3.12.76 - 18:30 HS.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 1.976 - Concede pensão especial a Rosalina Thomé Mereira e dá outras providências.	4.12.76	SENADOR SALDANHA DERZI	4.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária de 4.12.76 - 18:00 HS	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 1.976 - Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo destinado ao atendimento da Rede de Ensino de Segundo Grau do Distrito Federal.	4.12.76	SENADOR RUY SANTOS	4.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão extraordinária de 4.12.76 - 15:00 HS	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 1976 - Autoriza o Poder Executivo, a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, crédito especial até o limite de Cr\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.	1.12.76	SENADOR RUY SANTOS	1.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão ordinária de 1.12.76.	
OFÍCIO "S" Nº 20, DE 1.976 - Do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 14.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos) para implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata - PRODEMATA.	3.12.76	SENADOR RUY SANTOS	3.12.76	Parecer favorável.	Relatado oralmente na sessão ordinária de 3.12.76	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OFÍCIO "S" Nº 20, DE 1.976 - Do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado Federal, para contratar empréstimo externo no valor de US \$... 44.000.000,00 , destinado à implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata.	3.12.76	SENADOR RUY SANTOS	3.12.76	Parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução apresentado.	Relatado oralmente na sessão ordinária de 3.12.76	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES REALIZADAS	2
MATÉRIAS DISTRIBUIDAS	18
PARECERES PROFERIDOS	18

Brasília, em 5 de Dezembro de 1976

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976.

PRESIDENTE: Senador NELSON CARNEIRO

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 1.976 Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. Autor: Poder Executivo	01.12.76	Senador JARBAS PASARINHO ***** Redistribuído ao Senador MENDES CANALE	01.12.76 ***** 03.12.76	Parecer favorável, proferido, oralmente, em Plenário.	-	O parecer é aprovado, em Plenário, em 03.12.76.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 1.974 Altera a proporção estabelecida no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras provisões. (EMENDA Nº 1, DE PLENÁRIO AO PROJETO). Autor: Senador Nelson Carneiro	01.12.76	Senador MENDES CANALE	02.12.76	Parecer favorável à Emenda de Plenário ao projeto.	Aprova o parecer, em 02.12.76	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 73, de 1 975 Estabelece que os funcionários federais estaduais e municipais, vinculados ao INPS, serão aposentados nas bases e condições estabelecidas no texto constitucional. Autor: Senador Franco Montoro	12.08.76	Senador JAR-BAS PASSARIL-NHO	19.08.76	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 02.12.76	
REQUERIMENTO N° 334, de 1 975 Do Sr. Senador Franco Montoro, com fundamento no artigo 30, parágrafo único, letra d da Constituição e no artigo 240 do Regimento Interno do Senado Federal, requer informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1 975.	12.08.76	Senador JAR-BAS PASSARIL-NHO	19.08.76	Parecer favorável ao PLS nº 73/75 a que o Requerimento está anexado.	Aprova o parecer, em 02.12.76	O Requerimento foi anexado ao PLS nº 73/75, com o pronunciamento do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre o projeto.
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 173, de 1 975 Restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes do trabalho. Autor: Senador Franco Montoro	08.10.76	Senador JAR-BAS PASSARIL-NHO	27.10.76	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 02.12.76	
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 24, de 1 976 Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho em favor dos trabalhadores autônomos. Autor: Senador Franco Montoro	08.10.76	Senador JAR-BAS PASSARIL-NHO	27.10.76	Parecer pela prejudicabilidade do Projeto.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro, em 02.12.76	Ao Senador Franco Montoro, em 02.12.76
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 155, de 1 976. Determina a revisão trimestral do salário-mínimo e dá outras providências. Autor: Senador Marcos Freire	12.08.76	Senador JAR-BAS PASSARIL-NHO	12.08.76	Parecer pela prejudicabilidade do projeto.	Aprova o parecer, em 02.12.76	
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 194, de 1 975 Dá nova redação ao "caput" do artigo 5º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1 965, assegurando melhor amparo ao desempregado. Autor: Senador Crestes Quercia	27.11.75	Senador JESSE FREIRE ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	08.03.76 ***** 16.09.76			O Sen. Franco Montoro apresentou voto e separado favorável ao projeto. Fica adiada a discussão e votação do voto e do parecer do Sen. J. Freire.
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245, de 1 975 Dispõe sobre o pagamento do auxílio-de-ensa a segurados do INPS que exerçam mais de uma atividade profissional, acrescentando parágrafo ao artigo 24 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador FRANCO MONTORO	04.03.76	Senador JESSE FREIRE ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	08.03.76 ***** 16.09.76			O Sen. Franco Montoro apresentou voto e separado favorável ao projeto. Fica adiada a discussão e votação do voto e do parecer do Sen. J. Freire.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, de 1 976 Institui o Plano Nacional de Moradia-PLANO, para as populações com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos regionais e determina outras providências. Autor: Deputado Salvador Julianelli	24.03.76	Senador LÁZARO BARBOZA ***** Senador DOMÍCIO GONDIM (VISTA) ***** Senador HENRIQUE DE LA ROCHE (VISTA)	24.03.76 ***** 01.04.76 ***** 09.08.76			Em 16.09.76 a presidência cede nova vista ao Sen. Domício Gondim. Em 02.12.76 o Senador Domício Gondim devolve o Projeto à Secretaria da Comissão.
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 178, de 1 976- COMPLEMENTAR. Acréscita parágrafo único ao artigo 34 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1 971, estabelecendo prescrição quinquenal para as importâncias devidas ao FUNRURAL. Autor: Senador Italívio Coelho	01.12.76	Senador FRANCO MONTORO	02.12.76			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 1 976 Modifica o § 1º do artigo 22º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro	01.12.76	Senador ACCIOLY FILHO	02.12.76			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 1 975 Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões. Autor: Deputado Laerte Vieira	01.12.76	Senador JARBAS PASSARINHO	02.12.76			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, de 1 976 Elimina a exigência do período de carência para concessão pelo INPS, de benefícios em virtude de incapacidade para o trabalho ou morte do segurado. Autor: Senador Agenor Maria	01.12.76	Senador JARBAS PASSARINHO	02.12.76			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 1 971 Reduz o limite de idade da aposentadoria por tempo de serviço das mulheres para 25(vinte e cinco) anos, altera a redação do artigo 32 e seu § 1º da Lei Orgânica da Previdência Social(nº 3.807, de 1960) e dá outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres	01.12.76	Senador JESSE FREIRE	02.12.76			O projeto tem tramitação conjunta com os PLS 47/74, 211/75, 252/75 e 68/76, face a aprovação do Requerimento do Senador Accioly Filho nº 113/76.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 1 974 Altera a legislação da previdência social e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	01.12.76	Senador JESSE FREIRE	02.12.76			O projeto tramita em conjunto com os PLS nºs 36/71, 47/74, 211/75, 252/75 e 68/76, face a aprovação do Requerimento nº 113/76, do Sen. Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, de 1 975 Dispõe sobre a aposentadoria proporcional, aos 25 anos de serviço, da mulher atraíves do INPS. Autor: Senador Nelson Carneiro	01.12.76	Senador JESSE FREIRE	02.12.76			O projeto tramita em conjunto com os PLS nºs 36/71, 47/74, 211/75, 252/75 e 68/76, face a aprovação do Requerimento nº 113/76, do Sen. Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 1 975 Acrescenta parágrafo ao artigo 32 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960(Lei Orgânica da Previdência Social) para o fim de permitir aposentadoria proporcional aos 25 anos para os segurados do sexo masculino e 20 para os do sexo feminino. Autor: Senador Orestes Quérzia	01.12.76	Senador JESSE FREIRE	02.12.76			O projeto tramita em conjunto com os PLS nºs 36/71, 47/74, 211/75, 252/75 e 68/76, face a aprovação do Requerimento 113/76, do Sen. Accioly Filho.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 1 976 Assegura a aposentadoria da mulher, pelo INPS, aos 25 anos de serviço, alterando o "caput" do artigo 10, seus itens e § 1º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. Autor: Senador Orestes Quérzia	01.12.76	Senador JESSE FREIRE	02.12.76			O projeto tramita em conjunto com os PLS nºs 36/71, 47/74, 211/75, 252/75, face a aprovação do Requerimento nº 113/76, do Sen. Accioly Filho.

SINTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	7
Projetos distribuídos	11
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	1
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	-
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	-
Convites expedidos	-

Brasília, em 5 de dezembro de 1976.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 1972</u> FIXA EM SEIS HORAS O PÉRIODO DE TRABALHO DIÁRIO DOS OPERADORES EM ELETRICIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				PARECER PELA REJEIÇÃO.	<u>APROVADO</u> Em 02.12.76	
<u>Autor:</u> Senador Franco Montoro	17.05.76	SENADOR ARNON DE MELLO	20.05.76			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 1976</u> DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE PLANTS DE ENGARRAPAMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	11.08.76	SENADOR ARNON DE MELLO	11.08.76	PARECER FAVORÁVEL.	<u>APROVADO</u> Em 02.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 172, DE 1976</u> ALTERA OS ARTIGOS 11 E 37 DO DECRETO-LEI N° 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, QUE DEU NOVA EDIÇÃO AO DECRETO-LEI N° 1.985 (CÓDIGO DE MINAS), DE 29 DE JANEIRO DE 1940.	07.10.76	SENADOR LUIZ CAVALCANTE	26.10.76	PARECER PELA REJEIÇÃO.	<u>APROVADO</u> Em 02.12.76	
<u>Autor:</u> Senador Otto Lehmann						
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 1976</u> ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NO DECRETO-LEI N° 764, DE 15 DE AGOSTO DE 1969, QUE AUTORIZA A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE PÓS ACES COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM -, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	02.12.76	SENADOR ARNON DE MELLO	02.12.76	PARECER FAVORÁVEL.	<u>APROVADO</u> Em 02.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245, DE 1976</u> ASSEGURA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO PREFERÊNCIA PARA PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS.	25.11.76	SENADOR ITAMAR FRANCO	01.12.76	-	-	
<u>Autor:</u> Senador Franco Montoro						

SÍNTESSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÇÕES ORDINÁRIAS	1
PROJETOS RECEBIDOS	1
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	2
PROJETOS RELATADOS	4
PROJETOS PENDENTES	1

Brasília, 5 de dezembro de 1976

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR DANTON JOBIM

ASSISTENTE: Maria Carmen Castro Souza

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 1007/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 117/76, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$..... 858.900.000,00 (oitocentos e cinqüenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	19.12.76	Senador Dantes Quêrcia	19.12.76	Redação final	Aprovado em 19.12.76	
<u>PARECER Nº 1008/76</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 263/76-DF, que altera disposições do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal.	19.12.76	Senador José Lindoso	19.12.76	Redação final	Aprovado em 19.12.76	
<u>PARECER Nº 1010/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 118/76, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norteamericanos), para financiar projetos rodoviários daquele Estado.	19.12.76	Senador Dantes Quêrcia	19.12.76	Redação final	Aprovado em 19.12.76	
<u>PARECER Nº 1011/76</u> Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 42/76 (nº 76-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Democrática, em Brasília, em 13 de abril de 1976.	19.12.76	Senador Mendes Canale	19.12.76	Redação final	Aprovado em 19.12.76	
<u>PARECER Nº 1018/76</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 244/76-DF, que dispõe sobre a participação do Governo do Distrito Federal no capital da PROFLORA S/A - Florestamente e Reflorestamento.	2.12.76	Senador Renato Franco	2.12.76	Redação final	Aprovado em 2.12.76	
<u>PARECER Nº 1021/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 119/76, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de dólares norteamericanos) para aplicação no PRODEMATA.	3.12.76	Senador Otto Lehmann	3.12.76	Redação final	Aprovado em 3.12.76	
<u>PARECER Nº 1034/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 56/76, que suspende a execução do art. 236 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal de 11 de dezembro de 1975.	3.12.76	Senador Renato Franco	3.12.76	Redação final	Aprovado em 3.12.76	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 1058/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 48/76, que redistribui, sem aumento da lotação ideal, os atuais integrantes da Categoria de Assistente de Plenários nas vagas existentes nas classes da categoria de Assistente Legislativo e dá outras providências.	4.12.76	Senador José Lindoso	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1059/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 113/76, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58/72, transformando a Consultoria Jurídica em Consultoria Geral e dando outras providências.	4.12.76	Senador Renato Franco	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1062/76</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 311/76-DF, que eleva em Cr\$ 159.608.000,00 (cento e cinqüenta e nove milhões, seiscentos e oito mil cruzados) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de créditos suplementares.	4.12.76	Senador Otto Lehmann	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1063/76</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 315/76-DF, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo destinado ao atendimento da Rede de Ensino de Segundo Grau do Distrito Federal.	4.12.76	Senador Renato Franco	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1064/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 120/76, que altera o art. 2º da Resolução nº 38, de 1976, e dá outras providências.	4.12.76	Senador Otto Lehmann	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1065/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 121/76, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 47.892.094,41 (quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, noventa e quatro cruzados e quarenta e um centavos).	4.12.76	Senador Mendes Canale	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	
<u>PARECER Nº 1066/76</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 122/76, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar em Cr\$... 3.543.700,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil e setecentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	4.12.76	Senador José Lindoso	4.12.76	Redação final	Aprovado em 4.12.76	

SÍNTSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias - 0 -
 Reuniões Extraordinárias 11
 Projetos relatados 14
 Projetos distribuídos e não relatados 3
 Projetos em diligência
 Ofícios recebidos
 Ofícios expedidos
 Pedidos de vista
 Emendas apresentadas
 Subemendas apresentadas
 Substitutivos
 Projetos de Resolução
 Declarações de voto
 Comparecimento de autoridades
 Votos com restrições
 Convites expedidos

Brasília, em 5 de dezembro de 1976

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1975

PRESIDENTE: SENADOR DANIEL KRIEGER

ASSISTENTE: CANDIDO HIPPIKIR

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 43/75 Inseriu o texto da Resolução n° 358, da IX Conferência Geral da Organização Marítima Inter-governamental (OMI), que aprova Mudanças à Convenção da Organização, no Itinerário, a 14 de novembro de 1975.	02.12.76					

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976.

PRESIDENTE: SENADOR FAUSTO CASTELO BRANCO

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 108, DE 1976 Põe em obrigatória a indicação no rótulo de bacias dos aditivos empregados na sua fabricação.	30.09.76	SENADOR MENDES CANALE	30.09.76	Pelo arquivamento do projeto.	Aprovado em 02.12.76.	
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 416, DE 1976 Estabelece entre as atribuições do MECRAL a revisão de rudimentos de educação sanitária.	15.10.76	SENADOR CATTE TE PINHEIRO	15.10.76	Parecer favorável ao Projeto e a Emenda N° 1-CEC, sugerindo que a Comissão de Redação fique atenta ao texto do Art. 2º.	Aprovado em 02.12.76.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 55, DE 1976</u> Autoriza o reconhecimento de todos os gastos, pesquisas ou descobertas científicas no campo da canceriologia e das doenças transmissíveis, hereditárias, contidas ou não como incuráveis.	05.04.76	SENADOR FAUSTO CASTELO BRANCO	05.04.76	Pela rejeição	Aprovado em 02.12.76.	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 1975</u> Autoriza o aproveitamento dos cegos no Serviço Púlico e na empresa privada e determina outras providências.	29.09.75	SENADOR FAUSTO CASTELO BRANCO	02.10.75	Favorável ao Projeto nos termos da Emenda L.º 1-CS (SUBSTITUTIVO) que apresenta.	Aprovado em 02.12.76.	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reunião realizada 1
 Projetos relatados 4
 Substitutivo apresentado 1

Em 5 de dezembro de 1976.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976.

PRESIDENTE: JOSÉ GUICHARD

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 82, DE 1976</u> Altera dispositivos da Lei n° 5.787, de 27 de junho de 1972.	20.10.76	SENADOR LUIZ CAVALCANTE	20.10.76	Favorável.	Aprovado em 02.12.76.	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 94, DE 1976</u> Dispõe sobre o Pessoal do Ministério do Exército e de outras providências.	1º.12.76	SENADOR LUIZ CAVALCANTE	1º.12.76	Favorável.	Aprovado em 02.12.76.	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reunião realizada 1
 Projeto distribuído 1
 Projeto relatado 2

Em 5 de dezembro de 1976.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
 RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

PRESIDENTE: SENADOR LÁZARO BARBOZA
 ASSISTENTE: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237/76 :</u> "Dispõe sobre punição pelo retardamento injustificado na concessão de benefícios ou prestação de serviço pelo INPS".	05.08.76	Senador Itamar Franco	05.08.76	Favorável, com fórmula Subemenda nº 1 - CCJ	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160/76 :</u> "Dispõe sobre estágio profissional de estudante de direito".	01.04.76	Senador Itamar Franco	01.04.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147/76 :</u> "Determina que os empregados de estações do interior farão jus à remuneração correspondente ao regime de "prontidão", pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho".	25.11.76	Senador Itamar Franco	26.11.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85/76 :</u> "Dispõe sobre pensões a dependentes de servidor público falecido no gozo de dupla aposentadoria".	14.10.76	Senador Otto Lehmann	14.10.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56/76 :</u> "Altera o parágrafo único do Artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 19 de maio de 1943".	28.10.76	Senador Dannion Jobim	17.11.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93/76 :</u> "Fixa as Referências de salário dos empregos do Grupo-Processamento de Dados e dá outras providências".	01.12.76	Senador Otto Lehmann	01.12.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94/76 :</u> "Dispõe sobre o Pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências".	01.12.76	Senador Lázaro Barboza	01.12.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95/76 :</u> "Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos, da Administração Federal direta e das autarquias federais, e dá outras provisões".	01.12.76	Senador Otto Lehmann	01.12.76	Favorável, com Emenda	Aprovado, em 01.12.76	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100/76 :</u> "Prorroga o prazo de validade dos concursos para provimento dos cargos de Juízes Substitutos do Trabalho, estipulado pela Lei nº 6 087, de 16 de julho de 1974".	01.12.76	Senador Lázaro Barboza	01.12.76	Favorável	Aprovado, em 01.12.76	

SÍNTSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	-
Reuniões Extraordinárias	01
Projetos relatados	09
Projetos distribuídos	04
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	-
Emendas apresentadas	01
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	-
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	-
Convites expedidos	-

Brasília, em 06 de dezembro de 1976

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS.

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976.

PRESIDENTE: SENADOR ALEXANDRE COSTA

ASSISTENTE: CLAUDIO CARLOS RODRIGUES COSTA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSEVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO N° 93, DE 1975</u> Obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento e dá outras providências.	28.10.76	SENADOR MENDES CANALE	28.10.76	Favorável.	Aprovado em 01.12.76.	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 1976</u> Altera as diretrizes das rodovias - BR-453 e BR-466, integrantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973.	01.12.76	(AVOCADO) SENADOR ALEXANDRE COSTA	01.12.76	Favorável.	Aprovado em 01.12.76.	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 1976</u> Dispõe sobre a adoção do Hospital Hélio Amorim e dá outras providências.	01.12.76	(AVOCADO) SENADOR ALEXANDRE COSTA	01.12.76	Favorável.	Aprovado em 01.12.76.	

SÍNTSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reunião realizada	1
Projetos distribuídos	2
Projetos relatados.....	3

Em 5 de dezembro de 1976.

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1976

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 83, de 1976 - CN, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.483, de 11 de novembro de 1976, que acrescenta um parágrafo no art. 1º do Decreto-lei nº 1.428, de 02-12-75, que dispõe sobre isenções de impostos na importação, cria incentivos fiscais à indústria nacional de bens de capital, regulamente a concessão de estímulos à ampliação da produção destinada a exportação e dá outras providências.	Pres. Dep. Francisco Rocha V.Pres. Dep. Angelino Rosa Rel. Sen. Arnon da Mello	15-3-77	Instalada em 19-12-76
MENSAGEM Nº 82, de 1976 - CN, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1.487, de 10-11-76, que autoriza remissão de créditos relativos a Imposto Territorial Rural e a contribuição dos que exercem atividades rurais, relativos a 1975, dispensa taxa de serviços cadastrais correspondente a 1975 e 1976.	Pres. Sen. Agenor Maria V.Pres. Sen. Itálvio Coelho Rel. Dep. Dayl de Almeida	5-4-77	I instalada em 19-12-76

SÍNTESIS DOS TRABALHOS

COMISSÕES INSTALADAS 02
REUNIÕES REALIZADAS 02
MEMBROS DAS COMISSÕES 44
ATAS PUBLICADAS 02
AVISOS ENCAMINHADOS AOS BRS, MEMBROS DAS COMISSÕES 44

Senado Federal, em 7 de dezembro de 1976

Ruth de Souza Castro
RUTH DE SOUZA CASTRO
CHEFE DE SERVIÇO DAS COMISSÕES
MISTAS

RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES, MISTAS,
ESPECIAIS E DE INQUÉRITO, CORRESPONDENTES AO
ANO DE 1976

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES	Reuniões	Materias Distribuídas	Comunicação de autoridades	Pedidos de vista	Declarações de voto	Votos com restrições	Enendas e Subemendas apresentadas	Projetos de Resolução apresentados	Substitutivos apresentados	Correspondência recebida	Correspondência expedida	MATERIAIS							
												APRECIADAS	PENDENTES	Approvadas	Rejeitadas	Outras conclusões	TOTAL	Na Comissão	Audiência externa
EXTRATO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PERMANENTES REFERENTE A 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª. LEGISLAÇÃO (1976)																			
Agricultura	20	38	6	2	-	-	5	-	-	17	700	26	3	-	29	7	2	9	
Assuntos Regionais	7	9	-	-	-	-	-	-	-	48	229	5	1	-	6	3	-	3	
Constituição e Justiça	33	605	2	64	88	70	63	23	25	141	80	336	65	30	413	201	-	201	
Distrito Federal	9	24	1	-	-	-	-	2	-	3	107	24	1	1	26	-	-	-	
Economia	37	190	2	14	14	2	35	81	8	11	529	133	29	12	174	34	1	35	
Educação e Cultura	22	15	1	2	1	4	1	-	3	2	2	25	10	8	43	17	2	19	
Finanças	33	145	7	7	7	2	6	6	1	35	27	85	25	10	120	15	3	18	
Legislação Social	15	143	-	22	22	3	40	1	6	3	-	50	26	2	78	106	-	106	
Minas e Energia	11	6	6	-	-	-	-	-	-	12	1269	3	2	-	5	1	-	1	
Redação	127	203	-	-	-	-	3	-	1	-	-	203	-	-	203	3	-	3	
Relações Exteriores	26	49	10	-	-	-	-	-	-	18	452	30	-	18	48	3	-	3	
Saúde	9	19	-	-	-	-	-	-	2	-	-	16	5	1	22	-	1	1	
Segurança Nacional	6	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	2	-	12	1	1	2	
Serviço Público Civil	12	30	-	2	-	1	3	-	1	-	-	31	-	-	31	2	1	3	
Transportes, Comunicação e Obras Públicas	18	36	1	11	-	-	5	-	2	-	640	25	8	3	36	2	1	3	
TOTAL	385	1525	36	124	132	82	161	113	49	290	4035	1002	177	65	1264	395	12	407	

CONFERÊNCIAS realizadas pelo Serviço de Comissões Permanentes

Conferencista — Data

Diplomata Cláudio Garcia de Souza — Embaixador junto à República da Argentina — Comissão de Relações Exteriores — 10-3-76.

Diplomata João Luiz Areias Netto — Embaixador junto à República Gabonesa — Comissão de Relações Exteriores — 17-3-76.

Dr. Gilberto Monteiro Pessoa, indicado para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União — Comissão de Finanças — 1-4-76.

General Alfredo Américo da Silva, Presidente da SIDERBRAS S/A. TEMA: Planos relativos à Usina Siderúrgica de Itaqui e à Usina Siderúrgica projetada para o litoral do Espírito Santo — Comissão de Minas e Energia — 6-4-76.

Prof. Urbano Ernesto Stumpf, do Centro Técnico Aeroespacial. TEMA: "Álcool — Combustível de Motores". — Comissão de Minas e Energia — 8-4-76.

Dr. Flávio Musa de Freitas Guimarães, Presidente da Viação Aérea São Paulo (VASP). TEMA: "A Empresa de Aviação Comercial Brasileira no Momento Atual". — Comissão de Transportes, Viação e Obras Públicas — 20-4-76.

Diplomata Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima — Embaixador junto à República do Surinam — Comissão de Relações Exteriores — 22-4-76.

Diplomata João Baptista Pinheiro — Embaixador junto aos Estados Unidos da América — Comissão de Relações Exteriores — 18-5-76.

Engº Octávio Marcondes Ferraz. TEMA: "Análise da solução Itaipu". — Comissão de Minas e Energia — 20-5-76.

Gen. Costa Cavalcante — Diretor-Geral da Itaipu Binacional. TEMA: Itaipu — Comissão de Minas e Energia — 2-6-76.

Prof. Warwick Estevan Kerr, Superintendente do Instituto de Pesquisas Agrícolas da Amazônia. TEMA: Situação Florestal no Brasil — Comissão de Agricultura — 2-6-76.

Prof. Ezechias Heringer, Coordenador de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal e Chefe do Departamento de Engenharia Agronômica da Universidade de Brasília. TEMA: Situação Florestal no Brasil — Comissão de Agricultura — 9-6-76.

Dr. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. TEMA: Problemas relativos ao órgão que dirige — Comissão do Distrito Federal — 10-6-76.

Gen. Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRAS. TEMA: Atividades da PETROBRAS — Contratos de Risco — Emprego do álcool como combustível — Aproveitamento do xisto betuminoso de São Mateus — Comissão de Minas e Energia — 16-6-76.

Prof. Roberto Burle Marx — Paisagista e Prof. Luiz Emídio de Melo — Botânico. TEMA: Situação Florestal no Brasil — Comissão de Agricultura — 16-6-76.

Dr. Jorge Bierrenbach de Castro — Jornalista de **O Estado de S. Paulo** e Dr. Aparício Nunes Noronha — Presidente da ARBRA — Associação das Empresas Brasileiras de Reflorestamento no Brasil. TEMA: Situação Florestal no Brasil — Comissão de Agricultura — 23-6-76.

Dr. José Walter Bautista Vidal — Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. TEMA: Utilização do Álcool etílico como combustível nacional — Comissão de Minas e Energia — 24-6-76.

Dr. José Gomes da Silva, Presidente da ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária e Diretor da Divisão de Sócio-Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo. TEMA: Legislação do Estatuto da Terra — Comissão de Agricultura — 24-6-76.

Dr. Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Relações Exteriores. TEMA: Política Exterior do Brasil — Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados — 11-8-76.

Dr. Modesto S.A. Carvalhosa, da Universidade de São Paulo. TEMA: A nova lei das Sociedades Anônimas — Comissões de Economia de Constituição e Justiça do Senado — 25-8-76.

Dr. Benedito Fonseca Moreira, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A — CACEX. TEMA: Problemas relacionados com importação do algodão — Comissão de Economia (Subcomissão do algodão) — 31-8-76.

Prof. Olímpio Gonçalves Mendes — Presidente da Associação dos Professores do Distrito Federal. TEMA: Situação Salarial e Funcional de Professores do Distrito Federal — Comissão de Educação e Cultura — 21-9-76.

**RELATÓRIO DAS COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**
1976

Decreto-lei	61
Projetos de Lei — CN	15
Proposta de Emenda à Constituição	35
Proposta de Delegação Legislativa	03
Vetos (Relatórios)	04
Comissões instaladas	118
Reuniões realizadas	208
Membros das Comissões	3.540
Pareceres proferidos	104
Avisos encaminhados	8.707
Convites expedidos	500
Atas publicadas	285
Emendas recebidas	613
Palestras proferidas perante a Comissão que estuda a proposta de Delegação Legislativa nº 01/76, pelos engenheiros Geraldo da Costa Reis e Max Fesser	02
Correspondência expedida	237
Tefex	237

SECRETARIA-GERAL DA MESA

*Resenha das matérias apreciadas de 1º a 5 de dezembro de 1976.
(art. 293, inciso II, do Regimento Interno)*

Projetos aprovados em turno único e enviados à Comissão de Redação:

Projeto de Resolução nº 102, de 1976 — Comissão de Constituição e Justiça — Suspende a execução, em parte, do art. 16 do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, com a redação do Decreto-lei nº 668, de 3 de julho de 1969. — Sessão: 1º-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 104, de 1976 — Comissão de Constituição e Justiça — Suspende, por inconstitucionalidade, as expressões "... e do Ministério Público ..." e "... ou na carreira do Ministério Público ...", constantes do art. 115 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 105, de 1976 — Comissão de Constituição e Justiça — Suspende, por inconstitucionalidade, expressões, que menciona, constantes do parágrafo único do art. 34 e do § 2º do art. 36, ambos do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, do Estado de São Paulo. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projetos rejeitados e enviados ao Arquivo:

Projeto de Lei do Senado nº 265, de 1975 — Senador Vasconcelos Torres — Dispõe sobre vantagens de ex-combatentes para aeronautas, e dá outras providências. — Sessão: 1º-12-76.

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1976 — Senador Vasconcelos Torres — Proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro, por dez anos, e dá outras providências. — Sessão: 2-12-76.

Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1975 — Senador Nelson Carneiro — Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que "dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962". — Sessão: 3-12-76.

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1976 — Senador Benjamim Farah — Dispõe sobre a isenção de correção monetária em finanças

mentos imobiliários, sob regime de "mutirão" e/ou de população de baixa renda, e dá outras providências. — Sessão: 3-12-76.

Projetos aprovados e enviados à Sanção:

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1976-DF — Poder Executivo — Altera disposições do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o sistema tributário do Distrito Federal. — Sessão: 1º-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1976 — Nº 3.129-B/76, na Câmara dos Deputados — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica crédito especial até o limite de Cr\$ 89.000.000,00, para o fim que especifica. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 1º-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1976 — nº 3.154-B/76, na Câmara dos Deputados — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, o crédito especial de Cr\$ 615.800,00 para o fim que especifica. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 1º-12-76.

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1976 — Poder Executivo — Dispõe sobre a participação do Governo do Distrito Federal no capital da PROFLORA S/A — Florestamento e Reflorestamento. — Sessão: 2-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1976 — nº 3.130-B/76, na Câmara dos Deputados — Autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento — Recursos sob Supervisão do Ministério dos Transportes e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Recursos sob Supervisão do Ministério dos Transportes, o crédito especial até o limite de Cr\$ 948.000.000,00, para o fim que especifica — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 2-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1976 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização — FUNDAF — o crédito especial até o limite de Cr\$ 120.000.000,00, para o fim que especifica. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 2-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1976 — nº 3.158-B/76, na Câmara dos Deputados — Regula a eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos Municípios que deixaram de fazê-la no dia 15 de novembro de 1976. — Sessão: 3-12-76.

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1976 — nº 3.089-B/76, na Câmara dos Deputados — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 3-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1976 — nº 1.698-B/76, na Câmara dos Deputados — Acrescenta dispositivos no Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, que autoriza a constituição da Sociedades por Ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, e dá outras providências. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 3-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1976 — nº 2.815-B/76, na Câmara dos Deputados — Reajusta o valor da pensão especial concedida a Justiniana Fleury Passos. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 3-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1976 — nº 2.686-B/76, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre pensão especial em favor de Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 3-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1976 — nº 3.092-B/76, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre o pessoal do Ministério do Exército, e dá outras providências. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1976 — nº 2.553-B/76, na Câmara dos Deputados — Fixa as referências de salário dos empregos do Grupo-Processamento de Dados, e dá outras providências. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1976-DF — Poder Executivo — Eleva em Cr\$ 159.608.000,00 (cento e cinqüenta e nove milhões, seiscentos e oito mil cruzeiros) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal, para abertura de créditos suplementares. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1976 — nº 3.066-B/76 — Prorroga o prazo de validade dos concursos para provimento dos cargos de Juízes Substitutos do Trabalho, estipulado pela Lei nº 6.087, de 16 de julho de 1974. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1976-DF — Poder Executivo — Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo destinado ao atendimento da rede de ensino de segundo grau do Distrito Federal. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1976 — nº 3.131-B/76, na Casa de origem — Concede pensão especial a Rosalina Thomé Moreira, e dá outras providências. — De iniciativa do Senhor Presidente da República. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projetos aprovados e enviados à Promulgação:

Projeto de Resolução nº 117, de 1976 — Comissão de Economia — Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 858.900.000,00 (oitocentos e cinqüenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. — Sessão: 1º-12-76.

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1976 — nº 76-B/76, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto do Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática, em Brasília, em 13 de abril de 1976. — Sessão: 1º-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 118, de 1976 — Comissão de Finanças — Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), para financiar projetos rodoviários daquele Estado. — Sessão: 1º-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 119, de 1976 — Comissão de Finanças — Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos), para aplicação no "PRODEMATA". — Sessão: 3-12-76.

Projeto de Resolução nº 56, de 1976 — Comissão de Constituição e Justiça — Suspende a execução do art. 236, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal, de 11 de dezembro de 1975. — Sessão: 3-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 48, de 1976 — Senador João Calmon e outros Senhores Senadores — Retifica o enquadramento dos Auxiliares de Plenário, Classe "D", do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 113, de 1976 — Comissão Diretora — Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, transformando a Consultoria Jurídica em Consultoria Geral, e dando outras providências. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 120, de 1976 — Comissão Diretora — Altera o art. 2º da Resolução nº 38, de 1976, e dá outras providências. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 121, de 1976 — Comissão de Economia — Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a elevar em Cr\$ 47.892.094,41 (quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, noventa e quatro cruzeiros e quarenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 122, de 1976 — Comissão de Economia — Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar em Cr\$ 3.543.700,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. — Sessão: 4-12-76 (extraordinária).

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 118ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AO 1º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezessete horas do dia primeiro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Orestes Quêrcia, José Lindoso e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia do Projeto de Resolução nº 117, de 1976, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 858.900.000,00 (oitocentos e cinqüenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada;

b) pelo Senhor Senador José Lindoso do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1976-DF, que altera disposições do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 119ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AO 1º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia primeiro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann e Orestes Quêrcia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Orestes Quêrcia apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1976, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), para financiar projetos rodoviários daquele Estado.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 120ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AO 1º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Orestes Quêrcia, José Lindoso e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Mendes Canale apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1976 (nº 76-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova

o texto do Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática, em Brasília, em 13 de abril de 1976.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 121ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 2 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia dois do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia, Mendes Canale e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1976-DF, que dispõe sobre a participação do Governo do Distrito Federal no capital da PROFLORA S/A - Florestamento e Reforestamento.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 122ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 3 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezessete horas do dia três do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Orestes Quêrcia.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Otto Lehmann apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1976, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos) para aplicação no PRODEMATA.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 123ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 3 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezenove horas e dez minutos do dia três do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia e José Lindoso.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1976, que suspende a execução do art. 236 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal de 11 de dezembro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 124ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 4 DIAS

DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dez horas e quinze minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Mendes Canale e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Otto Lehmann e Orestes Quérzia.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador José Lindoso, do Projeto de Resolução nº 48, de 1976, que redistribui, sem aumento da lotação ideal, os atuais integrantes da Categoria de Assistente de Plenários nas vagas existentes nas classes da categoria de Assistente Legislativo, e dá outras providências; e

b) pelo Senhor Senador Renato Franco, do Projeto de Resolução nº 113, de 1976, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, transformando a Consultoria Jurídica em Consultoria Geral e dando outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada e reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 125ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 4 DIAS

DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Orestes Quérzia

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Otto Lehmann apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1976-DF, que eleva em Cr\$ 159.608.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e oito mil cruzeiros) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de créditos suplementares.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 126ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 4 DIAS

DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976

Às quinze horas e vinte minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, José Lindoso e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Otto Lehmann e Orestes Quérzia.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1976-DF, que autoriza o Governo do Distrito Federal a

contrair empréstimo destinado ao atendimento da Rede de Ensino de Segundo Grau do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 127ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 4 DIAS

DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, Orestes Quérzia e José Lindoso.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Otto Lehmann apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 120, de 1976, que altera o art. 2º da Resolução nº 38, de 1976, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 128ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 4 DIAS

DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Às dezoito horas e dez minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann, Mendes Canale e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, e Orestes Quérzia.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Mendes Canale, do Projeto de Resolução nº 121, de 1976, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 47.892.094,41 (quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, noventa e quatro cruzeiros e quarenta e um centavos); e

b) pelo Senhor Senador José Lindoso, do Projeto de Resolução nº 122, de 1976, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG), a elevar em Cr\$ 3.543.700,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

ATA DA 37ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1976.

Às dez horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", reúne-se a Comissão de Economia, sob a presidência do Sr. Senador Renato Franco, Vice-Presidente, no exercício da presidência, e a presença dos Srs. Senadores Agenor Maria, Ruy Santos, Jarbas Passarinho, Franco Montoro e Roberto Saturnino.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Jessé Freire, Luiz Cavalcante, Arnon de Mello, Paulo Guerra, Milton Cabral e Orestes Quérzia.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Senador Ruy Santos:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 188, de 1976, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 858.900,00 (oitocentos e cinqüenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Pelo Senador Jarbas Passarinho:

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1976, que revoga o art. 357 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo voto vencido, do Sr. Senador Franco Montoro.

Pelo Senador Franco Montoro:

Voto em Separado que, aprovado, passou a Parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1975, que altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, e favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Legislação Social, em conformidade com o novo voto do Senador Jarbas Passarinho, Relator da matéria na CLS, tendo voto em separado do Senador Arnon de Mello, favorável à Emenda de Plenário, com as Subemendas de nºs 1 e 2—CE que apresenta.

A Comissão rejeita o parecer favorável do Relator, Senador Jarbas Passarinho, ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1976, que dispõe sobre a opção de compra pelo Poder Executivo de mercadorias exportáveis, e, na oportunidade, é designado Relator do Vencido o Sr. Senador Ruy Santos, que emite parecer contrário ao projeto, sendo o mesmo aprovado.

A seguir, o Sr. Presidente apresenta uma síntese dos trabalhos da Comissão na presente Sessão Legislativa, e agradece aos seus ilustres pares a colaboração recebida, concurso indispensável, afirma o Sr. Presidente, para que a Comissão pudesse, a contento, cumprir as suas atribuições regimentais, no exame das matérias a ela submetidas.

Prosseguindo, o Sr. Senador Jarbas Passarinho pede a palavra e tecê eloquentes considerações à atuação do Sr. Presidente, Senador Renato Franco, na presidência da Comissão de Economia, em substituição ao seu titular, Senador Milton Cabral, ocasião em que ressaltou a maneira dedicada, cuidadosa e competente com que sempre se houve na condução dos trabalhos. Associaram-se às homenagens prestadas ao Sr. Presidente, Senador Renato Franco, pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho, os Srs. Senadores Ruy Santos, Agenor Maria e Franco Montoro.

Emocionado, o Sr. Presidente, Senador Renato Franco, agradece as manifestações de regozijo prestadas pelos seus companheiros e credita a todos os Senhores membros da Comissão o êxito obtido.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. Senadores e declara encerrados os trabalhos da Comissão na presente Sessão Legislativa, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1976

Às onze horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório "Milton Campos", reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, e a presença dos Srs. Senadores Domício Gondim, Mendes Canale, Franco Montoro e Jarbas Passarinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Jessé Freire e Henrique de La Rocque.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Mendes Canale:

Parecer favorável à Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1974, que "altera a proporção estabelecida no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras providências".

Pelo Senador Jarbas Passarinho:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1975, que "estabelece que os funcionários federais, estaduais e municipais, vinculados ao INPS, serão aposentados nas bases e condições estabelecidas no texto constitucional".

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1975, que "restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes do trabalho".

Parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1976, que "determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências".

Por solicitação do Sr. Senador Franco Montoro, fica adiada a discussão e votação dos pareceres e votos em separados sobre os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1975, que dá nova redação ao *caput* do artigo 5º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, assegurando melhor amparo ao desempregado; e, Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1975, que "dispõe sobre o pagamento do auxílio-doença a segurados do INPS que exerçam mais de uma atividade profissional, acrescentando parágrafo ao artigo 24 da Lei Orgânica da Previdência Social".

A presidência concedeu vista do seguinte projeto, ao Sr. Senador Franco Montoro: Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1976, que "dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho em favor dos trabalhadores autônomos".

Face a aprovação de Requerimento formulado pelo Sr. Senador Franco Montoro, no sentido de que sejam ouvidas as Confederações Nacionais de Empregadores e Empregados, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1976, que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências", fica, também, adiada a apreciação do parecer do Relator, Senador Jarbas Passarinho, sobre a matéria.

A seguir, o Sr. Presidente apresenta uma síntese dos trabalhos realizados pela Comissão durante a Sessão Legislativa que se encerra, agradecendo, na oportunidade, a colaboração recebida dos seus ilustres pares, condição imprescindível, para que a Comissão pudesse desincumbir-se, a contento, das suas atribuições regimentais. Na ocasião, o Sr. Senador Jarbas Passarinho usa da palavra e, por solicitação do Sr. Senador Franco Montoro, o faz em nome da Comissão, para agradecer a maneira cordial e zelosa com que sempre o Sr. Presidente se houve na condução dos trabalhos da Comissão. Após o Sr. Senador Jarbas Passarinho encerrar as suas elogiosas considerações ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente, Sua Exceléncia, comovido, credita o êxito obtido à própria Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. Membros da Comissão, e declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Legislativa, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1976

Às quinze horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", sob a presidência do Sr. Senador Lázaro Barboza, e a presença dos Srs. Senadores Otto

Lehmann, Itamar Franco, Mauro Benevides e Danton Jobim, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Heitor Dias, Augusto Franco, Accioly Filho e Luiz Viana.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes Pareceres:

Pelo Sr. Senador Danton Jobim:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1976, que "altera o parágrafo único do artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Pelo Sr. Senador Otto Lehmann:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1976, que "dispõe sobre pensões a dependentes de servidor público falecido no gozo de dupla aposentadoria".

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1976, que "fixa as Referências de salário dos empregos do Grupo-Processamento de Dados, e dá outras providências".

Parecer favorável com uma Emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1976, que "dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos, da Administração Federal direta e das autarquias federais, e dá outras providências".

Pelo Sr. Senador Itamar Franco:

Parecer favorável através da Subemenda nº 1-CCJ, ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1975, que "dispõe sobre punição pelo retardamento injustificado na concessão de benefícios ou prestação de serviço pelo INPS".

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1976, que "determina que os empregados de estações do interior farão jus a remuneração correspondente ao regime de "prontidão" pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho".

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1974, que "dispõe sobre estágio profissional de estudante de Direito".

Prosseguindo, em cumprimento ao que preceitua o artigo 94, parágrafo único, do Regimento Interno, o Sr. Senador Lázaro Barboza passa a Presidência ao Sr. Senador Otto Lehmann, para que possa relatar favoravelmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1976, que "dispõe sobre o Pessoal do Ministério do Exército, e dá outras providências"; e o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1976, que "prorroga o prazo de validade dos concursos para provimento dos cargos de Juízes Substitutos do Trabalho, estipulado pela Lei nº 6.087, de 16 de julho de 1974".

Ao reassumir a Presidência, o Sr. Senador Lázaro Barboza encerra a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

(*) COMISSÃO DE ECONOMIA

ATA DA 27ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1976

Às dez horas do dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Epitácio Pessoa", sob a presidência, nos termos do § 3º do art. 93 do Regimento Interno, do Sr. Senador Ruy Santos e, eventualmente, do Sr. Senador Arnon de Mello, e a presença dos Srs. Senadores Paulo Guerra, Franco Montoro, Agenor Maria, Cattete Pinheiro e Luiz Cavalcante, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, Vasconcelos Torres, Jessé Freire, Jarbas Passarinho, Renato Franco, Orestes Quêrcia e Roberto Saturnino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Arnon de Mello:

Favorável, com as Subemendas de nºs 1 e 2-CE, que oferece a Emenda nº 1, de Plenário (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1975, que altera dispositivo da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que "dispõe sobre a profissão de Economista".

Em discussão o parecer do Relator, o Sr. Senador Franco Montoro usa da palavra e pede vista do projeto. A presidência atende à solicitação do Sr. Senador Franco Montoro e concede-lhe vista do referido processo.

Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1975, que "disciplina a venda, no comércio varejista, dos cereais acondicionados em pacotes padronizados".

* A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Pelo Senador Paulo Guerra:

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1976, que "determina levantamentos prévios de custo para fixação de preços dos produtos agrícolas".

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Pelo Senador Ruy Santos:

Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1972, que "estimula o aproveitamento de empregados de idade mais alta, mediante a fixação de contribuições variáveis para o INPS"; e Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1975, que "dispõe sobre o aproveitamento de mão-de-obra de pessoas com idade superior a 35 anos, e dá outras providências", em tramitação conjunta.

Usam da palavra, para discutir a matéria, os Srs. Senadores Franco Montoro, Cattete Pinheiro, Agenor Maria, Paulo Guerra e o Relator, Senador Ruy Santos. Em votação o parecer, é o mesmo rejeitado e designado Relator do vencido o Sr. Senador Agenor Maria, que apresenta parecer favorável ao PLS nº 5, de 1972, e pela prejudicialidade do PLS nº 174, de 1975. O parecer do Relator do vencido, o Sr. Senador Agenor Maria, é aprovado, passando o do Sr. Senador Ruy Santos a voto vencido, em separado, ao projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1976, que "torna obrigatória a indicação no rótulo de bebidas dos aditivos empregados na sua fabricação", concluindo o seu Voto em Separado pela rejeição do projeto.

Durante a discussão da matéria, usam da palavra os Srs. Senadores Agenor Maria, Franco Montoro e o Relator, Senador Paulo Guerra, que mantém o seu parecer favorável ao projeto. Encerrados os debates, a Comissão aprova o Voto em Separado do Sr. Senador Ruy Santos, que passa a ser o parecer, contrário ao projeto, tendo votos vencidos dos Srs. Senadores Franco Montoro e Paulo Guerra, e voto com restrições do Sr. Agenor Maria, passando, em consequência, o parecer do Sr. Senador Paulo Guerra a Voto em Separado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1976

Às noze horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, sob a presidência do Senhor Senador Alexandre Costa, Presidente, e a presença dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Otto Lehmann, Mendes Canale e Teotônio Vilela, na Sala "Ruy Barbosa", reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, José Esteves, Paulo Guerra, Evandro Carreira e Evelásio Vieira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São tidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Senhor Meade Canale:

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1975, que obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento, e dá outras providências.

A seguir, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Luiz Cavalcante para assumir a direção dos trabalhos a fim de que possa relatar favoravelmente os seguintes projetos:

1) Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1976, que altera as diretrizes das Rodovias BR-453 e BR-468, integrantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e

2) Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1976, que dispõe sobre a doação do Hospital "Hermídio Amorim", e dá outras providências.

Posto o parecer em discussão e votação, são os mesmos aprovados por unanimidade.

Reassumindo a presidência dos trabalhos, o Senhor Senador Alexandre Costa encerra a presente reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Assistente da Comissão, para constar a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 31ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Amaral Peixoto — Presidente, Saldanha Derzi, Evelásio Vieira, Heitor Dias, Mauro Benevides, Fausto Castelo-Branco, Ruy Santos, Virgílio Távora, Danton Jobim, Cattete Pinheiro, Alexandre Costa, Roberto Saturnino, Ruy Carneiro e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala "Ruy Barbosa".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Jessé Freire, Mattos Leão, Tarso Dutra, Henrique de Ló Rocque, Teotônio Vilela e Itamar Franco.

O Sr. Presidente — Senador Amaral Peixoto, ao constatar a existência de número regimental, declara aberto os trabalhos, após ter sido dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Da pauta, são relatadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1976, que "altera o Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, que autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM e dá outras providências".

Pelo Sr. Senador Heitor Dias:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1976, que "fixa as referências de salário dos empregos do Grupo de Processamento de Dados".

Pelo Sr. Senador Ruy Santos:

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1976, que "dispõe sobre a doação do Hospital "Hermínio Amorim" e dá outras providências".

Os pareceres relacionados, após terem sido submetidos à discussão e votação, são aprovados.

Ainda constante da pauta, são apreciadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Virgílio Távora:

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1976, que "Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1974".

O parecer, após ter sido submetido à discussão, em votação, é aprovado, tendo o Sr. Senador Mauro Benevides votado "com restrições nos termos do Voto em separado apresentado".

Pelo Sr. Senador Helvídio Nunes:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1976 — Lei Complementar — que "inclui os Viajantes Comerciais Autônomos entre os beneficiários do Programa de Integração Social (PIS)", e dá outras providências.

O parecer, após ter sido submetido à discussão, em votação, é rejeitado. É aprovado o parecer apresentado pelo Sr. Senador Ruy Santos (Relator do vencido), pela rejeição do Projeto.

Ao final, o Sr. Senador Saldanha Derzi, em nome da ARENA, considerando ser esta a última reunião da presente sessão legislativa, "deseja prestar uma homenagem de respeito e admiração à esse extraordinário homem público, Senador Amaral Peixoto, que para felicidade dos companheiros de comissão, presidiu esse órgão técnico nos últimos dois anos, de maneira cavalheiresca, educada, respeitosa e independente, predicados que justificam a homenagem que o Partido presta à S. Ex^a, que sempre tem significado todos os cargos que exerce.

Logo após, o Sr. Senador Mauro Benevides, destaca a atuação equilibrada que caracterizou a gestão do Sr. Senador Amaral Peixoto à frente da Comissão de Finanças, pois "realmente S. Ex^a se portou com aquela dignidade e caráter que marca uma tradição na vida pública brasileira". Prosseguindo, faz referência ao empenho de S. Ex^a em "fazer com que a Comissão se adequasse ao cumprimento das prerrogativas de fiscalização e controle que constam da própria Constituição e da Lei nº 6.223", observando-se que, se assim aconteceu, se deve atribuir à persistência, obstinação e espírito público de S. Ex^a, que, em sucessivos contatos, quer com o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Kunzler, quer com o próprio Presidente da Casa, Senador Magalhães Pinto, que, da mesma forma, têm se mostrado sensíveis à essa postulação, conseguiu, encaminhar a questão da melhor forma possível. Encerrando, o Sr. Senador Mauro Benevides dá as suas despedidas à Comissão, pois, pela generosidade dos colegas do Partido, foi indicado para integrar a Mesa Diretora, razão pela qual, manifesta o seu agradecimento aos companheiros da Comissão, que o receberam de forma tão magnânima e generosa, admitindo aqui, que, na defesa de seus pontos de vista, prenhesse por alguns minutos, em diversas oportunidades, as atenções de eminentes Senadores, Senadores do porte de Ruy Santos, com a sua lucidez, sua tradição parlamentar, Heitor Dias, com a sua segurança na defesa de seu ponto de vista, a serenidade do Senador Fausto Castelo-Branco, o dinamismo e o empenho pelo bom andamento dos nossos trabalhos do Senador Saldanha Derzi, a clarividência do Senador Evelásio Vieira e a diplomacia do Senador Danton Jobim, enfim, todos integrantes da Comissão, que se portaram com indiscutível espírito público. "Queria, também, prestar o tributo do meu reconhecimento aos funcionários dessa Comissão, sempre dedicados e atentos, e, naturalmente, ao Vice-Presidente, Senador Teotônio Vilela; que, em algumas oportunidades dirigiu os nossos trabalhos com a mesma segurança e equilíbrio, inclusive chefiando a Delegação que se deslocou para o Estado do Paraná no mês de setembro.

Em seguida, o Sr. Senador Heitor Dias, subscreve os justos elogios formulados pelos Senadores Saldanha Derzi e Mauro Benevides, mas, deseja, de modo particular, "que no elogio merecido que se há de consignar em Ata, fazer um registro especial para o Secretário da Comissão, e, também aos funcionários e assessores que tanto colaboraram para o bom andamento de nossas atividades".

O Sr. Senador Amaral Peixoto, agradecendo palavras tão generosas ditas à seu respeito, afirma que a sua missão foi extraordinariamente facilitada pela alta compreensão de todos os membros da Comissão que aqui divergiram algumas vezes em questões políticas ou não, mas, sempre mantiveram um perfeito espírito de cordialidade. Isso ainda, referendar tudo o que foi dito sobre os nossos fun-

cionários, em especial o nosso Secretário Marcus Vinícius, que foram incansáveis na execução de suas obrigações. Lamento não deixar a Comissão perfeitamente aparelhada para cumprir a sua missão, apesar dos esforços do Senador Magalhães Pinto, que compreendeu a necessidade de se aparelhar a Comissão de Finanças, considerada por muitos a mais importante, para que ela possa dar uma contribuição ao Governo, um auxílio à fiscalização financeira. Mas, estou certo que o sucessor vai encontrar o caminho desbravado e terá a oportunidade de obter a solução desejada. Finalmente, quero garantir, que, fora daqui estarei sempre pronto para chamar a atenção dos companheiros para a importância da Comissão de Finanças, para que ela possa prestar serviços à Nação e, sobretudo, o renome do Senado Federal perante a opinião pública do País.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Srs. Senadores João Calmon — Presidente, Arnon de Mello, Domício Gondim e Luiz Cavalcante, reúne-se a Comissão de Minas e Energia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, Dirceu Cardoso e Itamar Franco.

Verificada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constantes da pauta, são lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Sr. Senador Luiz Cavalcante:

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 1976, que "altera os artigos 11 e 37 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1976, que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940".

Pelo Sr. Senador Arnon de Mello:

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1972, que "fixa em seis horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade; e dá outras providências";

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1976, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de plants de engarrafamento de gás liquefeito de petróleo, nos casos que especifica, e dá outras providências"; e

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1976, que "acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, que autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM — e dá outras providências".

Esgotada a pauta, é concedida a palavra ao Sr. Senador Arnon de Mello, que tece considerações em torno das relevantes atividades deste órgão técnico, enfatizando o elevado espírito público que inspirou os trabalhos de seus integrantes, sem distinção partidária, para, em seguida, com a manifestação de apoio de seus pares, registrar o reconhecimento geral pela dinâmica orientação e desempenho altamente eficiente do Sr. Senador João Calmon à frente da Comissão de Minas e Energia, exaltando-lhe os dotes de cultura, inteligência, liderança e operosidade.

Em prosseguimento, o Sr. Senador João Calmon agradece a homenagem de que foi alvo, bem como a solidariedade e colaboração prestadas por todos os Membros da Comissão, sem as quais — no seu entender — não poderia dar cumprimento à missão a que se propôs, recorda os excelentes resultados alcançados com a realização do ciclo de conferências sobre a política mineral e energética do País,

quando este órgão técnico teve a oportunidade de debater os importantes temas focalizados pelos Srs. Dr. Fernando Antonio Roquete Reis, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Aureliano Chaves, Governador de Minas Gerais, Dr. Aluísio Marins, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Não-Ferrosos e de Siderurgia, Dr. Yvan Barreto de Carvalho, Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Dr. Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia, Dr. Glycon de Paiva, da Academia Brasileira de Ciências, General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS, Chanceler Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores, Dr. Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRÁS, Prof. José Goldemberg, Diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Prof. Israel Vargas, da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisas Radioativas de Belo Horizonte, General Alfredo Américo da Silva, Presidente da SIDERBRÁS, Engº Octávio Marcondes Ferraz, ex-Ministro da Viação e Obras Públicas e ex-Presidente da ELETROBRÁS, General José Costa Cavalcanti, Diretor-Geral da ITAIPU-BINACIONAL, Prof. Urbano Ernesto Stumpf, do Centro Técnico Aeroespacial, e Dr. José Walter Bautista Vidal, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, e, por último, apresenta a seguinte síntese das atividades da Comissão de Minas e Energia, cuja presidência lhe foi confiada no biênio 1975-1976:

Reuniões realizadas	33
Projetos relatados	08
Pedidos de vista	02
Comparecimento de autoridades	17
Conferências proferidas	17
Convites expedidos	3.750
Ofícios recebidos	27
Ofícios expedidos	54

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA 22ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1976

Às dez horas do dia dois de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador Ruy Santos, Presidente eventual, e a presença dos Srs. Senadores Otto Lehmann, Adalberto Sena, Evelásio Vieira, João Calmon e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Tarso Dutra, Presidente, Henrique de La Rocque, Gustavo Capanema, Mendes Canale, Paulo Brossard, Helvídio Nunes, José Sarney, Itamar Franco e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Sr. Senador Otto Lehmann que emite parecer pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1976, que "estabelece prazo para a convocação obrigatória de alunos excedentes, e dá outras providências".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO DIRETORA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 1977.

Sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente; Benjamim Farah, Segundo-Vice-Presidente; Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário; Ruy Carneiro e Mendes Canale, suplentes convocados, às dez horas e trinta minutos, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marcos Freire, Segundo-Secretário; Lourival Baptista, Terceiro-Secretário; e Lenoir Vargas, Quarto-Secretário.

Declarando abertos os trabalhos, o Senhor Presidente submete ao "referendum" da Comissão expedientes relativos à classificação de despesas nos valores de Cr\$ 4.930.000,00 (quatro milhões e novecentos e trinta mil cruzeiros) e Cr\$ 900,00,00 (novecentos mil cruzeiros) respectivamente, no elemento econômico Saldo de Exercícios Anteriores, na forma do disposto no art. 437 do Regimento Interno, anteriormente autorizadas. A Comissão, sem votos em contrário, referenda a decisão do Senhor Presidente, na forma regimental. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente submete ao "referendum" da Comissão Processo de nº DP—1.144/76, pelo qual a servidora Sandra Silva Tasquino dos Santos, Assistente Legislativo Classe "A", do Quadro Permanente, solicita licença sem vencimentos para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 1º-1-77, anteriormente autorizada pelo mesmo. A Comissão, por unanimidade, referenda a decisão do Senhor Presidente, na forma regulamentar.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, que, na qualidade de Relator, submete à apreciação da Comissão, com pareceres favoráveis pela aprovação, os seguintes expedientes: a) Demonstrativo Contábil do Senado Federal, relativo às contas do Quarto Trimestre do exercício de 1976. A Comissão, por unanimidade, aprova a matéria na forma do Parecer; b) Demonstrativos Contábeis do Centro Gráfico do Senado Federal, Cegraf, referentes às contas do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Trimestres, do exercício de 1976. A Comissão, por unanimidade, aprova a matéria nos termos do Parecer do Relator; c) Demonstrativos Contábeis do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, Prodasen, relativos às contas do Terceiro e Quarto Trimestres do exercício de 1976. A Comissão, sem votos em contrário, aprova a matéria nos termos do Parecer do Relator; d) Processo de nº DP—059/77, pelo qual a servidora Paula Lessa da Cunha Canto, Assistente Legislativo Classe "C", do Quadro Permanente, solicita autorização para ausentar-se do País, durante o mês de fevereiro do corrente ano. A Comissão, sem votos em contrário, defere o pedido; e) Processo de nº DP—618/76, pelo qual a servidora Maria Ignez Brown Rodrigues, no exercício do cargo em Comissão de Assessor Legislativo, solicita 90 (noventa) dias de Licença Especial, sendo o referido Processo instruído com uma Consulta da Diretora da Subsecretaria de Pessoal sobre como proceder com relação ao Pagamento da Gratificação de Representação, a que se julga com direito a requerente, e com Parecer favorável, pelo deferimento do pedido, emitido pelo Doutor Consultor-Geral do Senado. A Comissão, sem votos discordantes, à vista das informações constantes do processado, aprova o Parecer do Relator, que se pronunciou pelo deferimento do pedido na forma das conclusões do Parecer do Doutor Consultor-Geral, servindo o mesmo como jurisprudência firmada a respeito do assunto, conforme sugerido pelo Senhor Diretor-Geral; f) Processos de nºs DP—071/77, DP—091/77 e DP—055/77, pelos quais os servidores Sidney José Kronemberger, Técnico em Comunicação Social Classe "A", Luiz Fernando de Oliveira Freire, Técnico Legislativo Classe "C" e Gláucia Silva e Cohen, Assistente Legislativo Classe "B", todos do Quadro Permanente, solicitam licença sem vencimentos pelo prazo de 2

(dois) anos, para trato de interesses particulares, a partir de 9-2-77, 25-2-77 e 1º-3-77, respectivamente. A Comissão, por unanimidade, defere os pedidos; g) Consulta de nº 3/76, da Diretora da Subsecretaria de Pessoal, relativa à situação dos servidores aposentados com as vantagens de cargo de direção. A Comissão, à vista das informações constantes do Processado e por unanimidade, aprova a matéria nos termos dos Pareceres do Doutor Consultor-Geral e do Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 35, de 1976, da Comissão Diretora, os quais se pronunciaram, respectivamente, da seguinte forma: "Ante o exposto, entendemos que os aposentados como Diretores devem perceber seus proventos, que variarão apenas em função dos diferentes níveis, dos cargos de direção em que os funcionários foram aposentados"; e "entendemos, assim, que aos aposentados como Diretores se aplica o disposto nos Processos nºs DP—785/76 e DP—802/76".

Prosseguindo com os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente, que, na qualidade de Relator, designado para examinar o Relatório final encaminhado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 35, de 1976, da Comissão Diretora, apresenta à Comissão considerações sobre a matéria, a qual consubstancia não só a transformação dos empregos constantes do Quadro de Pessoal CLT, incluídos no Plano de Classificação de Cargos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, em cargos do Quadro Permanente, como também o exame em profundidade de todos os processos e assuntos correlatos abrangidos por ambos regimes jurídicos — Estatutário e CLT — que foram submetidos à apreciação do referido Grupo de Trabalho. Como medida preliminar e dada a exiguidade do tempo, o Senhor Presidente propõe à Comissão a transferência do exame da matéria à futura Comissão Diretora, inclusive os Requerimentos que se encontram no Gabinete da Presidência, sobre o aproveitamento de servidores em cargo de Assessor Legislativo, de provimento em Comissão. A Comissão aprova a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, tendo alguns dos Senhores Senadores presentes solicitado a transcrição em Ata dos Requerimentos de vários servidores da Casa, como segue: a) Senador Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente: requerimentos de João Ferreira Filho, Agente de Segurança Legislativa Classe "D"; José Gomes, Agente Administrativo Classe "C"; e Olavo de Souza Ribeiro, Artífice de Eletricidade e Comunicação, Mestre Classe "D"; b) Senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário: requerimentos de Joaquim Correa de Oliveira, Taquígrafo Legislativo Classe "C"; José Ferreira Lima, Assistente Legislativo Classe "A"; Otto Mares, Assistente de Plenários Classe "C"; Joé Luiz Nogueira, Assistente de Plenários Classe "C"; e José Viana da Silva, Assistente de Plenários Classe "D"; e c) Senador Ruy Carneiro: requerimento de Waldemar André Pinna, Assistente Legislativo Classe "A"; e Manoel de Oliveira Cavalcanti, Agente Administrativo Classe "C". O Senhor Senador Benjamim Farah requereu destaque para a apreciação e votação do requerimento do Servidor Silvio Hauagem Soares, Assistente Legislativo Classe "B", tendo a Comissão, igualmente, a contra o voto de sua Excelência, decidido transferir o exame da matéria para a próxima Comissão Diretora.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente dirige a seus Pares algumas palavras de agradecimento, congratulando-se pela eficiente colaboração emprestada à Presidência por todos os Membros integrantes da Comissão Diretora, durante o período em que teve a honra de presidir esse Órgão Colegiado. Os demais membros agradecem a distinção e o privilégio de terem dele participado, colaborando e convivendo com Sua Excelência, o Senhor Senador Magalhães Pinto, que realizou uma administração dignificante e austera. Os membros da Comissão pertencentes à Minoria, na palavra dos Senhores Senadores Benjamim Farah e Ruy Carneiro, solicitaram a transcrição de um voto de congratulações a todos os Pares, destacando a austeridade da Administração do Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, às doze horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Dinarte Mariz, Pri-

meiro-Secretário designado para Secretariar a Reunião, a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de fevereiro de 1977.
Magalhães Pinto — Presidente — **Wilson Gonçalves** — **Benjamim Farah** — **Ruy Carneiro** — **Mendes Canale**.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 82, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.487, de 10 de novembro de 1976, que "autoriza remissão de créditos relativos a Imposto Territorial Rural e a contribuição dos que exercem atividades rurais, relativos a 1975, dispensa a taxa de serviços cadastrais correspondente a 1975 e 1976".

ATA DA I^ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1976

Às desesseis horas do dia primeiro de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Altevir Leal, Renato Franco, Heitor Dias, Itálvio Coelho, Mendes Canale, Otair Becker, Agenor Maria, Adalberto Sena e Ruy Carneiro e os Deputados Carlos Alberto de Oliveira, João Clímaco, Peixoto Filho e Celso Barros, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 82, de 1976 (CN), que "autoriza remissão de créditos relativos a Imposto Territorial Rural e a contribuição dos que exercem atividades rurais, relativos a 1975, dispensa a taxa de serviços cadastrais correspondente a 1975 e 1976".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e Helvídio Nunes e os Deputados Dayl de Almeida, Gerson Camata, Fernando Gonçalves, Raul Bernardo, Odacir Klein, Octacílio Queiroz e Cotta Barbosa.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Renato Franco, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente eventual, Senador Renato Franco, esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Celso Barros para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
 Senador Agenor Maria 12 votos
 Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:
 Senador Itálvio Coelho 12 votos
 Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Agenor Maria e Itálvio Coelho.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Agenor Maria agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Dayl de Almeida.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 79, de 1976 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.485, de 25 de outubro de 1976, que "institui estímulos fiscais ao turismo estrangeiro no País".

ATA DA I^ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1976

Às desesse horas do dia vinte e nove de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Renato Franco, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, José Sarney, Mendes Canale, Ruy Santos, Agenor Maria, Roberto Saturnino e Orestes Quêrcia e os Srs. Deputados Gabriel Hermes, Jonas Carlos e Antunes de Oliveira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 79, de 1976 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.485, de 25 de outubro de 1976, que "institui estímulos fiscais ao turismo estrangeiro no País".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Senador Renato Franco que declara instalada a Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Cattete Pinheiro e Helvídio Nunes e os Srs. Deputados Maurício Leite, Benedito Canellas, Josias Leite, Carlos Wilson, Rubem Medina, Dias Menezes, Brígido Tinoco e Magnus Guimarães.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Mendes Canale.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
 Senador Roberto Saturnino 11 votos
 Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:
 Senador Renato Franco 11 votos
 Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Roberto Saturnino e Renato Franco.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Roberto Saturnino agradece em nome do Senador Renato Franco e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Josias Leite para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 80, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.486, de 1º de novembro de 1976, que "altera o anexo II do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976, e dá outras providências".

ATA DA I^ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976

Às desesse horas do dia trinta de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 80, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional

o texto do Decreto-lei nº 1.486, de 1º de novembro de 1976, que "altera o Anexo II do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Virgílio Távora, Heitor Dias, Eurico Rezende, Mendes Canale, Itamar Franco, Lázaro Barboza e Ruy Carneiro e os Deputados Ivair Garcia, Jonas Carlos, Gomes da Silva, Ossian Araripe, Antônio Pontes, Gamael Galvão e Erasmo Martins Pedro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Henrique de La Rocque, Helvídio Nunes e Otair Becker e os Deputados Raul Bernardo, Ary Kffuri, Adhemar Santillo e Fernando Coelho.

Em obediência ao que dispõe as Normas Regimentais, assume a Presidência o Senhor Senador Renato Franco, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Senhor Senador Mendes Canale para atuar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Erasmo Martins Pero 14 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Raul Bernardo 15 votos

Em cumprimento ao deliberado, o Senhor Presidente eventual, Senador Renato Franco, proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, os Senhores Deputados Erasmo Martins Pedro e Raul Bernardo e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Erasmo Martins Pedro agradece a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Heitor Dias.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 83, de 1976 (CN), do senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.488, de 11 de novembro de 1976, que "acrescenta um parágrafo no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975, que dispõe sobre isenções de impostos na importação, cria incentivos fiscais à indústria nacional de bens de capital, regulamenta a concessão de estímulos à ampliação de produção destinada a exportação, e dá outras providências".

ATA DA 1º REUNIÃO, INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1976.

Às dezenas horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Renato Franco, Luiz Cavalcante, Arnon de Mello, Jarbas Passarinho, Ruy Santos e Mauro Benevides e os Srs. Deputados Angelino Rosa, João Clímaco, José Haddad, Athiê Caury, Ruy Côdo e Francisco Rocha, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 83, de 1976 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.488, de 11 de novembro de 1976, que "acrescenta um parágrafo no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975, que dispõe sobre isenções de impostos na importação, cria incentivos fiscais à indústria nacional de bens de capital, regulamenta a concessão de estímulos à ampliação de produção destinada a exportação, e dá outras providências".

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Senador Renato Franco, que declara instalada a Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Jessé Freire, Helvídio Nunes, Cattete Pinheiro, Roberto Saturino e Itamar Franco e os Srs. Deputados Igo Losso, Vieira Lima, Marão Filho, Milton Steinbruch e Jader Barbalho.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Sr. Deputado João Clímaco.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Francisco Rocha 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Angelino Rosa 11 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Francisco Rocha e Angelino Rosa.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Francisco Rocha agradece em nome do Deputado Angelino Rosa e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Arnon de Mello para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO DE ECONOMIA

1º REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ECONOMIA E DE MINAS E ENERGIA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1975.

Às dez horas do dia doze de setembro de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório "Milton Campos", reúnem-se, em conjunto, as Comissões de Economia e de Minas e Energia do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Milton Cabral, presidente da Comissão de Economia, e a presença dos Srs. Senadores João Calmon, presidente da Comissão de Minas e Energia, Ruy Santos, Ruy Carneiro, Mendes Canale, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Agenor Maria, Itamar Franco, Gilvan Rocha, Augusto Franco e Orestes Quêrcia e dos Srs. Deputados Antônio Pontes, Afrísio Vieira, Hélio Campos, Siqueira Campos, Vieira Lima, Menandro Minahim, Gonzaga Vasconcelos, Newton Barreira, Cotta Barbosa, Juarez Batista, Vasco Neto, Cláudio Sales, Álvaro Gaudêncio, Nelson Thibau, Arnaldo Lafayette e Athiê Coury.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Milton Cabral, convida, para fazer parte da Mesa, o Sr. Senador João Calmon, Presidente da Comissão de Minas e Energia, o conferencista, General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS, e o General Oziel Almeida Costa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

A seguir, o Sr. Presidente comunica que o objetivo da presente reunião é ouvir a palestra do General Araken de Oliveira, presidente da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, que abordará o tema "o atual estágio da exploração e aproveitamento dos recursos minerais na área do petróleo".

Prosseguindo, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Senador João Calmon, presidente da Comissão de Minas e Energia, que faça a apresentação do Sr. General Araken de Oliveira.

Com a palavra, o Sr. Senador João Calmon, em breves considerações, faz referências às principais atividades exercidas pelo ilus-

tre conferencista, que o credenciam para dirigir a importante empresa da qual todos nós, brasileiros, ressalta o Sr. Senador João Calmon, tanto nos orgulhamos.

Em seguida, o Sr. Presidente, Senador Milton Cabral, passa a palavra ao Sr. General Araken de Oliveira, que manifesta o seu agradecimento pela oportunidade que lhe é dada de trazer à Casa, a sua contribuição para uma melhor compreensão dos problemas do petróleo, na área da PETROBRÁS.

Continuando, o Sr. General Araken de Oliveira esclarece que vai apresentar a sua palestra através de uma série de "slides", onde mostrará o panorama energético no mundo e no Brasil, cujo objetivo é salientar: 1) os aspectos peculiares da evolução do consumo e as suas razões de ser para determinadas matérias-primas; 2) a comercialização das matérias-primas; 3) a situação da produção e reserva de petróleo, no mundo e no Brasil; 4) a política energética preconizada no II PND; e, 5) as perspectivas para o petróleo do Brasil.

Encerrada a exposição, usam da palavra para debater o tema, os Srs. Senadores Itamar Franco, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Augusto Franco e Gilvan Rocha e o Sr. Deputado Siqueira Campos. Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente solicita aos demais inscritos, o Sr. Senador Agenor Maria e os Srs. Deputados Juarez Batista, Vasco Neto e Hélio Campos, que enviem as suas perguntas ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, que ele se dispõe, prezosamente, a esclarecer a todas as dúvidas que chegarem as suas mãos.

A seguir, o Sr. Presidente, Senador Milton Cabral, em nome da Comissão de Economia e por delegação do presidente da Comissão de Minas e Energia, agradece ao Sr. General Araken de Oliveira a gentileza com que acedeu ao convite que lhe foi feito para proferir tão importante palestra, e declara que as notas taquigráficas da presente reunião, tão logo traduzidas, serão publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 1º REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ECONOMIA E DE MINAS E ENERGIA DO SENADO FEDERAL, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SR. PRÉSIDENTE, REFERENTE À PALESTRA DO GENERAL ARAKEN DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS, SOBRE "O ATUAL ESTÁGIO DA EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS NA ÁREA DO PETRÓLEO".

COMISSÃO DE ECONOMIA

PRESIDENTE: Senador MILTON CABRAL
VICE-PRESIDENTE: Senador RENATO FRANCO

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE: Senador JOÃO CALMON
VICE-PRESIDENTE: Senador DOMÍCIO GONDIM

APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Srs. Parlamentares, é com imensa satisfação que as Comissões de Economia e de Minas e Energia se reúnem hoje, nesta sala, para receber a visita do General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS. Neste instante, declaro abertos os nossos trabalhos.

Convidaria, para fazer parte da Mesa, o General Oziel Almeida Costa, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

O objetivo da presente reunião, como todos sabem, é proporcionar ao Sr. Presidente da PETROBRÁS a oportunidade de comentar o atual estágio da exploração e aproveitamento dos recursos minerais, na área do petróleo — assunto palpitante e da maior importância para a vida econômica nacional.

Temos absoluta certeza de que esta exposição marcará mais uma etapa no desenvolvimento dos trabalhos das Comissões Técnicas do Senado Federal.

Solicito ao nobre Senador João Calmon, representante do Estado do Espírito Santo, a gentileza de apresentar a figura do ilustre conferencista.

O SR. JOÃO CALMON — Como Presidente da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, tenho o privilégio de ler, para os nossos nobres colegas da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Economia, o *curriculum vitae* do General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS, uma das mais importantes organizações industriais do mundo, é da qual todos nós, brasileiros, tanto nos orgulhamos.

(Leitura do "Curriculum Vitae" do Gen. Araken de Oliveira.)

O SR. JOÃO CALMON — Este é o *curriculum vitae* desta fascinante personalidade que, hoje, vamos ter o privilégio de ouvir, nessa reunião conjunta da Comissão de Economia e da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Antes de conceder a palavra ao nosso ilustre conferencista, quero comunicar que temos, na mesa, uma lista de inscrições para aqueles que desejam fazer interpelações, lembrando que estas devem ser limitadas a um prazo máximo de cinco minutos.

Concedo a palavra ao nosso ilustre conferencista, General Araken de Oliveira.

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Exmºs. Srs. Presidentes da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Economia do Senado Federal; Srs. Senadores, Senhoras e Senhores: desejo manifestar o meu agradecimento pela oportunidade de trazer, aqui, uma contribuição para a compreensão dos problemas do petróleo, na área da PETROBRÁS.

Desejo transmitir, também, que usarei de toda franqueza e lealdade para apresentar os problemas na verdadeira dimensão que têm, porque estou certo de que esta Casa só tem um objetivo: ajudar a PETROBRÁS na consecução dos seus ideais, que são os ideais do País.

A nossa palestra obedecerá a esta seqüência, através de uma série de *slides*. Vão permitir-me apresentar o panorama energético no mundo e no Brasil, com o objetivo de salientar aspectos muito peculiares da evolução do consumo e as suas razões de ser para determinadas matérias-primas: a evolução do consumo de energia como decorrência desta maneira; a comercialização praticamente das matérias-primas; qual é a situação de produção e reserva de petróleo, no mundo e no Brasil; qual é a política energética preconizada no II PND, da qual deduz-se a política setorial para o problema "petróleo" e, finalmente, as perspectivas para o petróleo do Brasil.

Este gráfico mostra a utilização da matéria-prima, dentro de duas aplicações: daqui para baixo, a aplicação para qualquer emprego dessas matérias-primas e, daqui para cima, para a produção de eletricidade.

Desejamos salientar, neste gráfico, o seguinte: o problema do carvão que, no panorama mundial, veio diminuindo a utilização dessa matéria-prima para outros usos: na geração de eletricidade, o carvão foi aumentando este consumo. Então, para os produtores de carvão, houve uma certa compensação na utilização desta matéria-prima.

O petróleo — como vêm — teve, imediatamente, um emprego mais largo para este uso, e um emprego relativamente menor, para utilização de matéria-prima, decorrendo esse emprego para todos os usos de uma circunstância básica: era um produto abundante e barato onde era produzido, particularmente no Oriente Médio — é importante que fixemos isto. Esta qualificação de produto abundante e barato trouxe, naturalmente, uma distorção na utilização dos outros combustíveis.

Quero salientar, também, a partir de 1960, para outros usos o que representa a energia nuclear, hoje, já se estabelecendo os primórdios do seu aproveitamento em nosso País.

Aqui está o mesmo quadro para o Brasil. Vejamos: o carvão só teve um pequeno acréscimo da sua produção, a partir da utilização do carvão nacional — dentro de determinadas restrições, como todos conhecemos — na redução do minério na utilização como coque, depois de um determinado beneficiamento. A partir daí, ele se manteve mais ou menos constante, e as reservas são utilizadas em quantidades muito pequenas, em relação ao que dispomos.

O petróleo teve, realmente, uma projeção de consumo idêntica, e pela mesma razão. Não era econômica a utilização desta matéria-prima, porque era abundante e barata, chegando a preços relativamente baixos. CIF, nos nossos portos de importação.

O Brasil se caracteriza diferentemente no mundo, pelo largo aproveitamento da sua energia hidráulica. Embora, hoje, ainda disponhamos de grandes reservas dessa energia, pela sua localização no Norte do País e seu natural consumo na área Centro-Sul do País, o seu transporte, do Norte para o Sul, ainda é um problema a desafiar a tecnologia para que esse transporte não dê perdas que tornem o aproveitamento dessa energia antieconômico. Então, existe, ainda, disponibilidade, mas o seu aproveitamento fica como que condicionado à área. Quando é possível o desenvolvimento de uma fonte de energia hidráulica e elétrica junto a um grande consumidor, torna-se viável um investimento a ser feito. Quando isso não ocorre, essa deixa de ser econômica.

Hoje em dia, no Brasil, esses dados foram tirados quando de uma primeira tentativa da matriz energética, mandada proceder no Governo passado, no Ministério das Minas e Energia — o petróleo significa 49% do nosso balanço energético. Lenha e carvão vegetal, lamentavelmente, ainda representam 25%; a nossa energia hidráulica, 21%; o carvão mineral — nacional e importado — 3,2%; outras fontes, bagaços de cana etc., 1,8%. Este é o nosso balanço energético que nos dá uma grande preocupação. O ideal será modificá-lo, diminuí-lo em benefício de outras matérias-primas de que dispomos em abundância, como o carvão e o xisto.

O que ocorreu — a abundância e o custo barato do petróleo — tornou inviável o aproveitamento dessas outras matérias. A modificação desse balanço energético não pode ser feita a curto prazo. Não se pode modificar as fontes energéticas de toda a nossa indústria, de todos os nossos complementos, de toda nossa infra-estrutura econômica a curto prazo. Isso demanda um período de oito, dez anos para, substancialmente, modificar-se. E, dentro desse tempo, qual é o problema para manter esse balanço energético? Esta é a preocupação que deve afligir a todos nós.

Como evoluiu o consumo mundial, segundo a OEBC — esses dados estatísticos, conforme a fonte, são um pouquinho variáveis, por isso, tomamos estes que nos pareceram mais realísticos — em 1960, dispúnhamos de 3 bilhões de toneladas de equivalentes de óleo combustível, todo o valor energético. Deste total, 48,8% era petróleo; 50,7%, carvão mineral e 2,5%, o restante do produto. Nessa ocasião — 1960 — o petróleo era 25% mais barato do que qualquer outra fonte de energia.

Em 1970, já com o aumento das reservas — 48 bilhões de toneladas de equivalentes de óleo combustível — o quadro era este: petróleo, 62,7%; carvão, 34%; e o restante, 2,7%.

Vejam como vem-se modificando o consumo. Por quê? Pelo fato de se ter energia barata e abundante — o petróleo — relegando para segundo plano as outras fontes.

Então, nessa ocasião, o petróleo era vinte a trinta por cento mais barato, em termos energéticos, quando se reduz todos eles a termos de BTU, enfim, uma unidade de equivalência de calor.

Em 1980 — esta é uma projeção, evidentemente que ainda não o atingimos — a tendência será, contudo, um aumento de consumo. Para o carvão mineral 25/3, ainda não houve condições da ampliação do seu uso, 6,9%, e aqui comece a pesar grandemente a energia nuclear. Não se chegou a um nível de equilíbrio dos preços — sabemos que estamos em vésperas de ameaça de novos preços — para se dar uma avaliação do que representa o petróleo, em relação às outras fontes de energia.

Quais são as reservas, das reservas mundiais de energia, considerando-se aquelas três fontes: petróleo, carvão e gás natural? Atualmente, as últimas estatísticas demonstram que existem, para o petróleo, 700 bilhões de barris, distribuídos: no Oriente Médio, mais da metade 404 bilhões; nos países comunistas, 108 bilhões e nos países ocidentais, 203 bilhões, aproximadamente.

Se mantivéssemos o consumo de 1974, esta estimativa que aí está — este levantamento das reservas — permitiria a utilização do petróleo durante trinta e cinco anos. Se admitirmos um crescimento de 6% ao ano, que era o crescimento que vinha sendo obtido, no aumento desse consumo, o período para utilização dessas reservas baixará para vinte anos.

Daí, um primeiro pensamento. Continuaremos a só utilizar esse combustível como hoje, inclusive como combustível, sem que pensemos em utilizar esta matéria-prima, que se tornará carente em pouco tempo, a menos que fontes muito substanciais de energia venham a ocorrer para a sua aplicação mais nobre?

Vejamos, agora, o problema do carvão que, hoje em dia, monta a 10, 12 trilhões de toneladas das quais 8% são coqueificados. Considerando o crescimento de 5%, até o ano 2000, o consumo será elevado para 200 bilhões de toneladas, e essas reservas de carvão darão para quinhentos anos.

No Brasil, hoje, as nossas reservas de carvão, que já eram estimadas em cerca de 3 a 4 bilhões de toneladas, com um consumo de 5 bilhões, teriam uma duração de seiscentos anos, seis séculos com o carvão em nossas jazidas.

O gás natural, 62 trilhões de toneladas de metros cúbicos, dividido por essa parte, e, mantido o atual consumo — muito utilizado, particularmente no Hemisfério Norte — dará para cerca de vinte anos, a menos que novas reservas venham a se adicionar a essas.

Como está distribuído o petróleo no mundo? Vejam o que representa o Oriente Médio, em petróleo e em gás natural. Na zona socialista, petróleo e gás natural: no norte da África; hoje em dia, no Mar do Norte, pequenas jazidas de petróleo, mas uma grande de gás; nos Estados Unidos e na América do Sul.

Chamamos a atenção para o problema do Oriente Médio, principal fonte e, atualmente, detendo mais de 50% das reservas mundiais.

Petróleo — nossas reservas, hoje, 124 milhões de m³ ou 779 milhões de barris. Admitindo a sua proporcionalidade no emprego, teremos uma duração dessa reserva para cerca de doze anos.

A nossa produção, em relação às nossas necessidades, atualmente, representa 21,4% dessas necessidades.

É lamentável, mas verdadeiro, que se apresente, aqui, a curva de produção do País, mas a partir de 1973, com esta inclinação e o nosso consumo, ainda. Realmente, esta distância vem-se aumentando, e daí a nossa preocupação de buscar maior inclinação nesta curva de produção.

Tal preocupação está traduzida no II PND — sei que isso é conhecido de todos, mas desejava, daqui, comentar alguns tópicos do que representa a política de energia traçada pelo II PND, que é clara. A política de energia, num país que importa mais de 2/3 do

petróleo consumido, respondendo este por 48% da energia utilizada — naquele gráfico anterior, apontei como 49% — passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. Isto está caracterizado no II PND.

O Brasil deve, num longo prazo, atender, internamente, ao essencial de suas necessidades de energia.

Na etapa dos próximos cinco anos, o País realizará um grande esforço para reduzir sua dependência em relação às fontes externas de energia. Será executado um programa maciço de prospecção e produção, 26 bilhões no mínimo, no quinquênio, dentro do investimento total em petróleo, exclusivo em petroquímica, de pelo menos 56 milhões, com redução do prazo de início de produção após descoberta dos campos: o programa de xisto pela PETROBRÁS e através de outros projetos será intensificado ao máximo. Todo esforço será feito para limitar ao mínimo o consumo de petróleo, principalmente nos transportes; política de preços de gasolina sem qualquer subsídio. O preço do barril de petróleo não é subsidiado, o subsídio que há é de um produto para outro: aumenta-se a gasolina, em benefício do diesel e do óleo combustível que são as matérias-primas dos grandes transportes de circulação das nossas riquezas e dos combustíveis das nossas indústrias. Então o que há é esse subsídio: quem usa um automóvel de passeio, paga mais, para beneficiar um pouco o óleo que é usado numa indústria. Política de preços sem qualquer subsídio. Realmente este ano já foi superior a 100%. Criação de sistemas de transporte de massa, eletrificação de ferrovias, adição de álcool à gasolina e (inaudível.)

Quero fazer um pequeno comentário sobre a adição do álcool à gasolina. Realmente, foi e é uma preocupação do CNP a possibilidade de se determinar, tecnicamente, qual é a melhor proporção dessa mistura. Foram solicitados e feitos ensaios no Instituto Tecnológico Aeroespacial, que fez vários testes. Hoje, há um relatório sobre isto — está sendo estudado no CNP — que resolve o problema quanto à sua parte técnica, isto é, qual o melhor percentual que não prejudique o desempenho do motor. A nossa indústria automobilística está condicionada a determinadas características da gasolina, dadas pelo Conselho Nacional de Petróleo. É evidente que essa mistura não deve alterar a substância dos estudos que deram margem à implantação dessa indústria automobilística. Isto foi feito e sabemos que essa mistura se coloca entre 10 e 15%, sem qualquer prejuízo para o desempenho dos motores. Há uma segunda parte que é a obtenção do álcool necessário, porque não basta determinar que esta mistura é a ideal, é preciso que ela seja, tecnicamente, bem feita, ou seja, a homogeneização da mistura álcool-gasolina. Essa homogeneização necessita de equipamentos, em determinados lugares, que o Conselho naturalmente definirá, para evitar o que às vezes acontece: há um diferencial de densidade de gasolina e álcool e num posto de gasolina que não é sujeito a um contínuo uso, essa substância fica separada e, geralmente, duas coisas acontecem: maior evaporação e também uma utilização, conforme o nível, de maior quantidade de gases de álcool, dando certos defeitos de motores, questão de colagem de goma etc. Então é preciso homogeneizar essa mistura. O ideal é utilizar esta segunda parte e evitar que essa mistura seja feita só na zona Centro-Sul, como tem acontecido até agora, mas fazê-la no Norte, no Centro e no Sul do País, de preferência junto à fonte de produção, para que ela seja distribuída no País todo. Até hoje a legislação existente sobre a mistura do álcool à gasolina visava apenas o protecionismo à indústria do açúcar. Então, quando não tínhamos uma safra enorme nem condições competitivas no mercado exterior dos excedentes, transformava-se o açúcar em álcool e misturava-se à gasolina. Como não dispúnhamos de um sistema nacional para utilização, geralmente carreava-se esse excedente para as zonas Centro-Sul — as misturas às vezes chegavam até 25% do álcool — trazendo, então, alguns prejuízos. Realmente é uma meta a ser atingida, mas, é preciso resolver tecnicamente ao lado do Conselho Nacional de Petróleo — PETROBRÁS, a parte técnica, que já está completamente estudada. Porém, é preciso que se obtenha o álcool

na quantidade necessária para fazer esta mistura e ele ainda não existe. No momento, para o País, é mais interessante exportar o açúcar pelo preço que ele obtém lá fora, do que fazer álcool para misturá-lo à gasolina.

A perspectiva é de apreciável elevação da produção interna de petróleo nos próximos dois ou três anos. Apreciável elevação da produção interna do petróleo, nos próximos dois ou três anos, simplesmente à base dos campos já descobertos.

Por outro lado, deverá o País reafirmar o seu poder de competição em indústrias altamente intensivas de energia elétrica, inclusive para exportação, a exemplo do alumínio — a que já nos referimos, de estarem essas fontes no Norte do País. Então, quando é possível uma fonte de bauxita, uma grande reserva de bauxita e utilização de um Tucuruí, une-se o útil ao agradável.

Ao mesmo tempo, será posto em execução um programa de pesquisa relacionado com novas fontes de energia acompanhando os progressos mundiais, especialmente em relação à economia do hidrogênio — como combustível — e a energia solar.

Portanto, estão ai definidos os objetivos dados. E dentro desse programa, a PETROBRÁS se inseriu, tem recursos e há de cumprilos fielmente. Podemos tirar daí, para a política do petróleo, as seguintes conceituações — já definindo, em termos de petróleo, esta política que o Governo definiu no II PND — prioridade ao desenvolvimento da produção do petróleo bruto com maior ênfase na exploração da plataforma continental. Esta plataforma continental foi selecionada, porque os indícios levaram a esta conclusão. Então os resultados de todos os levantamentos de estudos geológicos, geofísicos etc. levaram a conclusão de que na plataforma existiam os maiores indícios de acúmulos de reserva. Eis porque a prioridade foi dada para isso.

Ampliar e melhorar o rendimento da capacidade de refinação do petróleo, tendo por objetivo manter a sua auto-suficiência, na ocasião do II PND. Hoje, estudamos isto com todo o carinho: como manter essa auto-suficiência, até quando mantê-la ou se é preciso mantê-la. Temos que acompanhar a evolução de como procedem os grandes produtores do petróleo. Estarão eles marchando para não mais venderem o petróleo e sim passar à venda dos manufaturados do petróleo? Temos que acompanhar, ver até quando isso é ou deixa de ser conveniente ao País.

Desenvolver eficiente frota de transporte marítimo e sistema de oleoduto, de forma a garantir o abastecimento nacional de petróleo bruto e de seus derivados. Estes três itens referem-se exatamente à parte monopolizada pela União, da qual a PETROBRÁS é simples Órgão de execução.

Então, pesquisa e lavra, refino e sistema de transferência ou sistema de transporte por cabotagem, por oleoduto, esses dois itens são responsabilidade que a PETROBRÁS tomou, mas que não estão dentro do contexto do monopólio estatal.

Intensificar o programa de industrialização do xisto, buscando definir em termos econômicos a conveniência de sua exploração intensiva. É outra matéria-prima disponível. A segunda maior reserva do mundo é a do xisto, e a PETROBRÁS sempre perseguiu buscá-la. A atual situação da Usina de Iraqui, em São Mateus do Sul, tem que ser considerada. Qual é o conceito dessa usina? Ela está produzindo informações. Então ela é uma unidade pioneira que produz informações, não é comerciável, ainda. Ela está verificando se o sistema de mineração é o mais adequado, se o sistema de carregamento por cima é o mais adequado, se esse sistema de esteira e o nível de carregamento da retorta deve ser mais acima ou mais abaixo, qual é o melhor, em questão de peso e porosidade, para permitir os gases. Enfim, ela está respondendo a um verdadeiro inquérito, com programas que são definidos em prazos: ela já tem feito programas até de funcionamento durante quarenta e cinco dias seguidos. Até o fim desse ano, esse inquérito estará respondido. É uma unidade pioneira que está com a missão de responder todos aqueles quesitos que permitam se passar uma unidade industrial. Até o fim do ano, teremos esta

resposta e vamos partir para uma unidade industrial. Tecnicamente, o processo está dominado. Economicamente, precisa, ainda, de certas investigações de apropriações de custo. Particularmente, a mineração é um fator preponderante na formação, na apropriação desses custos. No momento, está em cerca de 51% o problema de mineração. Uma primeira concepção desta mineração foi abandonada, em face dos prazos das grandes **drag-lines** na apresentação. Passamos para um segundo já usando, agora, duas **drag-lines**, com menor tempo de entrega desses produtos, e já fizemos encomenda.

Possessível no estímulo à indústria petroquímica, mediante fornecimento das matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento do setor, bem como integrando e complementando os diferentes empreendimentos industriais petroquímicos, através da subsidiária da PETROBRÁS, a PETROQUISA. Então, do II PND que, praticamente, é regulamentação, a curto prazo, da política do Governo no setor de energia, deduzimos isto aqui como as metas a serem atingidas e desenvolvidas pela PETROBRÁS.

Vamos agora à parte que mais sensibiliza, no momento, que é a situação das nossas atividades exploratórias. Independentemente de parte de terra, vamos salientar os aspectos mais importantes dessa parte exploratória, aquilo que podemos trazer de melhor para a compreensão do problema. Nas formações do Acre, que são o prolongamento de formações de áreas produtoras como a do Peru, já fizemos três furos, estamos no quarto e não obtivemos resultados compensadores. É uma sonda cara, porque é toda transportada por helicóptero, é toda desmontável. O processo de utilização de uma sonda nesta área é um processo oneroso, onde são lançados homens para um primeiro desmatamento à terra — são lançados de helicóptero — e em seguida é lançado um trator que vai ser montado na área, a fim de fazer o desmatamento e abrir a clareira, para, então, descer o helicóptero que leva as peças desmontadas para montagem, até surgir as torres, e em consequência poder ser colocada a sonda. Era uma esperança que se tinha, uma formação que vinha de um País produtor; deveríamos pesquisar e estamos pesquisando, não obtendo, contudo, o sucesso.

No médio Amazonas, as formações não são daquelas que se podem considerar comerciais, quer dizer, são formações, acumulações pequenas de petróleo, mas que podem ser usadas economicamente por uma situação peculiar: é o que se tem achado — embora em pequenas reservas — fica a 6 e 8 quilômetros da refinaria. Então a própria perfuração que é feita, embora pequena 10 ou 12 barris, que é uma coisa insignificante, coloca-se em balsa e quando se acumula mil barris leva-se para a refinaria. Vamos continuar, porque temos áreas no médio-Amazonas que apresentam perspectivas, muito embora toda a área de falhamento, onde não há grandes estruturas para cúmulos de reservas.

Vou-me permitir alguns esclarecimentos para melhor compreensão do problema e de sua complexidade. Quando se diz: "estima-se, é uma área muito favorável", qual é a diferença entre isso e o dado que um técnico pode fornecer? É completamente diferente. Um técnico está amarrado no que a sonda deu, no que produziu e só tem o direito de extrapolar aquilo que a legislação lhe facilita para a determinação de uma reserva que é incorporada ao patrimônio. Entretanto, podemos avaliar pelo sentimento da grandiosidade de uma descoberta por outros fatores. É com esse objetivo, me permitam, que vou dar essa explicação.

O petróleo só existe em áreas sedimentares e não existe nenhum processo geofísico capaz de determinar: está aqui a reserva. Então o que se busca? As áreas sedimentares. Dentro dessas áreas sedimentares, as áreas de grande espessura sedimentar. Por que isso? Porque quando o petróleo se forma — e se forma através de milhares de anos — essas camadas sedimentares pressionam o petróleo e ele migra, anda, através, naturalmente, dos caminhos que lhe oferecem maior facilidade. Portanto, há a migração do petróleo. Então temos, nesta área, as rochas geratrizas, ali onde se deu a transformação dos materiais orgânicos e inorgânicos em petróleo. É a rocha, mas ele migrou em função da pressão. Logo, ou ele segue o caminho que vem até a

superfície da terra, e é onde muitas vezes se encontra essa notícia: "eu botei lá, acendeu e deu petróleo!" Mas ali não é econômico, o óleo migrou e vai se evaporar, não há condições econômicas de se pegar esse petróleo, ele vai embora — ou então segue um caminho, acha uma estrutura e se acumula. Essas estruturas, quando são falhas, são de pequenas reservas, às vezes pequenos arqueamentos aumentam um pouquinho. As estruturas mais adequadas, as que mais facilitam são aquelas que têm uma forma semilunar, um capeamento. Então o óleo que migra se deposita ali, como se diz, é alçapão, cai no alçapão. Essa ali é uma estrutura de petróleo.

Os estudos geológicos e geofísicos vão buscar indícios dessa estrutura que esses levantamentos dão aqui, dão ali e dão acolá. Como consequência vêm as locações dos furos que depois são feitos. Esse furo pode ser feito sem resultado. É enterrado, então, um milhão de dólares, mas ele não é desprezado, pois dá uma série de informações. Embora seco, dá a formação da estrutura, vai verificar se tem rocha ou se passa por ali rocha matriz, se o terreno é permeável ou não. Enfim, dá uma série de informações úteis para esses geólogos e geofísicos que estudam o problema. Todavia, como produção de petróleo o resultado é negativo. Se esse furo encontrou petróleo, ótimo! É uma alegria extraordinária para todo mundo. Um técnico só tem o direito de dizer: achei petróleo! Nesse furo onde achou petróleo, ele achou mais duas coisas: gás e água; gás, em cima, petróleo e água, embaixo. Muitas vezes, esse gás está muito comprimido e provoca um jato tremendo, mas é uma reserva pequena que se esvai em pouco tempo. Por isso é preciso testes, não adianta um primeiro sinal: eu furo e, pela fama que vem, sei que ali tem hidrocarbonetos, mas não posso avaliar nada, ainda, porque só se tem essa avaliação depois de um teste que dura 24 horas, quando vamos ver se essa pressão é mantida, se aquele gás é de volume tamanho capaz de garantir a pressão daquela estrutura ou se realmente foi uma sorte cair numa reserva pequena e este gás baixa a pressão, a curto prazo. Esta explicação vai ser necessária, daqui a pouco, quando se falar na recuperação secundária. Então, é o gás existente, depois vem o óleo e a água.

Feito o furo pioneiro, para se incorporar a reserva ao patrimônio, um furo só dá permissão, só autoriza a avaliação numa área de 2 km². Então, se temos 2 km², o intervalo da existência de petróleo é cem metros, por exemplo, temos ali o que é a rocha onde estão o óleo e o gás. Conforme a natureza dessa rocha, se é um arenito, o óleo está entre os seus grãos, se é um calcário, o óleo está introduzido em suas cavernas. Então, a rocha é um todo e o óleo, contido na rocha, é uma parte desse todo, geralmente é 20, 30%. Quando calculo o volume de um poço, ou de uma estrutura, constato que o petróleo nesta rocha é cerca de 20, 30%.

Em seguida, vem o outro fator: Qual é a facilidade de migração — já falei em migração — desse óleo? Ele é fluido ou mais espesso? A porosidade é maior ou é menor? Há uma série de fatores que vão indicar o valor desta vazão que hoje se diz, 1.200, 1.500, 2.000 ou 2.500 barris. Então, vejamos quantos fatores estão condicionando, para se chegar à determinação da quantidade de óleo ali existente e, depois dessa quantidade de óleo, o que é que eu vou pensar? Em restabelecer sempre a pressão desse poço, para que o óleo venha. É a recuperação secundária. Então, feito o poço pioneiro, 2 km², estrutura que a sísmica levantou, trata-se de delimitar o poço — é a segunda fase — até onde vai essa estrutura? Aqui tem óleo? Colocase na borda, o que se supõe ser a borda; faz-se a perfuração e está seco. É um desânimo? Não. Estamos buscando os limites da estrutura e temos que buscar pela borda. Chega-se mais para dentro. Bom, aqui deu um pouquinho, estou no fim daquela faixa lenticular, vou para outro lugar, delimito, poço pioneiro, de limitação e vários outros furos. Aí, só aí, depois de delimitar, ter a área superficial coberta por esta estrutura, através de várias sondas, avalio a espessura do óleo existente na rocha. Avalio, então, a quantidade original de óleo, a existência no momento, levando em consideração o grau de porosidade, migração etc. Vamos selecionar, agora, o processo,

para tirar o petróleo. Dessas características todas é que se seleciona o processo para tirar o petróleo. A vazão é muito grande, a pressão é muito boa, vou criar um sistema unitário, central, com quinze, vinte, trinta extensões, onde busco o óleo. A partir daí, chamam-se os furos de exploração, propriamente dito, e que normalmente entram em vertical, depois sofrem uma inclinação de 40º e vão buscar o petróleo em toda essa superfície delimitada.

Essa seqüência toda não se faz em menos de quatro ou cinco anos. Se nós buscarmos um poço, e ele apresentou-se com cinco mil barris, que é uma coisa excepcional, um indício excepcional, e se a sísmica mostra que é uma estrutura elevada, podemos dizer: esse é um potencial grande, tenho quase certeza que aqui vai dar 50 mil, 60 mil, 100 mil barris. Um técnico não pode dizer assim. Ele avalia tudo e só depois diz isso. Mas, nada impede, se tenho uma província que não tem uma só estrutura, mas, tem treze estruturas e eu encontro petróleo na primeira, — estou delimitando — encontro numa outra, encontro numa outra, que eu possa avaliar e dizer: "Bom, dessas treze estruturas, pelo menos oito vão ter petróleo. E com essa média, poderei ter seguramente isso."

Então, nesse contexto de informações que tem sido dado, é preciso distinguir o que é uma valiação puramente técnica à base de um furo que foi dado e medido e o que é uma estimativa válida, porque ela está baseada em outras mais, que aquele que trabalha em geologia não tem o direito de dizer. Logo, a muitas coisas que são ditas, é preciso que se dê o verdadeiro valor da informação.

Para vermos a complexidade de um problema que não é resolvido, a curto prazo, vamos ver o que estamos fazendo a mais — porque o Brasil está gastando muita divisa — vamos ver o que vamos fazer, o que é possível fazer, tecnicamente, para queimar algumas etapas, e porque certas avaliações feitas, às vezes, são diminuídas.

Então, vejam na seqüência: furo pioneiro, furos de delimitação que são verticais, e os furos de extensão, que vão buscar esse óleo em toda a estrutura. Essa, a seqüência natural.

Nesse gráfico que ficou pronto anteontem, já está faltando uma terceira plataforma, a Sédico, que foi uma plataforma especial, buscada para a região do médio Amazonas e que já está sendo lotada numa PS-10. E, onde temos uma esperança muito grande, trata-se de um **bright spot**. Aqui são as duas (inaudível) que aí estão, e agora, mais essa terceira que chegou, ontem, a Sédico. Esta área aqui, é muito favorável, particularmente na área do cone ou do delta antigo do Amazonas.

Mas, o que está acontecendo aí? Primeiro, os equipamentos que foram colocados, aqueles equipamentos auto-elevatórios, apoiados em pernas, pela velocidade da correnteza — 9 nós por hora — não conseguiam se fixar e, ao fim de um certo tempo, eles deslocavam-se e a sonda perdia a sua condição de continuar a perfuração. Passou-se para um outro tipo de equipamento, navio semi-submersível, e fomos fazer a perfuração. Porém, a correnteza era tamanha que arqueava o **risil** — aquele tubo que vai do navio até o início da superfície que se perfura. Então, ele arqueava e a sonda não conseguia perfurar, como deveria. Está sendo construído um **risil** especial que já está, com um comprometimento da firma a quem nós alugamos o equipamento de se responsabilizar por essa perfuração. Então, com três equipamentos, essa é uma área realmente muito promissora. Não posso dizer: mais que promissora, para, se perguntarem o que vai dar, eu não sei. E ninguém sabe no momento. Mas, ela é promissora? E, por quê? Porque os levantamentos sísmicos dão essa certeza. Os **bright spots**, são grandes fontes acumuladas em todo o lugar do mundo. Por que aqui não vai ser? Mas, é apenas uma estimativa. O técnico vai dizer? Não, não vai. Ele só vai dizer, quando falar.

Vindo aqui (inaudível), na área do Rio Grande do Norte, onde já tínhamos uma estrutura, a Ubarana, que não é uma reserva muito grande, vai iniciar a produção em março ou abril do ano que vem, quando começaremos a produzir, com plataformas de concreto, construídas no Brasil por um consórcio Mendes Júnior e

CAPENAR, que é uma firma francesa. Vamos iniciar a produção do campo de Ubarana. Esta produção, inicialmente, deve dar na ordem de uns cinco a seis mil barris, na primeira localização. Duas outras plataformas também de concreto já estão sendo construídas e cinco outras já foram encomendadas.

Então, são plataformas de concreto a serem colocadas aí, e essas plataformas terão a qualidade, a característica de poderem acumular o óleo, e ao mesmo tempo que sondas em cima dessas plataformas, perfuram. Cada uma vai fazer seis perfurações de extensão. Então, essa é a área que vai nos aumentar a produção, a partir do próximo ano. Esse aumento de produção não é para ser acrescido à de agora. Porque, se é verdade que há um aumento de produção, há também uma diminuição em campos antigos. O que aconteceu agora? Ao se furar aqui, no Rio Grande do Norte, encontrou-se outra estrutura com uma produção de mais de quatro mil barris, uma excelente estrutura. E mais, os levantamentos dessa área — a rocha é calcária — dão uma maior faixa da existência. Então, é uma área grandemente promissora. De início, o que podemos dizer? Bom, eu vou produzir mais seis mil barris. Mas, esse Rio de Janeiro — é o furo pioneiro de vazão ele só deu isso. Vamos continuar dentro da sistemática técnica que é exigida para essa nova estrutura, mas, já se abrem possibilidades para outras estruturas nessas áreas.

Sergipe e Alagoas, aqui estamos vendo uma maior concentração, porque se trata dos primeiros campos que foram descobertos, Caioba e Guaricema. Dourado é uma outra formação, que ainda não está interligada ao sistema, já foi descoberto, já se falou, mas não está interligada ao sistema. Dois outros poços, Sergipe-29 e 31 — produtores também — não estão interligados ao sistema.

Vamos apresentar um gráfico que vai mostrar o que é esta área aqui, em Sergipe e Alagoas. Continua, ainda, a possibilidade de outras estruturas na área. Espírito Santo, em terra, fazendo a Cedro — estamos hoje com a produção relativa pequena, mas, já atingimos setecentos barris por dia, é o que estamos produzindo. Mas, também, calcário. Vimos que a extensão ainda é para o mar. É uma área que nos facilita dizer que as estimativas são boas.

Campos, aqui, os Srs. vêm já concentrado, porque foi aquela que apresentou, realmente, uma estrutura de maior dimensionamento, com cinco plataformas já existentes. Em Campos são treze estruturas definidas. Dessas treze, quatro já são produtoras de óleo. Só uma, a de Garoupa, é que se está fazendo a extensão. As outras só têm o furo pioneiro: as demais perfurações, ainda, não foram feitas.

Quando se faz uma avaliação técnica, é pelo que foi feito. Mas, se já descobri quatro estruturas, nas treze, com petróleo, por que ser tão pessimista em pensar que parou aí? Então, é uma área de calcário. Perto de São Paulo, em São Sebastião, tem estruturas mais ou menos semelhantes a estas que aqui estão.

Este é um quadro do que estamos fazendo na plataforma.

É de se esperar uma maior produção? Sim. É de se esperar atingir a auto-suficiência, dentro de seis ou oito anos? Não sei, vou fazer força para isso. Mas é de se esperar uma produção de quinhentos mil barris dentro de cinco anos? É. Então, estão aí definições. Se o Sr. for perguntar a um técnico, ele não lhe vai dizer isso. Mas, eu estou dando os indícios do por que. Então essa variação que se está falando, ora esperar, ora o que é levantado, é função disso. Se eu for fazer hoje um levantamento, a partir dos meus cento e oitenta mil barris, acrescendo o que vou fazer em março e somente os valores dos poços pioneiros, é evidente que vou ter um acréscimo muito pequeno. Mas, é preciso saber que a PETROBRÁS não está parada, não faltam equipamentos e nem dinheiro. A PETROBRÁS continuará no seu programa, vai cumprir direitinho o II PND e, se possível, mais.

Está aqui, o que é dado levantamento sísmico na área de Campos. Então, estão aqui as estruturas. O que se fez nessa área? Furou-se, aqui, Pargo, e deu petróleo, o calcarenito.

Rio de Janeiro-9 é este. Furou-se aqui e deu cinco mil barris, poço de perfuração. Fomos para a borda do poço. Um deu fora, deu

seco. Não há razão para desânimo, somos para um outro lado e deu pequena quantidade. Está certo, estou na borda. Pensou-se que isso aqui também, fosse extensão, furou-se, não é, é uma outra estrutura. Então, vamos começar agora, a delimitar esta estrutura. Esta estrutura aqui tem petróleo, esta tem e esta também. E aqui, Rio de Janeiro—13, deu petróleo também. É uma nova estrutura que deu petróleo.

Aí está aquilo feito, desenhado, para um maior entendimento. Lá é puramente, o resultado do levantamento sísmico.

Aqui está, então, a área de Campos, — tomamos esta como exemplo — onde temos o Pargo, ponto amarelo, poço produtor de óleo. Rio de Janeiro, Garoupa, este aqui, dois amarelos, produtores de óleo, uma locação aprovada. Quer dizer, esta ainda, não foi feita. Estas 13-15, poços em perfuração. O 13 deu óleo, o outro deu seco. Não tem importância, é isso mesmo. Mas deu uma série de informações, inclusive, indícios da outra locação de ponte.

Rio de Janeiro—13 é outra estrutura, deu óleo, e eu aprendi mais uma coisa, vejam que todo dia a gente aprende. Eu nunca tinha ouvido falar nisto. Quando foi feita a perfuração, apareceram na lama, que vem, indícios de hidrocarboneto. Foi uma alegria. É o óleo imaturo. Eu nunca tinha ouvido falar em óleo imaturo, honestamente. E estou há oito anos trabalhando em petróleo. Óleo imaturo é uma formação que ainda, não chegou a transformar-se, toda. Ela ainda é meio endurecida, mas existe. Foi encontrada numa camada a 1070 metros de profundidade, o que não se esperava. O objetivo do furo aqui é — 1700 metros — encontrar o calcário. É o que estamos buscando. No entanto, a 1070 deu este óleo, que é um óleo imaturo. Não sei se alguém o conhece, eu não o conhecia. Pela primeira vez, foi-me apresentada esta nomenclatura.

Mas, pergunto: é de se quebrar o nosso estímulo, com este problema que aqui está?

Essa é a área do Rio Grande do Norte, onde está Ubarana, com poços produtores. Esses dois — produção não comercial de óleo — mas, descemos, e encontramos gás. Temos aqui um poço de gás. Não está assinalado, mas encontramos gás. A grande esperança foi o Rio Grande do Norte—7, que produziu óleo e já tem essas outras locações.

No momento estamos com duas plataformas, vamos mandar outra e, se necessário, mais uma, porque pretendemos continuar com a nossa pesquisa nesta direção.

Estamos respondendo ao II PND, fazendo nosso esforço, hoje em dia, naquela área onde é mais provável o petróleo? Metragem perfurada, poços em desenvolvimento — está aqui o que é em terra e o que é na plataforma, o que vinha sendo e o que é. Então, estamos modificando o nosso esforço todo, a partir de agora, na Plataforma Continental.

Poços exploratórios, a terra está decrescendo em benefício da área do mar. Sondas em operação, em terra, vamos ultrapassar — vamos mostrar um gráfico, apresentando as sondas. Verificaram naquele outro gráfico? Os Srs. devem ter visto lá dezoito, hoje são dezenove sondas no mar e outras 19 em terra, estamos com 38 sondas em operação. É evidente, que o sistema operacional no mar é um pouco mais dispendioso do que em terra. Não o levantamento que é até mais barato porque não tem aqueles problemas de desmatar na linha em que se determinou, para fazer o levantamento sísmico. A embarcação já segue aquela direção. Então, o levantamento sísmico, que é um dos básicos, é até mais barato. Agora, a produção do poço é mais cara como vamos ver e apresentar o quadro com todo o realismo. Mas temos para apoiar essas operações cerca de vinte helicópteros e cinqüenta embarcações de tamanhos e tipos diferentes.

Este quadro, aqui, tem que ser compreendido não como avaliação exata, mas como aqueles indícios que nós podemos agrupar, analisando os diferentes objetivos geológicos e criando índices, de maneira a dar uma demonstração ou uma indicação à PETROBRÁS, aos elementos, onde fazer o esforço exploratório. Então, vemos: Campos, com trezentos e trinta; Sergipe, além; e assim, sucessivamente. Este aqui, pelas avaliações que estão sendo

feitas, já vai se aproximar deste de cá. Então, tudo isto são avaliações baseadas em estimativas que não são os valores definidos, tecnicamente, mas, os valores sensíveis.

As plataformas, para se obter a produção no mar, são de dois tipos: aço ou concreto. O concreto sempre tem armazenagem. Conforme o peso em toneladas: 25 mil, 30 mil, 35 mil... temos aqui, o custo por tonelada. Para as plataformas de aço, variando de 30 mil, a 52 mil, 1.500 dólares, conforme a tonelagem. Para as plataformas de concreto que já têm armazenamento o seu peso varia de 150 mil a 250 mil toneladas. E o preço por tonelada, varia de 52, 1.500 dólares, a 125 milhões de dólares. Este é o preço de plataforma.

Para definir se vamos usar esta ou essa plataforma, esse ou aquele sistema, temos que considerar uma porção de coisas: distância da costa, profundidade, natureza do fundo do mar, porque as plataformas de concreto são apoiadas no fundo do mar sob o seu próprio peso. Além do peso do concreto, da armação, propriamente dita, existem alguns depósitos com lastros. Então, há necessidade de uma série de estudos mas tem uma grande vantagem: toda mão-de-obra é nacional, tudo em matéria de concretagem nós fazemos aqui. Agora, há uma certa dificuldade, também, na construção, porque elas são feitas, como antigamente, num dique seco, rústico, uma raspagem na beira da praia. Elas são elevadas a uma certa altura e, por um sistema pneumático no fundo, são arrastadas por rebocadores mais para dentro da água; depois, levanta mais um pouco, vai arrastando, levanta, e assim vai, até chegarem à altura necessária para o fim a que se destinam. Esse é o sistema delas. Há de se ver que é preciso encontrar uma inclinação de praia e um sistema de fundo de mar adequados. Não pode ser rochoso. Há uma série de limitações para se fazer um concreto com armazenagem. Mas temos uma costa extensa e muitos técnicos, interessados, já descobriram áreas capazes. A de aço, normalmente, não tem armazenamento. Então, elas são colocadas, em número de dez, em quase todo fundo do mar, independente da sua natureza. Mas, em compensação, não tem armazenagem. É preciso de um sistema de bombeio em oleoduto para armazená-lo em terra e, conforme o lugar, retornar ao navio para se destinar às refinarias. Um outro inconveniente do aço é que a maioria dele sujeito à corrosão é importado ainda hoje, nós não o produzimos. Então, este tem um efeito muito grande nas importações. Este aqui, um efeito menor, mas o preço é este. Estou dando todos esses elementos, para verificar que as decisões não são fáceis. As decisões têm que ser tomadas, mas, em caráter econômico.

A construção, desenvolvimento, facilidade de produção e transporte, variáveis conforme a produção diária — então vejam a necessidade de um dimensionamento e um levantamento de 100 a 200 mil barris, o preço varia de 1 mil e 200 a 2 mil e 600 dólares, por barril produzido. E o preço total, se multiplicarmos, varia de 220 milhões a 520 milhões de dólares. É o preço em que fica a plataforma e tudo que é preciso para o sistema de levar o óleo até o navio, ou oleoduto que o vai conduzir para a refinaria. Então, o conjunto: construção, desenvolvimento, facilidades de produção e o sistema de transporte, tudo isto junto, variável com a produção, selecionado. E o preço é nesta ordem.

Esta aqui é a região naturalmente desenhada, hoje, de Caixa e Guaricema. Dourado está aqui em linha pontilhada, está-se ligando ao sistema. Esse, também, fazendo a ligação ao sistema, Camorim. Caixa já ligado. Os oleodutos vão para o terminal de Carmópolis, são armazenados, são separadas as frações leves que, por oleoduto, vão para Salvador, com duas finalidades: abastecer o Pólo Petroquímico da Bahia e também ajudar na recuperação secundária dos postos lá existentes. O óleo retorna ao navio por um sistema de monchóia onde se destina a refinaria que vai refinar este óleo. Este aí é um esquema, para os senhores verem que há um complexo na área de Carmópolis e Dourado.

Vamos ver agora opções de um sistema provisório. A PETROBRÁS não está fazendo nada para queimar esta etapa, para deixar de aguardar uns cinco ou seis anos — que seria o prazo. Está

em busca de um sistema provisório capaz de aproveitar, de início, os poços de perfuração. Então, aquele poço pioneiro não foi cimentado, os outros poços de perfuração também. Não deu tempo de fazer o gráfico, porque a seleção disso foi feita, ontem, mas vou mostrar. Isto aqui é uma cláusula que pode ser estanque e que trabalha em cima dos poços. Um poço perfurado, em cima disso trabalha está cápsula. Esta cápsula é estanque. Tem aqui a cápsula de serviço que é acoplada em cima dela — um homem trabalha aqui dentro, a seco, como trabalha ali dentro. E o **man'l. fold**, é este que está aqui, que também é permitido acoplar a caixa de serviço, onde os homens podem vir trabalhar aqui dentro, para resolver qualquer problema. O sistema é parecido com o que aqui está, em detalhes. Está aqui o **man'l. fold**. Aqui estão os poços. Em cima deles e aquela cápsula cobrindo o que chamam de árvore de Natal — que é um sistema de válvulas, um espigão cheio de pontas — então trabalham em cima. Está aqui a cápsula de serviço que se adapta — ao **man'l. fold**, ou em cima de qualquer deles, para verificar a instrumentação funcionamento etc. Esta interligação toda é feita por tubos flexíveis, que já vêm prontos, enrolados como carreteis e são estendidos dos poços até o **man'l. fold**, rapidamente, por uma barcaça que já temos encomendada, mas enquanto não vier, alugaremos para nos servir. Com esse sistema provisório, cuja encomenda no exterior vai organizar na ordem de 20 milhões de dólares e, internamente, a fiação vai ser feita aqui no Brasil. Pretendemos começar a produção de Garoupa no fim de 1976, começo de 77. Portanto, com dois anos e meio, quase metade do tempo entre o pioneiro e a produção. É claro que o sistema não vai dar a produção definitiva que se espera, que deve ser na ordem de duzentos mil barris. Não tem dúvida. Inicialmente, vamos produzir de quarenta a cinqüenta mil barris, porque só vamos pegar os poços de delimitação. Não vamos pegar os poços de desenvolvimentos. Enquanto estamos produzindo isto, estamos adquirindo para o Brasil um saldo de divisas. Se são quarenta mil barris, 400 mil dólares, considerando uma média de 10 dólares, 400 e 500 mil dólares/dia. E este dinheiro paga os investimentos desse dia. Então, tudo se está fazendo para queimar as etapas e para se chegar a uma produção. Igualmente vamos poder fazer no Rio Grande do Norte. Ainda não está definido, porque vamos continuar. É possível que essas notícias melhores sobre o desenvolvimento no Rio Grande do Norte, só devam ocorrer daqui a mais de cinco ou seis meses. Na Amazônia, também. Então, as expectativas que temos são realmente de nos deixar muito satisfeitos. Agora, não podemos assegurar tudo isto que estamos dizendo. São apenas indícios que estamos apresentando. Encontramos o caminho do petróleo? Sim. E vamos persegui-lo.

Aqui são detalhes do sistema provisório da torre de amarração do navio, com a junta universal que permite uma certa inclinação. Aqui, também, são detalhes. Temos, ainda, outro detalhe, uma junta universal com uma boia, onde se amarra o navio permitindo uma maior inclinação de acordo com o **risel**, que é esse tubo que, no momento, vem até a superfície da terra ou pode vir do navio, navio sonda, até a superfície da terra. Agora, outro sistema, outra concepção, embora, o desenho não esteja parecido. Aqui, o **man'l. fold**, os poços, uma torre, uma separadora, produtos leves a serem queimados no mar e o resto vai primeiro para o navio. Que navio é esse? É dos que normalmente a PETROBRÁS aliena, quando a manutenção passa a ser anti-económica. Então, sempre temos esses navios da classe Presidente, que devem entrar em alienação no próximo ano, para servirem de depósito flutuante, após lhes serem tirada a maquinaria. O óleo vai ser colocado aí e depois transferido para o navio definitivo que o leva, uma monobóia, à refinaria. Aproveitamento, então, de nosso material.

Aqui, um outro tipo, uma outra variação, considerando-se a colocação de uma torre etc. Este é um outro tipo, mas já usando armazenamento, ligando aos poços. O sistema é praticamente o mesmo. Estes são os diferentes preços, conforme aquelas opções, que pela primeira tomada feita, considerando o que era preciso, variava entre 148 milhões a 154 milhões de dólares, todo o equipamento. Mas, não vai chegar a isto. Todo o sistema, inclusive com as interligações

que falei, com equipamento importado, vamos operar em novos poços, um **man'l. fold**, navios-cisterna e o navio-monobóia que vai levar o produto — ficará em 20 milhões de dólares e cerca de 60 mil cruzeiros, em nossa moeda.

As instalações totais para o armazenamento e processamento, requerem o navio-cisterna ou a plataforma fixa. Depois tem o queimador para os gases. O petróleo desde através do **risel** e, na monobóia, pega o navio, onde, numa torre articulada, vai para um sistema de amarração. Depois vem o escoamento que pode ser feito através de dutos flexíveis ou de grande esferas para armazenamento.

Eis as informações que eu poderia dar para o bom entendimento do problema do petróleo no Brasil, qual tem sido o esforço da PETROBRÁS e quais as suas aspirações. Posso-lhes assegurar que até 1979 ou 1980 o Brasil produzirá pelo menos 500 mil barris de petróleo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Quero lembrar aos presentes que o nosso Conferencista, General Araken de Oliveira, tem compromissos assumidos para esta tarde, no Rio de Janeiro. Portanto, os debates terão que ser bastante comprimidos, para permitir o atendimento da lista de inscrições e atender à necessidade do Conferencista. As perguntas devem ser concisas, para não ultrapassar o tempo.

Como de costume nos debates, aqui no Senado Federal, é facultada a palavra aos Srs. Deputados. E os Deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal foram também convidados.

O primeiro inscrito é o Deputado Siqueira Campos, da ARENA de Goiás.

Concedo a palavra a S. Ex^ª

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. Presidente, em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^ª e com o ilustre Presidente da Comissão de Minas e Energia do Senado por ter trazido tão ilustres homens públicos que são o General Arakém de Oliveira e o General Oziel Almeida Costa.

General Araken de Oliveira, V. Ex^ª já é de muito conhecido desse humilde Deputado que representa Goiás, pois um companheiro seu, colega em Realengo, recentemente falecido, meu particular e grande amigo, General Mário Solon Ribeiro, sempre tratava da pessoa de V. Ex^ª com muito carinho e admiração e vejo que ele tinha fundadas razões para isso.

Parabéns pela brilhante Conferência.

Incialmente, revelo a V. Ex^ª minha preocupação de brasileiro, diante das nossas reservas conhecidas, que infelizmente não chegam, sequer, a 0,01% das reservas mundiais também conhecidas. As possibilidades, como disse V. Ex^ª, de serem encontradas outras reservas, são otimistas, são promissoras.

Pergunto a V. Ex^ª: É pensamento do Governo estudar, ainda, a opção dos contratos de risco, tendo em vista esta pequena reserva conhecida e a necessidade do seu aumento?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — A PETROBRÁS — eu disse no começo — é o Órgão de execução da política do Governo. E essa política para a PETROBRÁS, está traçada na Lei nº 2.004, ratificada na Constituição, e o seu programa a curto prazo, é dado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento ou outro instrumento que o Governo tem. Então, para o cumprimento dessa política, a PETROBRÁS, está perfeitamente apta com os atuais contratos feitos, que são: contratos de afretamentos dos equipamentos, — e não tem havido falta desses equipamentos — contratos de serviços, quando esses equipamentos não são conhecidos — evidentemente, que se trazem para manejá-los — e com a incumbência nesse contrato, de transferir a tecnologia do manejo desses equipamentos, a técnicos nossos. Então, desta forma a PETROBRÁS tem, absolutamente, cumprido todo o programa, não tem havido falta de recursos, e o cumprirá até o fim. Devo dizer, também, que o Ministro das Minas e Energia pediu-me para transmitir que S. Ex^ª considera esse assunto

encerrado e ultrapassado. Também, o Ministro do Planejamento disse-me: Sou Ministro da Secretaria de Planejamento e, este assunto não está na agenda do Governo." Então, PETROBRÁS é o Órgão de execução, e, a política é do Governo.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Fico muito feliz pela resposta e acho que todos os brasileiros têm fundadas razões para confiar na capacidade dos técnicos brasileiros e, principalmente, da sua grande Empresa, a PETROBRÁS.

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Muito obrigado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Mas, meu nobre General, tenho mais umas perguntas, vou agrupá-las, para não tomar tempo, porque tive um minuto para fazer aquela pergunta, vou usar os outros quatro, se a Presidência me permitir, mas serei bastante sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Por favor, seja breve nobre Deputado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Primeiro, é quanto à possibilidade da adoção de um preço nacional para o combustível. Segundo, é quanto ao preço subsidiado, se ele podia tingir a todos os setores de transportes desde: táxi, ônibus, caminhões, barcos, navios, estradas de ferro, aviação e ser estabelecido um preço, portanto, para o automóvel de passo, para haver uma compensação desses subsídios. O terceiro ponto é da possibilidade da implantação de uma refinaria no Centro-Oeste; mais precisamente, em Arápolis — capital econômica do Estado de Goiás — ou nos arredores de Goiânia. E, em quarto lugar, do aproveitamento dos campos e cerrados no País inteiro, mas principalmente no Centro-Oeste onde há mais quantidade dessas terras, para a produção já aventada do álcool de mandioca. E, em último lugar, a opinião de V. Ex^o quanto a um planejamento que possibilitasse o nascimento de pólos industriais, para que não se concentrasse tanto em São Paulo a força industrial desse País. Eram somente essas perguntas.

Agradeço ao meu jovem Senador Milton Cabral.

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — O Preço nacional é um problema, absolutamente, perseguido. Estou falando aqui como um antecessor do Presidente Oziel Almeida Costa. Isso está nas mãos dele mas, perseguir esse preço é da lei. O Conselho tem feito sempre quando possível, esse controle. Então, nos produtos transportados por navios, oleoduto e via férrea, onde realmente a carga de faturamento chega ao destino, fazemos um preço uniforme no Brasil. A pequena diferença que às vezes aparece é devido à temperatura, que aumenta ou diminui o volume. Então, isso dá um pequeno aumento no preço, o que é insignificante. No mais, o que sempre se buscou foi exatamente o preço único no País. Agora, não se pode fazer um preço único à base do transporte rodoviário. Nesse sentido, estamos intensificando muito a utilização, onde for econômico, do transporte por oleoduto. O preço subsidiário, eu já dei uma idéia de como pode ser feito, é um subsidiando o outro, para não se onerar o País. Sempre que puder haver controle será possível se passar por isso dentro — vamos supor — da proteção econômica de determinadas atividades, só pode ser com esse objetivo. O que se busca sempre é que essa proteção econômica seja realmente de uso utilitário. Então, por exemplo, definir-se o óleo combustível dentro de uma alíquota, para o uso de tratores absolutamente aceito por todo o mundo, numa atividade agrícola. Mas como controlar isso? Como se verificar se realmente o que foi faturado num posto que atende aos fazendeiros A, B, e C, é destinado mesmo a isso ou se não é desviado? Este é o problema por que não se faz mais. Então, onde pode haver controle, sempre se faz; onde não pode, fica difícil a aplicação.

Outra pergunta que o Sr. fez foi sobre refinaria. Refinaria tem que ser considerada como um problema de técnica econômica. Então onde ela deve ser colocada? Coloca-se uma refinaria que é uma fonte de produção para atender a um mercado. Ela tem que ser colocada no centro da distribuição desse mercado; sem o que o transporte vai onerar. Logo, o que nós podemos dizer é que os estudos estão sendo

feitos de porte técnico e econômico para a localização. No momento, honestamente, não posso dizer onde será localizada a próxima refinaria, mas, os estudos estão sendo feitos, dentro desses dois ângulos: técnico e econômico.

Sobre a utilização, estamos estudando com muito afinco, a utilização a título pioneiro, para a utilização da mandioca como matéria-prima para o álcool anidro. Estamos selecionando áreas e vamos fazer uma unidade pequena, protótipo, para se verificar a viabilidade econômica desse processo. Já estamos fazendo isso.

Quanto à redistribuição...

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — São pólos industriais...

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Ha! eu creio que o País acabou de dar um exemplo disso, estabelecendo o III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, apesar de várias propostas, inclusive, para colocar a de São Paulo etc. Ele deu uma prova de que quer descentralizar. Acho que a mesma decisão do CDE que coloca esse Pólo Petroquímico, o III Pólo do Rio Grande do Sul, a mando desenvolver, o problema do complexo da sal-gema e do cloretano, também, no Maceió.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Agradeço e me dou por satisfeito, congratulando-me com V. Ex^o e com o Governo, por ter deixado de lado definitivamente, essa possibilidade, essa opção de adoção dos contratos de riscos. Muito obrigado a V. Ex^o.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Itamar Franco, representante de Minas Gerais, pelo MDB.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nossos cumprimentos a V. Ex^o pela palestra. A nossa pergunta é bem objetiva: Como vai a nossa BRASPETRO? Essa **trading** brasileira tem cumprido a sua finalidade? Seria possível aplicar recursos dessa **trading** na prospecção do Brasil?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Nós temos que responder esta pergunta, vivendo a conjuntura de quando foi implantada na PETROBRÁS a BRASPETRO. Isso foi nos idos de 1970/71. Qual era o panorama? Os grandes países produtores, particularmente o Oriente Médio, dispunham de petróleo e não tinham mercado; poços estavam fechados. O Brasil fazia o seu esforço, mas ainda não tínhamos partido — foi quando se iniciou a opção de ir para a plataforma e onde encontramos o caminho — para os primeiros reconhecimentos e, tínhamos a possibilidade de obter o petróleo em melhor condição, explorando no exterior. E, esta foi a razão determinante porque, naquela ocasião, se optou pela BRASPETRO.

Na oportunidade, foram feitos contratos de quatro e cinco anos dessas concessões. Então, estamos honrando os contratos. Evidentemente que se a situação fosse idêntica à de hoje não teríamos ido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, Representante do Pará, pela ARENA.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. General, é compreensível para V. Ex^o e para o General Oziel Almeida Costa a alegria com que os vejo aqui. Saúdo os dois instrutores que tive, em fase variada da minha vida militar. É com orgulho que os vejo dirigindo as duas Entidades que são responsáveis pelas aspirações brasileiras no campo do petróleo. A exposição de V. Ex^o, General Araken, para mim, eliminou vários pontos que poderiam suscitar perguntas. De maneira, que eu me situo num só. Tem sido muito utilizado em debate, nessa Casa, na tentativa de provar que a PETROBRÁS não tem condições, por si só, de pesquisar a área sedimentada brasileira, num tempo oportuno. O que se faz — e que me parece extremamente perigoso — é uma regra de três simples e direta, visando a bacia sedimentada. Tantos metros quadrados, até agora só foram perfurados tantos.

"Então, x está para tantos metros perfurados, assim como y está para todo o total da bacia, o que daria, assim, o resultado final perto de 3 mil". E isso é uma técnica, no meu entender, para caracterizar a insuficiência de recursos ou de capacidade da PETROBRÁS. Isso tem sido muito utilizado, dizendo que, até agora, nós só fomos capazes de pesquisar 10% da área sedimentada brasileira. Agora, considerando que os poços secos — como V. Ex^e disse ainda há pouco — trazem grandes somas de informações e a correlação deles permite esclarecer áreas mais ou menos extensas entre os dois, pergunto a V. Ex^e: Qual é a sua reação diante dessa afirmativa que a mim, aprioristicamente, eu lhe digo, me parece negativista?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Na realidade, as áreas sedimentares brasileiras são extensas, quase 40% do Brasil. Certos processos de levantamento que são utilizados não indicam realmente a existência de uma estrutura produtora, mas indicam a inviabilidade de certas áreas. Então, numa primeira apreciação das áreas sedimentares do Brasil, eliminamos uma série delas, como teríamos que eliminar o Acre, há alguns anos. Simplesmente porque o óleo que se descobrisse lá não podia vir para lugar nenhum. Há certas áreas, pela infra-estrutura econômica do País, mesmo que se descubra o petróleo, ele passa a ser antieconômico. Isso ao se apreciar de um modo global. Segundo outras informações, pela natureza geológica, também são afastadas. Dando outro exemplo, todo mundo fala na região da grande Baixada de Mato Grosso. Foi feito um levantamento sísmico atravessando toda área e não apresentou nenhum indício de anomalia geológica. Então, se não há indícios nessas áreas e se os tenho noutras, tenho que concentrar os esforços nestas. Se essa área que foi demonstrada permite elevar consideravelmente a nossa produção, poderemos chegar, sim, à auto-suficiência, não num prazo curto — nem se diz que será em 1980 ou 1982 — mas poderemos chegar. É claro que aí se concentram todos os esforços financeiros e da tecnologia do Brasil. Então, esse é o problema. Não sei se respondi.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Em seguida, passo a palavra ao Sr. Senador, pela ARENA do Ceará, Virgílio Távora, na ordem de inscrição.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — General Araken de Oliveira, no plenário do Senado sempre perciuí esses assuntos referentes à energia: é uma das nossas missões. De maneira que, ao Presidente da PETROBRÁS, que foi eminente Dirigente do Conselho Nacional do Petróleo e que por sua vez está acompanhado do atual ocupante do cargo, gostaria de lhe dirigir algumas perguntas que esclareceriam muitas dúvidas firmadas e — poderíamos dizer — quase reafirmadas por pessoas que divergem profundamente da política adotada pelo Governo, no total, quanto à crise do petróleo.

Número 1: O xisto. Segundo as declarações havidas de técnicos da PETROBRÁS, inclusive de documentos fornecidos gentilmente por V. Ex^e, ao tempo da sua gestão no Conselho, o ideal seria a exploração de um conjunto de cinco unidades — módulos de dez mil barris, formando um todo de cinqüenta mil barris por dia. Isso daria quatrocentos e cinqüenta mil metros cúbicos de mineração. Há idéia já de quanto custaria um conjunto desse, General?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — A última avaliação desse conjunto — última, ainda, não é definitiva — está na ordem de 48 milhões de dólares para uma refinaria a partir do xisto com dimensionamento de cinqüenta mil barris/dia.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Conjunto?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Sim. O problema é o seguinte: a concepção desse refino são células. A usina piloto já foi feita para facilitar a construção das retortas comerciais. Ela tem, por exemplo, um diâmetro de cinco metros e meio. A definitiva comercial deverá ter um diâmetro de onze metros. Isso facilita uma série de cálculos, de projeções, para a instalação da unidade. Então, numa produção — isso vai dar ainda o resultado — seriam cinco células

dessas colocadas para retortas constituindo uma unidade. É para esse conjunto, inclusive as duas unidades de mineração, as duas drag-lines.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Segunda pergunta, General, também referente a isso: V. Ex^e, quando no Conselho e acredito que o sucessor de V. Ex^e se interessou também por esse assunto a questão da gaseificação do carvão para, por síntese, nós tirarmos os derivados do petróleo. Recorda-se, foi V. Ex^e que nos deu conhecimento do processo **Fischer Tropsch**, que o Governo do Rio Grande do Sul solicitou a vinda do Presidente da **SASOL South African Oil And Gas Corporation**. O que há a respeito?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Não sei se coisa mais moderna pode ser dita.

Buscamos os principais técnicos para nos apresentarem o problema. Tanto o Grupo **SASOL**, como o Prof. Reerink, levaram amostragens para verificar da possibilidade de no sistema usado, não só na Alemanha, como também na África do Sul, o nosso carvão ser aproveitado. Ele pode ser aproveitado, tem qualidade de gaseificação, mas exige um beneficiamento. Então, para se tornar econômica a gaseificação, a unidade tem que ser de grande dimensionamento e o aproveitamento do gás não pode se destinar só a uma fonte. Nesse caso, teríamos uma grande unidade e o gás gerado seria aproveitado como uma unidade de amônia e uréia, para a redução direta do minério e a distribuição doméstica, por exemplo. Tudo isso junto requer um vulto de investimento que os empresários mais diretamente ligados ficam desencorajados. O problema é realmente dimensionamento. Há um segundo tipo de carvão em Santa Catarina que já é uma decorrência do aproveitamento do carvão para a siderurgia e que sobra, na medida em que se faz o aproveitamento para dar as características de carvão de coque. E agora que a siderurgia está sendo mais exigente e pedindo um menor teor de cinzas — ela quer passar de dezoito e meio para quinze, como o carvão a ser produzido em Santa Catarina — essa quantidade de carvão, chamado carvão vapor, vai sobrar. Independente do plano de ampliação da **SOTELCA**, o aproveitamento para a siderurgia, redução direta do minério, e para uma unidade industrial de amônia está sendo cogitado pelo Governo de Santa Catarina, pelo Dr. Batista Pereira, que é o atual Secretário.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. General, as perguntas não traziam nenhuma armadilha, nem podiam, pelo conhecimento que V. Ex^e tem de nós de muito tempo.

Então, é o seguinte: quarenta e oito milhões para uma unidade de cinqüenta mil barris. Se eu multiplicar isto por dois são noventa e seis milhões de dólares. Não vale a pena se fazer todo esse sacrifício, neste Brasil, para se ter um acréscimo de cem mil barris por dia, já que a nossa é reduzida?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Vale.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Este é um apelo que deixamos aqui ao eminente companheiro de armas.

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Perfeito.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Vamos vender o que a PETROBRÁS tem de sucata, seja o que for. Passamos para o xisto.

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — Perfeito. Explico melhor, já estamos fazendo pesquisas, porque a grande vantagem que tem São Mateus do Sul, no que se refere à mineração, que é exatamente o elemento crítico na apropriação de custo, é exatamente a falta do afloramento do xisto, o que permite o processo de mineração a céu aberto. Então, as outras duas áreas, que são as áreas de Dom Pedrito e nas proximidades de São Sepé do Sul, já estão sendo pesquisadas, para significar o volume, pois essa primeira unidade tem que ser construída inicialmente sozinha, porque, evidentemente, em se passar de uma unidade piloto para uma unidade comercial, vamos ter que resolver alguns outros problemas, num sistema onde não encon-

tramos equipamentos na prateleira. Então, temos que fazer pequenas adaptações, pequenas arrumações. Por conseguinte, esperamos um tempo relativamente grande para a pré-operação. Nós podemos garantir que, aprovada a primeira unidade comercial, imediatamente passaremos para mais duas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A melhor notícia que V. Ex^e poderia dar aqui. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Pela ordem da inscrição, tem a palavra o Sr. Senador Augusto Franco, representante da ARENA de Sergipe.

O SR. AUGUSTO FRANCO — Não cheguei no início da exposição, mas desejo preliminarmente congratular-me com o Sr. Presidente da PETROBRÁS, General Araken de Oliveira, e com o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Oziel Almeida Costa...

Peço licença para fazer umas perguntas — algumas sobre o meu Estado, outras sobre o Brasil, as quais espero que V. Ex^e responda.

O primeiro caso é sobre aquela parte considerada de utilidade pública, para desapropriação no Estado de Sergipe. Aliás, fiz um discurso no Senado e dizia que dos 34 municípios que foram considerados área de utilidade pública para desapropriação, 27 já estavam nos decretos dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva. Não entendemos por que foram considerados caducos — não sei se foram — porque praticamente os dizeres são os mesmos. Se a PETROBRÁS for desapropriando todas as áreas, nesses termos, como um terço do Estado de Sergipe, irá desapropriar, daqui a 20 ou 50 anos, muita coisa no Brasil.

Os proprietários em Sergipe têm dado todo o apoio à PETROBRÁS, sem o menor constrangimento para eles, em ter um maior contato. Mas, esse caso já está ultrapassado pela PETROBRÁS. Agora, faltou uma explicação porque os proprietários de terra, hoje, já estão todos acomodados. Inclusive já existiam dois decretos anteriores sobre isso.

Outra pergunta que desejava fazer ao ilustre General é quanto a produção de barris diárias, — se for possível — em Sergipe e no Brasil, de 1970 para cá.

Quanto a auto-suficiência, o General já disse que haverá possibilidade, dentro de 6 a 8 anos.

Outra pergunta que desejava fazer, é: Qual a produção diária, em barris, e o número de poços perfurados no exterior, nessa exploração pela BRASPELTO?

Fico aqui, para não me delongar nessas perguntas. Muito obrigado.

O SR. GENERAL OZIEL ALMEIDA COSTA — Perfeito.

Primeiro o problema da desapropriação. A PETROBRÁS sempre agiu assim. Por exemplo, vão fazer um oleoduto ligando o terminal da Ilha Grande a Guaricema, lá em cima, em São Paulo. Ele desapropria a faixa por onde vai passar esse oleoduto, mas não usa da desapropriação para explorar ninguém. Pelo contrário, vai a cada um dos proprietários e negocia. O que aconteceu em Sergipe foi que apareceram, em relação aos 27 municípios, mais 7 de interesse, quando ligamos — pelo embasamento Carmópolis a Siririzinho. Foi necessário uma certa facilidade para se encontrar, porque se é verdade de que 99,9% dos proprietários facilitam tudo, às vezes, 0,1% dificulta. Se formos esperar, por exemplo, no oleoduto que é bem característico, onde encontramos, através do oleoduto, cem proprietários e fazer uma questão com cada um, a PETROBRÁS não faria nada. Então, a solução que ela emprega para não demorar é essa, trata. Ela está com a autorização, mas não usa do poder para nada, ela negocia com os proprietários. Em Sergipe não houve, até hoje, um caso. Todos foram resolvidos, entre a PETROBRÁS e os proprietários, negociando.

O SR. AUGUSTO FRANCO — Eu disse a V. Ex^e que todos os proprietários de Sergipe tinham o máximo de boa vontade com a PETROBRÁS.

O SR. GENERAL OZIEL ALMEIDA COSTA — Pois é isso. Agora, ela tem que fazer, porque é natural que se encontre um que não quer. Isso é princípio. Ela faz isso em Sergipe, faz em São Paulo e fará onde for necessário. Fez no Paraná, na área destinada à Refinaria de Araucária, no terminal. Mas o princípio dela é negociação.

Essa diferença de produção mandar-lhe-ei por escrito Sr. Senador, porque não a tenho, aqui, de cor. Prometo mandar-lhe por escrito. V. Ex^e quer a produção de barris de 70 a 75, do Brasil, de um modo geral, e de Sergipe, em particular. Mandar-lhe-ei.

A BRASPELTO tem sete concessões no exterior. Desses, três ela está perfurando. No Egito — no deserto — estrutura boa, estamos muito esperançosos, já apareceu um pequeno jorro. Estamos perfurando no Irã, mas no mar, off-shore. E estamos produzindo na Colômbia, 15 mil barris/dia. Estamos em negociações com a Empresa Petrolifera do Estado, para perfurarmos outra área. Mas, como a Colômbia é um País que já entrou na importação toda a nossa produção tem ficado lá. Embora não esteja gerando petróleo, para o Brasil, está gerando divisas. É favorável o trabalho que se faz na Colômbia. Nas outras áreas que são: Madagáscar, Líbia, Argélia, e Iraque também já se está perfurando. Estamos ainda em sistema de levantamento.

Em Roterdã, temos um sistema de tanqueamento e, na Itália, uma refinaria de saras. Na época de dificuldades de comercialização, e tendo em vista um possível ganho de tempo para modificação da nossa estrutura de consumo, se chegar a ser preciso isso, a esta refinaria destina-se uma válvula, para recebermos o produto, refinarmos lá e mandarmos para o País; ou um aumento de reservas, como é o caso, agora, na expectativa de uma mudança de preço, em que estocamos mais, além da nossa capacidade aqui e lá fora.

Roterdã é um grande porto para se colocar o bunker, para colocação de navios, e, também, para o atendimento na estação invernosa do Norte — onde temos, aqui no País, na nossa estrutura de refino, geralmente um certo excedente de óleo combustível, colocamos a renda af.

Então o que estamos procurando é uma ampliação do nosso comércio, com o objetivo único, a segurança ao País no abastecimento do petróleo de Neópolis.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Queria dar conhecimento à Casa de que, dado ao adiantado da hora, vai ser possível apenas mais uma pergunta que, pela ordem de inscrição, caberá ao Senador Gilvan Rocha, do MDB de Sergipe. Convidado aos demais inscritos: Deputado Juarez Batista, do MDB de Minas Gerais; Deputado Vasco Neto, da ARENA da Bahia; Senador Agenor Maria, do MDB do Rio Grande do Norte; e Deputado Hélio Campos, da ARENA de Roraima a endereçarem às suas perguntas ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, que ele se dispõe, prazerosamente, a esclarecer a todas as dúvidas que chegarem a suas mãos.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Gilvan Rocha, do MDB de Sergipe.

O SR. GILVAN ROCHA — Sr. Presidente, Sr. General Araken de Oliveira, o simples fato de se seguirem dois Senadores do meu Estado nessa inquirição a V. Ex^e bem reflete o interesse de Sergipe no problema de petróleo.

Prometo a V. Ex^e ser breve.

Sergipe, como V. Ex^e sabe, vem contribuindo há alguns anos para o enriquecimento nacional:

Sou dos que só acreditam no fator econômico, quando ele envolve o fator social. A grande esperança de meu Estado — que surgiu, quando se descobriu o petróleo — desmoronou-se um pouco com o perpassar dos anos. Isso porque os nossos problemas sociais — que pareciam se encaminhar para a solução, pelas descobertas daquelas riquezas — na verdade, não foram plenamente satisfeitos. Por isso, Sergipe, com certa apreensão, olha os problemas petroliferos brasileiros, porque nem sempre o que é bom para a PETROBRÁS é bom para Sergipe. Então, pergunto, diretamente, a

V. Ex^º. Por que a PETROBRÁS paga **royalty** a Sergipe, cotando o barril ao preço de três dólares, quando sabemos que o preço internacional oscila de dez a doze dólares?

A segunda pergunta se refere ao Grupo LUME. Esta Comissão esteve com o Ministro, há dois ou três meses. Na ocasião, S. Ex^º, inquirido por mim sobre o problema do Grupo LUME e jazidas de potássio em meu Estado, pedia a esta Comissão — e invoco testemunho dela, inclusive, usando a própria expressão de S. Ex^º — que aquela conversa fosse **off the records** que o Grupo LUME não tinha idoneidade. Esse segredo, que foi mantido até agora, não tem nenhuma razão de ser. Inclusive o Governo da Guanabara, segundo os jornais, está acionando parte desse Grupo.

Então, pergunto, também, a V. Ex^º. Qual a solução que a PETROBRÁS vai dar ao problema de potássio, quando já é público e notório, inclusive, oficialmente, da próxima insolvência desse Grupo?

O SR. ARAKEN DE OLIVEIRA — A primeira pergunta refere-se ao preço. A PETROBRÁS é paga pelo seu petróleo a 4,54 dólares. Ela não recebe os 13 dólares, que é o preço internacional e sim 4,54 dólares por barril produzido. Deduzindo as despesas de transporte até chegar lá, tem-se o preço, na boca do poço, local onde é calculado, de 3 dólares. Então, está absolutamente correto. O cálculo é baseado nisso.

Quanto ao Grupo LUME, a PETROBRÁS, por efeito de uma licitação pública ordenada pela CPRM, foi condicionada a uma participação neste Grupo com 26%. Então, ela pode participar com 26%, na provável concessão que o Grupo LUME poderia obter, se cumpridas as cláusulas contratuais que inicialmente estabeleceu com o CPRM. Previa uma série de pesquisas, etc. Hoje está parado. Então, esse processo não está terminado. Consequentemente, o Grupo LUME não recebeu o licenciamento para a produção na área e a PETROBRÁS não pode entrar. Essa, o problema da PETROBRÁS.

Quanto ao potássio da área de Carmópolis, onde há realmente uma intercorrência entre esses sais lá existentes e outros com o petróleo, é uma salvaguarda às reservas de petróleo. Mas, o problema do potássio no Brasil não está só aí. Vamos perseguir esse problema. Não depende da PETROBRÁS, depende de uma ação do Governo com o Grupo LUME, da qual estamos afastados. Porém, o Brasil terá potássio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Sr. General Araken de Oliveira, em nome da Comissão de Economia e por delegação da Presidência da Comissão de Minas e Energia, agradecemos a presença de V. Ex^º nesta sala do Senado Federal e a gentileza com que aceceu ao nosso convite, para proferir esta excelente palestra.

Cabia-me tece algumas considerações conclusivas sobre a brilhante exposição de V. Ex^º e os dados muito interessantes que apresentou. Mas, lamentavelmente, em função do tempo, não me é permitido entrar nesses detalhes. Cabe-me, apenas, parabenizar V. Ex^º, em nome desta Casa e externar — creio — em nome de todos os Parlamentares, um voto de confiança à ação da PETROBRÁS, um voto de confiança à excelência da Lei nº 2004 e, sobretudo, um voto de confiança à competência dos técnicos brasileiros e da Organização que V. Ex^º muito bem dirige.

Muito obrigado, General Araken de Oliveira.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1975

Às nove horas do dia treze de novembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório "Milton Campos", presentes os Srs. Senadores Heitor Dias — Presidente, Helvídio Nunes, Osires Teixeira, Saldanha Derzi, Otair Becker, José Lindoso, Adalberto Sena e Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão do Distrito Federal, com a participação, ainda, dos Srs. Senadores Paulo Guerra, Cattete

Pinheiro, Itamar Franco, Lenoir Vargas, dos Srs. Deputados Menandro Minahim, Léo Simões, Paulino Cícero, Lomanto Júnior e Afrísio Vieira Lima, e de todo o Secretariado do Governo do Distrito Federal.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente evoca os motivos da presença do Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo Farias, neste órgão técnico e, em seguida, designa uma comissão composta dos Srs. Senadores Adalberto Sena, Osires Teixeira e Saldanha Derzi, com a finalidade de fazer ingressar no recinto o ilustre convidado, que passa a ocupar o lugar de honra à Mesa, cuja constituição é completada pelos Srs. Senadores Adalberto Sena, Vice-Presidente, e Cattete Pinheiro, ex-Presidente da Comissão do Distrito Federal.

Em prosseguimento, o Sr. Senador Heitor Dias concede a palavra ao Sr. Dr. Elmo Serejo Farias, que, focalizando o seu Plano de Ação, procede a uma circunstanciada análise das atividades desenvolvidas — e a desenvolver — nas áreas das diversas Secretarias e órgãos da Administração Descentralizada do Distrito Federal, anunciando, por último, a escala de prioridades das obras de seu Governo.

Encerrada a fase expositiva, iniciam-se os debates, deles participando, pela ordem, os Srs. Senadores Otair Becker, Itamar Franco, Paulo Guerra, José Lindoso, Cattete Pinheiro, Osires Teixeira e Adalberto Sena.

Ao final, o Sr. Presidente congratula-se com o Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo Farias, pela magnífica exposição proferida e excelente contribuição dada aos debates, estendendo os seus agradecimentos aos demais participantes, e conclui determinando que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1975, DESTINADA A OUVIR A EXPOSIÇÃO DO SR. GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, DR. ELMO SEREJO FARIAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: SENADOR HEITOR DIAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ADALBERTO SENA

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Srs. Secretários, e Srs. Auxiliares diretos do Sr. Governador, Dr. Elmo Serejo Farias:

Vamos dar início a esta sessão especial, em que o ilustre Governador do Distrito Federal terá o ensejo de fazer uma exposição, não somente sobre os trabalhos realizados até agora, como também sobre o que tem planejado para execução futura.

Quero pedir aos Srs. Senadores a fineza que se decidirem pela arguição, depois da exposição de S. Ex^º, que façam a sua inscrição. Cada Senador terá de três a cinco minutos para fazer a sua arguição, tempo esse que é igual para a resposta do Sr. Governador do Distrito Federal.

Designo uma Comissão, composta pelos Srs. Senadores Saldanha Derzi, Osires Teixeira e Adalberto Sena, para trazer ao recinto o Sr. Governador Dr. Elmo Serejo Farias, que se encontra, no momento, no Gabinete do Sr. Presidente do Senado Federal. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão, entra no recinto S. Ex^º o Sr. Governador do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tenho a honra de convidar o Sr. Senador Adalberto Sena, como Vice-Presidente, e o Sr. Senador Cattete Pinheiro, como ex-Presidente da Comissão do Distrito Federal, para fazarem parte da Mesa.

Como já tivemos o ensejo de declarar no início destes trabalhos, aqui estamos para ouvir a palavra de S. Ex^o o Sr. Governador do Distrito Federal sobre o seu Programa de Governo, o que está feito e do que está por fazer. O Senado Federal é, por força dos dispositivos constitucionais, um órgão encarregado de legislar sobre o Distrito Federal, e uma Comissão especial, de caráter permanente, funciona como órgão não apenas de fiscalização, de estudo, de exame, de debate sobre as matérias que por aqui circulam, mas, também, ela assim o faz porque deve fazê-lo, uma ponte, entre o Governo do Distrito Federal e o Senado Federal, o que vale dizer, entre o Governo e o povo, para o trânsito das idéias, para o entendimento recíproco em que, acima de tudo, como é lógico, estão os interesses superiores da Nação e, no particular, da Legião Administrativa que compõe o Distrito Federal.

É com muita honra, Sr. Governador, que recebemos V. Ex^o, pela primeira vez, para um debate desta natureza. Não duvidamos, pelo conhecimento que temos de sua pessoa e pelo contato mantido com V. Ex^o e, ainda, pelo trabalho de quase todos os seus Auxiliares, de que V. Ex^o terá oportunidade de demonstrar o que tem feito, com os olhos voltados para bem servir a coletividade e bem corresponder ao mandato que lhe foi confiado pelo Senhor Presidente da República.

Concedo a palavra ao Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo Farias.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Srs. Senadores, Srs. Secretários, meus Senhores e minhas Senhoras:

1. INTRODUÇÃO

Convidados pelo Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Heitor Dias, para aqui comparecermos, trazendo os esclarecimentos julgados necessários sobre a atuação do nosso Governo e dos planos a que nos propusemos executar, hoje o fazemos com profunda satisfação. Aqui se encontram, para isso, o Governador e seus Secretários.

Temos recebido, ao longo destes 19 meses à frente do Executivo do Distrito Federal, reiteradas manifestações de apreço da classe política e, mui particularmente, do Senado. Foi, até pouco tempo, através do eminente Senador Cattete Pinheiro, que exercia a Presidência desta Comissão e cujo interesse pelos negócios da Capital queremos exaltar como preito de reconhecimento e agradecimento, que recebímos o apoio e a colaboração no trato das questões maiores do Distrito Federal. E assim continua sendo, numa demonstração de perfeito entendimento entre o Executivo local e o Congresso Nacional.

Aqui estamos para falar um pouco de Brasília e do nosso Governo; nesta Casa de tantas tradições e homens ilustres, mas gostaríamos, também, de ouvir sugestões de Vossas Excelências, num debate amplo dos nossos problemas, oportunidade que não podemos perder, sob pena de não aproveitarmos os ensinamentos que aqui possamos colher.

CAPÍTULO I

1 — O DISTRITO FEDERAL

1. Abordagem Histórica

A missão da Nova Capital, ao que se depreende das lições da História, se resume em dois grandes objetivos, quais sejam:

I — ser a Capital da República e como tal oferecer aos Poderes constituidos os equipamentos e instalações necessários para que a Administração Federal viesse a ter tranquilidade para agir de forma racional e imune às pressões de toda origem;

II — ser polo de desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste e Norte do País, e funcionar como elemento de integração nacional e de ocupação do espaço territorial.

Para o atingimento do objetivo "Brasília como Capital da República", construiu-se uma Cidade de arquitetura modelar e funcional. A preocupação mais explicitada nas Administrações do Distrito Federal é aquela de arrumar as acomodações para que os Poderes da República melhor se instalem. Tem-se procurado dotar Brasília, especialmente o Plano-Piloto, de todos os equipamentos e infra-estrutura necessários ao pleno funcionamento de uma Capital Federal.

Entretanto, o objetivo "Polo de Desenvolvimento Econômico e Social", associado aos fatores de integração e ocupação do espaço territorial está sendo devidamente dimensionado. O Programa Geoeconômico da Região visa, entre outras coisas, diminuir as pressões demográficas sobre Brasília. Há um Plano-Diretor de Urbanismo, que bem ou mal, se executa. Há uma organização formal para a administração da Cidade que, embora sem se preocupar com metas maiores, funciona. Porém, não há nenhuma tomada de posição, que faça com que o Governo Federal, além do papel que exerce como Se de do Governo da República, influencie, direta e participativamente, o desenvolvimento nacional ou, pelo menos, no das Regiões que, mais próximas dele, se localizam.

Face a essa indefinição dos papéis que Brasília deve exercer, isto é, quais as suas funções, além de Capital da República, é que com a instalação da Capital criou-se neste Planalto Central, principalmente, uma expectativa na região, a qual vem pressionando o Distrito Federal ao exercício, quer nós queiramos ou não, de assumir outros papéis além do mais nobre e principal, de Capital do País.

Por todas estas razões, urge procurar, neste momento, as respostas às seguintes indagações:

1. Que funções além de Capital da República deve o Distrito Federal exercer?

2. Realmente, Brasília detém ou deve deter função de catalisadora do desenvolvimento econômico e social do Planalto Central?

3. Quais seriam as ações que Brasília deveria desempenhar, para bem cumprir o papel de catalisadora do desenvolvimento do Planalto Central?

2. O Distrito Federal como fator de integração regional

A influência exercida pelo "Fenômeno Brasília", no comportamento regional brasileiro, pode ser considerada como marcador de duas épocas.

O Planalto Central, com Brasília, passou a ser centro de convergência de um conjunto de ações que modificaram, no correr de uma década, a estrutura sócio-econômica de imensa vastidão do território brasileiro, pois não só o Centro-Oeste recebe diretas influências de Brasília, mas também outras regiões do Norte e Nordeste e Sudeste do País.

A malha rodoviária existente, em franca expansão, liga a Capital aos mais distantes pontos do território brasileiro, integrando os mais diferentes mercados produtores e consumidores regionais. Consolidada, Brasília representa polo irradiador de desenvolvimento regional, espalhando sua área de influência direta aos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, numa extensão de, aproximadamente, 200.000 km².

O advento de Brasília significou considerável melhoria do Centro-Oeste na participação da Renda Nacional, 52% no período 1960/70. Como centro irradiador de desenvolvimento, o elevado nível de consumo no Distrito Federal leva dinamismo a toda região, principalmente ao setor agropecuário do Noroeste de Minas Gerais e do Estado de Goiás como um todo, que se beneficiam dos efeitos imediatos do crescimento de Brasília.

Esses reflexos são observados na melhoria dos níveis de vida das populações periféricas ao Distrito Federal, principalmente nos campos Educacional e de Saúde. Em 1974, cerca de 54% dos pacientes hospitalizados na rede oficial eram oriundos de outros Estados. Sintomáticos são ainda os dados do relatório desse mesmo ano, do-

Hospital de Brazlândia, indicando que 81 dos pacientes esquistossomáticos em tratamento, 45% provinham de Minas Gerais, 30% da Bahia, 15% de Pernambuco e o restante do Ceará, Espírito Santo, Paraíba e Goiás.

3. Características Sócio-Econômicas do Distrito Federal

Brasília e suas cidades-satélites são, hoje, o maior aglomerado urbano e populacional do Centro-Oeste.

No decênio 1960/70, a população regional (DF, MT, GO) cresceu, em média, 6% ao ano, enquanto a do Brasil 2,8%. Isoladamente, o aumento da população do Distrito Federal se situou em torno dos 14,4% a.a.

Entre 1970 a 1974, quase 300.000 pessoas, ou seja, 58.000 novos habitantes por ano foram acolhidos no Distrito Federal, dos quais cerca de 75% imigrados das mais diversas regiões do País, destacando-se Goiás (23%), Minas Gerais (22%) e no Rio de Janeiro (10%).

A população do Distrito Federal, entre 1970 e 1974, cresceu mais de 50%, atingindo, hoje, aproximadamente, 800.000 habitantes.

Este quadro mostraria, por si só, o nível da contínua pressão que é exercida sobre o equipamento comunitário, em termos de Saúde, Habitação, Educação, Lazer e Recreação, Saneamento, Transporte, Energia Elétrica, Comunicações. Leve-se em conta o aspecto social que acarreta ser a população do Distrito Federal constituída, em 55%, de jovens de até 20 anos.

Brasília, durante os seus 15 anos, apresentou radicais modificações na sua estrutura ocupacional.

Na fase inicial da implantação física da Capital, predominou a Construção Civil como a principal fonte absorvedora de mão-de-obra. A partir dos primeiros anos após a inauguração, passam as atividades terciárias a representar a maior expressão no mercado de trabalho, a tal ponto que, atualmente, cerca de 73% da força de trabalho ocupada exercem suas atividades no setor terciário; 22% no secundário e os restantes 5% no primário.

A economia do Distrito Federal é fundamentalmente terciária, tendo na atuação do Governo o principal fator de dinamismo.

É oportuno assinalar que, sendo a população do Distrito Federal basicamente jovem, torna-se, necessário que o mercado de trabalho esteja apto a oferecer novas oportunidades de emprego, tendo em vista o afluxo de profissionais que, anualmente, são preparados pelas Unidades de Educação Técnica aqui sediadas.

Estima-se que, anualmente, 228.000 pessoas, estão empregadas nas atividades terciárias, 76.000 nas secundárias e 9.000 nas primárias.

O Distrito Federal apresenta a terceira renda **per capita** do Brasil (depois de São Paulo e Rio de Janeiro), de Cr\$ 5.228,00, a preços de 1973. Entretanto, a nível de localidade urbana, observam-se acentuados desníveis na distribuição dessa renda.

Assim é que a renda **per capita** anual do Plano Piloto (Cr\$ 11.900,00) é, por exemplo, 8 vezes a da Ceilândia; 4 vezes a de Sobradinho; 6 vezes a do Gama e 7 vezes a de Brazlândia.

A segunda maior renda é a do Guará (Cr\$ 4.000,00), seguida do Núcleo Bandeirante (Cr\$ 3.900) e Taguatinga (Cr\$ 3.500).

2 — ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O marco fundamental da organização administrativa do Distrito Federal foi a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, em setembro de 1956, para planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção da nova Capital, como também para realizar atividades imobiliárias de interesse do futuro Distrito Federal.

Constituída a NOVACAP, ela passou imediatamente à ação, sendo, ao mesmo tempo, construtora de uma cidade e administradora do território que, hoje, constitui o Distrito Federal. O período que mediou entre a entrada em ação daquela Companhia e a inaugura-

ção de Brasília caracterizou-se pelo afluxo de construção e pela indeterminação formal da estrutura e organização burocrática. Construir a Cidade no prazo prefixado era a palavra de ordem.

Nessa fase pioneira da construção de Brasília, a NOVACAP, a par das competências de construir a Cidade, foi, paulatinamente, em medida em que o exigiam as circunstâncias, assumindo as funções de Governo da área.

Com a inauguração de Brasília, urgia dar-se à nova Unidade da Federação arcabouço jurídico-administrativo capaz de atender às necessidades de uma Cidade que, apesar de inaugurada, encontrava-se em plena fase de construção e organização.

Para atender a esse imperativo, foi sancionada a Lei nº. 3.751/60, que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, fixando competências, definindo processos legais e estabelecendo responsabilidades do Poder Executivo.

Com a assinatura do Decreto nº 1, ainda em abril de 1960, pelo Prefeito do Distrito Federal, foi instituída sua primeira estrutura orgânica, criando a Secretaria-Geral de Administração e a Secretaria-Geral de Assistência. A primeira, com a incumbência da coordenação e execução das atividades de Pessoal, Material, Orçamento, Contabilidade, Estatística, Comunicações, Receita e Despesas Públicas e a segunda, com as de Educação, Cultura, Assistência Médico-hospitalar, Higiene Pública, Assistência Social e Educação Sanitária.

A lacuna principal dessa estrutura residia na ausência de Secretarias em número mínimo compatível com a diversidade das funções do Executivo do Distrito Federal.

Criavam-se, paralelamente, em junho de 1960, por força de Decretos baixados pelo Presidente da República, as Fundações Educacional, Hospitalar e Zoobotânica. Em 1961, surgiam, por escritura pública, as Fundações do Serviço Social e Cultural, sendo que, em 1962, outras entidades como a TCB, SAB, SHEB (atual SHS) eram instituídas pelo Poder Público do Distrito Federal.

Em março de 1961, pelo Decreto nº 43, foram criadas as Superintendências Gerais de Economia, de Educação e Cultura, de Segurança e Interior e de Agricultura e Abastecimento, e as Subprefeituras, mais tarde transformadas em Administrações Regionais, que deveriam funcionar como órgão de ampla descentralização administrativa.

A Lei nº. 4.545/64 deu novo impulso à Administração local. Com esta Lei, foram criadas nove Secretarias de Estado, o Gabinete do Prefeito, a Procuradoria-Geral, além dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, de Desenvolvimento Econômico e de Educação. O Distrito Federal foi dividido em oito Regiões Administrativas, a cada uma delas, correspondendo uma Administração Regional, das quais somente cinco foram implantadas.

Além das Empresas e Fundações já existentes, outras foram criadas. Os Departamentos de Força e Luz e de Telefones da NOVACAP transformaram-se, respectivamente, na Companhia de Eletricidade de Brasília e na Companhia Telefônica de Brasília. Criaram-se a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central e o Banco Regional de Brasília. Transformou-se o Departamento de Estradas de Rodagem em Autarquia. Era institucionalizado o regime de relativa autonomia administrativa e financeira para alguns órgãos da Administração Direta, enquadrando-se, de imediato, nessa forma de administração, o Serviço de Limpeza Urbana, o Departamento de Turismo e a Administração da Estação Rodoviária de Brasília e, mais tarde, aplicado ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e a Administração das Unidades Desportivas.

Entre 1967 e 1972, outras alterações vieram a ser introduzidas na organização administrativa do Distrito Federal, através da assinatura dos Decretos-lei nº. 315/67-SEP e 524/69-CAESB e das Leis nºs. 5.691/71-CEASA e 5.861/72-TERRACAP.

Com esses atos, somados à Emenda Constitucional nº 1/69, que transformou a Prefeitura do Distrito Federal em Governo do Distrito Federal, foi concluído o ciclo de grandes reformas de nossa Administração.

Como se vê, o processo de reforma administrativa, desflagrado pela Lei nº 4.545/64 e atos legais posteriores, procurou ajustar a estrutura organizacional do Distrito Federal às conveniências de um desenvolvimento harmônico e racionalmente implantado.

Essa estruturação está resistindo há dez anos, apenas com as modificações já indicadas. Os postulados básicos, institucionalizados pela reforma introduzida pela Lei nº 4.545/64, são:

— Descentralização administrativa, como sua principal característica, que seria efetivada com a institucionalização das Empresas, Autarquias, Fundações, Administrações Regionais e Órgãos Relativamente Autônomos.

— Instituição do planejamento global, com a criação da Secretaria do Governo, que funcionaria como órgão central de um sistema de planejamento, orçamento, acompanhamento da execução de planos e orçamentos.

— Estabelecimento da regionalização como princípio de descentralização da execução das atividades governamentais.

— Fixação de métodos de coordenação mais eficiente, para diminuir o número de órgãos ligados diretamente ao Prefeito, através de vinculação das entidades de Administração Indireta às Secretarias de Estado correspondentes.

— Organização, sob a forma de sistemas, das atividades auxiliares de Administração Geral.

Em resumo, a organização básica da Administração do Distrito Federal compõe-se de:

- a) Secretarias de Estado;
- b) Procuradoria-Geral e Gabinete do Governador;
- c) dez Empresas;
- d) cinco Fundações;
- e) uma Autarquia;
- f) dez Órgãos Relativamente Autônomos; e
- g) cinco Administrações Regionais.

Decorridos quinze anos de sua inauguração, Brasília vem-se defrontando com problemas administrativos que dificultam a atuação do Governo. A inexistência de instrumentos formais, estabelecendo filosofias a ser adotadas, levou a Administração a se ressentir da falta de diretrizes, no sentido de levar Brasília a desempenhar, além do papel de Capital da República, outro não menos relevante, qual seja, o de Pólo de Desenvolvimento, associado aos fatores de integração e ocupação do espaço territorial da região.

CAPÍTULO II

I — ANÁLISE SETORIAL

Os setores Saúde, Educação, Transporte e Habitação, no Distrito Federal, são áreas de sentidas carências, que merecem ações de caráter prioritário.

No campo da Saúde, os problemas defluem principalmente da incapacidade da rede hospitalar de atender aos crescentes aumentos da demanda aos serviços assistenciais, decorrentes não só do rápido incremento demográfico local, como também devido à pressão que as populações periféricas ao Distrito Federal exercem sobre a rede hospitalar.

Dimensionada para atender apenas ao Distrito Federal, o nosso sistema hospitalar depara-se com a contingência de cobrir não só a vasta região de influência direta de Brasília (com 54 Municípios e 200.000 km²), como também de outros mais longínquos pontos do Norte e Nordeste, porque é aqui que se dispõe das condições assistenciais mais complexas do **hinterland** brasileiro, e de serviços de alta especialização, como os de reabilitação, que atendem não só ao Centro-Oeste, como ao Norte e Nordeste.

A capacidade instalada da rede hospitalar é, atualmente, de 2.782 leitos, contribuindo o setor privado com pouco mais de 20%. Estão localizados no Plano-Piloto 63%, onde se observam 8,3 leitos por 1.000 habitantes. Essa taxa no Distrito Federal é de 3,7 leitos/1.000 (a de São Paulo é 6,4 e a do Rio de Janeiro 5,5). Com a

entrada em funcionamento do 3º HDB, esse índice elevar-se-á a 4,1 (para o Distrito Federal).

Exceto o Núcleo Bandeirante e Guará, que, por sua proximidade, são atendidos pelo Plano-Piloto, todas as mais localidades urbanas do Distrito Federal dispõem de unidades hospitalares, o que vem possibilitando mais fácil acessibilidade da população à rede.

Dado bastante significativo é o que se relaciona, por exemplo, com os nascimentos registrados no Distrito Federal, dos quais 95% são ocorridos em hospitais.

Dentre as principais **causas mortis** observadas, as vinculadas as doenças transmissíveis, mormente as evitáveis por ações no campo do saneamento básico, ocupam o primeiro lugar. A propósito, cabe assinalar que é bastante significativa a queda da participação dessa causa nos últimos anos: de 17,7% do total de óbitos, em 1973, para 12,6%, em 1974.

O grupo biologicamente mais vulnerável às doenças é o da faixa de menores de 5 anos, que constitui 17,7% da população do Distrito Federal. Em Ceilândia, por exemplo, 65,5% das mortes ocorreram nessa faixa de idade. Em Brasília, esse percentual não ultrapassou a 28%.

A concentração dos óbitos nas faixas de idade mais baixas se explica não só no fato de ser a população do Distrito Federal fundamentalmente jovem e apresentar altas taxas de natalidade, mas também em decorrência da magnitude dos problemas de Saúde, atingindo as camadas de menor idade, reconhecidas como de baixa resistência aos agravos da saúde. Em 1974, 44% dos óbitos se deram em crianças com menos de cinco anos.

A manutenção das atividades da Secretaria de Saúde vem absorvendo, em média, nos últimos três anos, 17% dos recursos orçamentários. Levando-se em conta as substanciais receitas próprias da Fundação Hospitalar, pode-se dizer que as atividades assistenciais de Saúde empregam volume que equivaleriam ao maior dos orçamentos das diversas Secretarias do Governo do Distrito Federal.

O esforço que empreende o Governo no campo da Educação é incomum.

A estrutura da população local requer formidável rede de ensino em todos os níveis, pois, 36% da população do Distrito Federal são jovens de 5 a 19 anos, natural clientela da rede de ensino do 1º e 2º graus. Isto leva a crer que cerca de 250.000 pessoas dessa faixa de idade pressionam o Sistema Educacional por matrículas escolares de primeiro e segundo graus.

Em 1974, o total de matrículas oferecidas pela rede oficial, nos cursos regulares e supletivos, foi de 193.000. Em 1975, porém, esse número se elevou a 225.000, registrando-se aumento de 21%, ano em que a Fundação Educacional teve 86% de participação no total de matrículas, em relação à rede particular.

A estrutura do ensino oficial não acompanhou o crescimento da demanda de matrículas, cujas pressões vinham-se acumulando ao longo dos últimos anos. Não obstante, tem a rede pública crescido à taxa média anual de 12% entre 1970/1975, o que acarreta um **déficit** de salas de aula e professores. Ao iniciar-se o período letivo de 1974, 18.000 alunos da 1º a 4º séries de 1º grau, devidamente matriculados, estavam sem professores, o mesmo ocorrendo com numerosas disciplinas do 2º grau, e, em 1975, o **déficit** de salas de aula foi avaliado em 450.

A centralização administrativa foi identificada como fator impeditivo à dinamização das ações executivas, tornando extremamente moroso o cumprimento das determinações hierárquicas.

Com referência aos problemas habitacionais, o número de unidades residenciais construídas entre 1966 e 1974 foi de 60.000, suficientes para atender a apenas 40% das necessidades.

Até 1980, mas 48.000 novas famílias deverão pressionar em procura de moradias. Considerando o atual **déficit**, estima-se em 140.000 o total de unidades residenciais que o Sistema deveria oferecer para eliminar as carências habitacionais no Distrito Federal. Seria, pois, necessário que fossem oferecidas, anualmente, 23.000 casas, em média.

A propósito, considere-se que, entre 1966 a 1974, foram construídas, em média, 6.500 unidades anualmente, sendo que mais de 90% desse esforço foi realizado através de entidades governamentais, contribuindo a esfera privada apenas com 10%.

A ação direta do Governo do Distrito Federal, neste campo, se faz através da SHIS — Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda — empresa pública vinculada à Secretaria de Serviços Sociais.

A participação da SHIS na oferta habitacional, durante os seus 13 anos, foi de 20.287 residências, sendo que, em 1974, a produção se elevou a 3.315 e, em 1975, (previsão até o final do ano) deveremos ter mais 4.709 unidades.

O transporte urbano está merecendo toda a atenção do Governo do Distrito Federal.

Três empresas particulares e uma estatal têm concessão para a exploração dos serviços de transporte urbano rodoviário de passageiros.

A frota total de ônibus, em setembro de 1975, era de 942 unidades, contra 220, em 1969, observando-se, dessa forma, que, em 6 (seis) anos, o número de veículos disponíveis ao transporte de passageiros mais do que quadruplicou.

A quantidade de passageiros transportados no período de 1962 a 1974 passou de 20 milhões para 117 milhões, crescendo, assim, 480%, a uma taxa anual média acumulativa de 16%. Para 1975, pode-se estimular a demanda anual, com base nos dados observados até setembro, em cerca de 120 milhões de passageiros.

O total de viagens realizadas em 1974, pela frota das empresas, foi de, aproximadamente, 1.800.000, para 877 ônibus, o que, admitindo-se a capacidade técnica da frota de 70 lugares/ônibus, conclui-se que, nesse ano, a oferta de 126.000.000 foi superior à demanda de 117.000.000 de passageiros.

Entretanto, vale observar que, embora em termos globais não se constate a superutilização do equipamento, já que, em 1974, verificou-se a média de 65,6 passageiros por viagem, abaixo dos 70 correspondentes à saturação por ônibus, é necessário que se considere que, em determinadas linhas, que realizam o transporte de passageiros entre o Plano-Piloto e as Cidades-Satélites, este mesmo coeficiente é bastante mais elevado, chegando, em determinadas linhas, a cerca de 100 passageiros por viagem. Outra consideração seria a de que tais coeficientes representam uma média de todo o período. Ao se levar em conta os resultados de uma pesquisa apenas nos horários de **rush**, certamente seriam apurados coeficiente "passageiros/viagem" extremamente mais elevados, caracterizando, dessa forma, a superutilização do equipamento e a falta de comodidade do usuário.

Deve-se assinalar, ainda, que cerca de 50% do volume de passageiros transportados diariamente correspondem à ligação Plano-Piloto—Cidades-Satélites. Considerando que tais percursos podem ser equivalentes a rotas interestaduais, pois há linhas de até 126 km (Brazlândia—Plano-Piloto), e que justamente nestes percursos é onde se verificam as mais altas taxas de utilização por ônibus, urge que se defina uma nova modalidade de transporte que proporcione maior satisfação aos usuários que residem nas localidades periféricas ao Plano-Piloto.

Outro dado que corrobora as hipóteses acima levantadas refere-se ao "hábito de viajar da população" em coletivos urbanos. Estes coeficientes, que relacionam o montante de pessoas transportadas no Distrito Federal, com sua população, demonstram que cada pessoa realizou, em média, quase 140 viagens em 1974, contra 82 em 1962. Isto mostra que o número de viagens/ano por habitante cresceu em aproximadamente 70%, no período considerado, e a demanda por coletivos aumenta mais rapidamente que a população.

Pode-se concluir, pois, que não há densidade de tráfego de passageiros/hora, no momento, que propicie a implantação de um tipo de transporte rápido e moderno tipo "Aerotrem" e "Monotrilho", etc., que requerem, em média, 30.000 passageiros/hora, pois o fluxo atual está em torno de 19.500 passageiros/hora. Deve-se considerar,

todavia, que a demanda estimada, com base no crescimento populacional, para 1980, é de cerca de 215 milhões passageiros/ano, proporcionando fluxo de, aproximadamente, 36 mil passageiros/hora. Convém assim que se estude, desde logo, a viabilidade da implantação de um tipo de transporte de massa que atenda às necessidades da demanda futura por transportes coletivos no Distrito Federal, o que vem fazendo o nosso Governo.

Por outro lado, o inusitado aumento de veículos no Distrito Federal que, de 36.015, em 1970, passou para cerca de 120.000, em 1975, o que dá, em média, 30% de crescimento anual, e a inadequação das condições técnicas do sistema viário do Plano-Piloto e das principais pistas de ligação com as Cidades-Satélites tem concorrido para elevar a taxa de mortalidade e morbidade por acidentes de trânsito, que, em 8 anos, quadruplicou sua gravidade.

2 — AÇÃO IMEDIATA DO GOVERNO

Senhores Senadores, ao ser designado por Sua Excelência, o Presidente Ernesto Geisel, para Governador do Distrito Federal, era óbvio que não dispúnhamos de condições de ter, de pronto, um Plano de Governo.

Ele teria de ser elaborado durante a nossa gestão frente à Administração da Capital da República.

O hábito de planejamento e a estrutura administrativa para a ação planejada não estavam implantados. Daí a nossa maior dificuldade em obter um documento chamado Plano de Governo, que não fosse apenas mais um documento.

Ao pensarmos em planejamento, pensamos, sobretudo, em atitude de planejamento, em impor à máquina administrativa procedimentos diuturnos de programação, execução e avaliação.

Outro ponto de nossa preocupação foi retirar a elaboração do "Plano de Governo" dos Gabinetes, tornando-o menos técnico, mais próximo das reais necessidades de nossa comunidade.

Considerando todos esses problemas a que nos referimos, optamos pela seguinte estratégia:

1. Completar os estudos que já tinham sido feitos sobre o Distrito Federal e sua área geoeconômica. O processo de organização espacial que atualmente se verifica no espaço sócio-econômico da região de influência de Brasília é o resultado natural da própria mudança da Capital.

A busca de soluções para muitos problemas que afigem o Distrito Federal poderá ter melhor rendimento se efetivadas em coordenação com os Governos dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

2. Promovemos uma série de Seminários, designados "Seminários de Integração Governamental", que objetivaram:

a) levantar, do ponto de vista dos funcionários executivos mais próximos da comunidade, os problemas desta;

b) promover a integração entre os diversos órgãos (quer da Administração Direta, quer de Entidades de Administração Indireta, quer de Órgãos e Entidades Federais), sediados no âmbito de cada Cidade-Satélite;

c) conscientizar os diversos Órgãos anteriormente referidos de que a conjugação de seus esforços poderia resolver, ou pelo menos, atenuar, com um mínimo de recursos, muitos problemas da comunidade para as quais eles prestam serviços;

d) levantar subsídios ao Plano de Governo; e

e) finalmente, obter, pelo exemplo, a colaboração da comunidade (dentro das recomendações da ONU) no processo de desenvolvimento. Vísando, com isso, a que a comunidade deixe de desempenhar apenas o papel de sujeito, e beneficiária e passe a ser um agente ativo no seu processo de desenvolvimento.

Os Seminários foram realizados em todas as Cidades-Satélites, no nível técnico e de Secretários de Estado.

3. Definir programas especiais que ofereçam soluções imediatas aos problemas encontrados e, ao mesmo tempo, dentro das Diretrizes aprovadas, convirjam para o Plano de Governo em fase de elaboração, e ao qual nos referiremos dentro de alguns instantes.

4. Tomar algumas medidas que possam tornar o planejamento um processo:

a) estudo para institucionalização do sistema de planejamento;
b) realização de cursos de planejamento, calcados na realidade do Distrito Federal e nos quais deverão ser treinados aproximadamente cem funcionários;

c) montagem de um cadastro técnico, instrumento imprescindível ao acompanhamento e revisão dos Planos, Plano-Diretor de Brasília e das Cidades-Satélites;

d) estudo para organização do sistema de informática governamental que subsidiará o Governo nas tomadas de decisões e no acompanhamento de sua ação;

e) montagem do Sistema de Estatística; e

f) reformulação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

5. Procurar, através de estudos e de entendimentos com órgãos federais, tais como: Secretaria de Planejamento, Conselho Nacional de Política Urbana e Ministério do Interior, definir as "Funções de Brasília" que, sendo uma decisão estratégica, implicará em formas diferentes de enfocar a realidade.

3 — PROGRAMAS ESPECIAIS

A par da necessidade, de pronto diagnosticada, de se realizar um planejamento integrado para todo o Distrito Federal, programas especiais de ação foram desenvolvidos, com o objetivo de solucionar alguns problemas cruciais, para os quais não se permitiam maiores delongas.

Como já vimos, uma revisão na estrutura administrativa capaz de propiciar uma melhor adequação dos mecanismos institucionais, operacionais e organizacionais, se fazia necessária, como também a implantação de uma nova política de aprimoramento e valorização dos recursos humanos.

Assim, empenhamo-nos, com uma equipe de técnicos altamente especializada, no equacionamento da implantação do Plano de Classificação de Cargos, que se encontra em fase final, sendo que, até 31 de dezembro próximo, 7.100 funcionários, dos 7.916 previstos como clientela originária, estarão incluídos no Novo Plano, o que corresponde a 89% dessa clientela.

Imediatamente, proceder-se-á ao provimento dos 3.275 claros de lotação, com o aproveitamento das clientelas secundárias, geral e, posteriormente, a realização de concursos públicos, como forma de completar a lotação.

Os cursos de treinamento já se aproximam da expressiva marca de 10 mil horas-aula.

Criou-se, ainda, o Sistema de Administração de Próprios, abrangendo áreas de edificações, mobiliário e instalações, destinado ao uso e à localização dos órgãos e residências funcionais.

Ainda na área da Secretaria de Administração, levando-se em consideração o espaço é o pessoal utilizado no trato de cerca de 500.000 processos arquivados e a autuação diária de mais ou menos 200 novos processos, julgamos indispensável a implantação de um sistema de microfilmagem, com vistas à manutenção desse acervo documental e ao estabelecimento de um maior controle, segurança e agilização do sistema de prestação de informações, associado aos objetivos de modernização administrativa. Esse projeto encontra-se em fase de licitação e com implantação para o próximo exercício.

Grande esforço também vem sendo desenvolvido no setor de transportes oficiais, onde foi estabelecida uma rígida política de transportes internos, resultando, daí, no recolhimento de 28% da frota de veículos existentes no final do exercício de 1974. Ainda no dia 4 próximo passado, determinamos nova redução da frota de veículos e das respectivas cotas de gasolina, o que nos dá uma economia da ordem de 40% do consumo de gasolina, em pouco mais de um ano e meio de governo.

Na área da Educação, foram adotadas medidas emergenciais, ampliando o número de horas extraordinárias dos professores e

iniciando a realização sucessiva de concursos para o 1º e 2º Graus. Já no segundo semestre, a situação estava quase normalizada. Em 1975, a fim de não serem recusados pedidos de matrícula dirigidos à rede, criaram-se 355 turmas, funcionando em turnos adicionais: 3º turno (diurno) e 4º turno (noturno). Paralelamente, iniciou-se a construção de 157 salas de aula, que ficarão concluídas no final do ano.

Equacionando os problemas decorrentes do atendimento à demanda de matrículas, foi possível sentir o emperramento de toda a máquina que, exageradamente centralizada, demorava muito na execução das instruções superiores.

Para remediar esta situação, era necessário regionalizar o Ensino, delegando poderes para acelerar o processo de descentralização administrativa.

Foi o que se fez no segundo semestre, iniciando-se a experiência-piloto do Complexo Educacional de Brazlândia, a mais afastada de nossas Cidades-Satélites e aquela onde o ensino estava em situação mais precária.

A criação do Complexo de Brazlândia teve extraordinária recepção por parte da comunidade e permitiu o entrosamento da Administração Regional da Cidade com a Secretaria de Educação e Cultura.

Tendo a experiência alcançado, de fato, êxito completo, com algumas pequenas modificações, foi ela estendida a todo o Distrito Federal, hoje com 21 Complexos Educacionais.

A autonomia concedida a esses Complexos Educacionais, com 5.000 a 12.000 alunos cada, fez com que fosse possível aproximar a adoção de medidas administrativas de rotina no lugar de sua execução, permitindo grande aceleração de todo o processo administrativo de ensino.

Quanto à parte cultural, verificamos, de imediato, haver, no Distrito Federal, certa ansiedade por parte da população, no que tange às iniciativas culturais e, partindo daí, procurou-se oferecer ao público o que se considera de melhor na área cultural, onde podemos destacar: 90 promoções sobre Artes Plásticas, com 108.537 visitantes; 10 promoções de balé, 49 de Cinema eminentemente cultural, 28 de Literatura, com 56 sessões, 105 promoções de Música e 36 de Teatro, o que nos dá o total de 318 promoções, com 705 sessões e uma frequência de, aproximadamente, 402.000 pessoas. Atingiu-se, assim, o elevado índice de mais de uma promoção de caráter cultural por dia, no espaço de um ano.

Na área médico-hospitalar, tornou-se imperativo o disciplinamento da oferta dos serviços de Saúde, integrados dentro de um sistema que harmonizasse a ação da rede hospitalar.

Para isto, passou-se a utilizar o 1º HDB como hospital de base e os hospitais L-2 Sul, Distrital do Gama e Distrital de Taguatinga, como hospitais regionais.

Proximamente, teremos mais dois hospitais regionais: o de Brazlândia e o de Planaltina.

Também integram o sistema quatro Postos de Saúde (Ceilândia, Guará, Núcleo Bandeirante e W-3 Sul), que atuam na melhoria de serviços preventivos sociais.

No campo da Medicina Preventiva, foram aplicadas, em 1974, 1.252.056 vacinas, sendo 49% antimeningocócicas do tipo A.

Quanto à infra-estrutura sanitária, ou seja, obras dos sistemas coletores e de tratamento de esgotos sanitários, dos sistemas de abastecimento de água potável e do controle da poluição das águas, foram realizados os seguintes projetos especiais:

1. Assentamento de água potável	119.836 metros
2. Assentamento de coletores de esgotos sanitários	23.956 metros
3. Ligação de água potável	7.989 "economias"
4. Ligação de esgotos sanitários	3.534 metros

Dessa forma, procuramos adotar medidas que visem a atenuar o aspecto negativo e indesejável das variações físicas e químicas e biológicas que redundam na eutrofização das águas, ou seja, o envelhecimento das mesmas, devido à falta de controle da poluição.

O Lago Paranoá, atualmente, apresenta-se eutrofizado, fruto do desenvolvimento urbano em toda a sua bacia hidrográfica.

Para solucionar esse problema:

a) criou-se um Grupo de Estudos de Poluição;
 b) foram contratados empresas e técnicos especializados para analisar, em nível preliminar, todos os fatores relevantes no processo de eutrofização, remoção de nutrientes e tratamento de esgotos secundários;

c) contatos com Órgãos competentes para recuperação das cascalheiras, visando diminuir os efeitos da erosão do Lago;

d) convênio com a Universidade de Brasília para estudos hidrográficos.

Com base nos estudos efetuados até o momento, adotou-se uma estratégia para a solução imediata do problema, dentro do seguinte escopo básico:

- Projeto de Obras Prioritárias
- Projeto de Exportação de Esgotos Secundários
- Projeto de Pesquisa.

Como parte das obras prioritárias, estão sendo desenvolvidos estudos do sistema de coleta e disposição dos esgotos sanitários do SHI/Sul, prevendo-se também o início, para breve, dos trabalhos no SHI/Norte, Núcleo Bandeirante e Guará I e II.

Com relação ao Projeto de Exportação de Esgotos, está sendo feito o esboço de trabalho para contratação de uma firma especializada para elaboração do projeto.

Quanto ao Projeto de Pesquisa, está sendo celebrado um convênio, de maneira que se obtenham todas as informações relevantes ao processo de eutrofização, a fim de que se possa dar continuidade ao Programa de Controle da Poluição, não só na Bacia do Paranoá como no Rio Descoberto, e se desenvolver e implantar, em Brasília, uma mentalidade e uma política eficaz de proteção e melhoria no meio ambiente.

O Estado reconhece a habitação como fator de desenvolvimento, por isso chamou a si a tarefa de reduzir o **deficit** de moradia, através de ampla ação delineada por uma política voltada para o seu equacionamento.

Assim, construímos 3.315 novas unidades e estamos concluindo, este ano, 4.709, o que corresponde, aproximadamente, a um aumento de mais de 50% com relação às unidades construídas durante toda a existência da SHIS.

Como parte desse programa especial, e com o propósito de atender aos anseios do funcionalismo do Distrito Federal, estamos concluindo 11 blocos residenciais, com 432 apartamentos, destinados a esses servidores.

As famílias de baixa renda, que não podem ser assistidas pelo Sistema Financeiro de Habitação, estão sendo atendidas por um programa a cargo da Fundação do Serviço Social, que consiste no fornecimento do material de construção da moradia em lote de propriedade dessas famílias, totalizando 1.851 famílias inscritas, beneficiando 9.255 pessoas.

A saturação das principais pistas de rolamento do sistema viário do Distrito Federal, com inúmeros pontos negros, identificados como causadores de acidentes automobilísticos, levaram o atual Governo a programar uma série de obras de infra-estrutura viária e de sinalização horizontal e vertical automática.

Dessas obras, podemos destacar:

I) TREVO DE TRIAGEM SUL

Situado em um dos pontos mais importantes para o sistema viário da Cidade, passagem obrigatória de todos os veículos que se dirigem à saída sul (ligação com as Rodovias BR-040, BR-050 e BR-060 e com as Cidades Satélites de Taguatinga, Gama e Guará), o Trevo de Triagem Sul busca resolver os conflitos gerados pelo crescimento demográfico e consequente aumento dos veículos em circulação, o qual torna insatisfatória a solução dada quando da implantação do sistema viário básico da Cidade. A construção do Trevo permitirá a distribuição direta de todas as correntes de tráfego

no local, sem que a prioridade das de maior volume prejudique as de menor movimento.

O conjunto compõe-se de 7 viadutos e 10 pistas de acesso aos mesmos. Os viadutos, em concreto protendido, têm as seguintes dimensões e capacidades: um central, com 35,60m de comprimento por 30,90m de largura para sete pistas de rolamento; dois paralelos a ele, com 37m de comprimento por 14m de largura para três pistas de rolamento; e quatro nas vias de acesso, sendo dois com 78m de comprimento por 11m de largura e dois de 65m de comprimento por 11m de largura, para duas pistas de rolamento. Os acessos, pavimentados em asfalto, têm as larguras variando de acordo com o fluxo das vias alimentadoras que a interligam, sem cruzamento, as pistas do Eixo Rodoviário Sul com as pistas de tráfego local Leste e a via de ligação L-2 e L-4 com o Setor Policial. A área será toda reurbanizada e implantados sistemas de iluminação e sinalização gráfica indicativa, necessários à perfeita orientação do usuário.

O Trevo de Triagem Sul, que se acha em fase de execução, com os trabalhos iniciados em fevereiro deste ano, teve seus estudos preliminares elaborados pelo GEIPOT.

2) LIGAÇÃO W/3 NORTE — W/3 SUL

A ligação das Avenidas W-3/Norte e W-3/Sul, feita através das vias N-1 e S-1 transformou a área em uma das de maior volume de conflitos dentro do Plano Piloto.

Com a localização dos órgãos públicos ao longo do Eixo Monumental, as suas componentes N-1 e S-1 tornaram-se vias de grande movimento em ambos os sentidos, e as conexões com as Avenidas W-3/Norte e Sul, áreas de difícil fluência. A solução ora em execução apoiou-se basicamente na ligação direta W-3/Norte — W-3/Sul: a construção de trevos e acessos permite o deslocamento em todos os sentidos, na área, sem interferências nos fluxos diretos.

O conjunto da obra compõe-se de quatro viadutos e oito pistas de acesso aos mesmos. Os viadutos, construídos em concreto protendido, têm as seguintes dimensões e capacidades: dois ao longo das vias N-1/S-1; com 42,0m de comprimento por 23,0m de largura, para seis faixas de rolamento, e dois sobre o eixo da W-3, fazendo as ligações dos trevos de acesso, com 87,5m de comprimento por 13,0m de largura para três faixas de rolamento. As pistas pavimentadas de acesso têm suas dimensões variando de acordo com o fluxo das vias alimentadoras e permitem todos os deslocamentos possíveis na área. Serão construídos muros de contenção no acesso às passagens inferiores, ao longo do eixo da W-3. A área toda será reurbanizada e implantados sistemas de iluminação e sinalização gráfica indicativa de sentido do tráfego.

Esta obra também teve os seus estudos preliminares feitos pelo GEIPOT.

3) TREVO SETOR GRÁFICO—SETOR POLICIAL

Situado na via que liga os dois mais importantes núcleos populacionais do Distrito Federal, Plano-Piloto e Taguatinga, e sendo ainda a alternativa mais favorável para a ligação do Setor de Indústria e Abastecimento e o Setor de Residências Econômicas (Cruzeiro) com o Centro da Cidade, os estudos das correntes de tráfego mostraram que nos trechos das vias que antecedem este ponto a fluidez é normal; situa-se, portanto, o problema, na deficiência da interseção, que provoca conflito entre as diversas correntes, e estrangulamento no trânsito.

Caracterizada a necessidade de reformulação no local foi ela dimensionada tendo em vista o atendimento técnico à demanda do tráfego, e de acordo com os potenciais dos ramos de aproximação.

A obra compõe-se de dois viadutos, ambos com 40m de comprimento por 10m de largura e está em fase de conclusão.

4) TREVO EPIA-EPTG

Localizado no cruzamento da Estrada Parque Indústria e Abastecimento com a Estrada Parque Taguatinga, a EPIA canaliza

grande parte do tráfego pesado da Cidade, pela ligação que faz do Setor de Indústria e Abastecimento e Estação Ferroviária com as saídas norte e sul da Cidade. A EPTG liga o Plano-Piloto a Taguatinga, a mais importante das Cidades-Satélites.

Sendo um cruzamento onde não há prioridade de movimento, uma vez que o fluxo de tráfego é equivalente em todos os sentidos, houve necessidade de completar a obra existente no local, com a construção de mais um viaduto, e suas vias de acesso, permitindo uma fluência constante em todos os sentidos do cruzamento.

5) LIGAÇÃO SETOR COMERCIAL SUL—SETOR BANCÁRIO

A ligação das duas áreas de grande ocupação, que são os setores Comercial e Bancário Sul, feita através das laterais leste e oeste do Eixo Rodoviário, além de contribuir para o congestionamento da área tornava-se desconfortável pelo número de retornos necessários, sem o devido distanciamento, forçando o usuário a cruzar diversas faixas de tráfego.

Um estudo do fluxo de veículos, feito no local, indicou como conveniente a ligação direta entre os dois setores, sem interferir nas outras correntes de tráfego igualmente importantes.

Foi, então, projetado um conjunto de três viadutos, todos com 24,40m de largura, tendo o central 27,50m de comprimento e os laterais 24,80m.

6) LIGAÇÃO EIXO RODOVIÁRIO NORTE COM EIXOS LATERAIS

Essa obra, constante de três viadutos e já concluída, teve por finalidade estabelecer a conexão do ERN com as Superquadras, facilitando o tráfego pelos eixos laterais. Cada viaduto mede 9m de comprimento por 24m de largura.

7) DUPLICACÃO DA AVENIDA DAS NAÇÕES-

Com o andamento das obras de construção da Ponte Costa e Silva, cuja conclusão deverá ocorrer até o fim do corrente ano, começamos a preocupar-nos com o problema de acesso, não somente a essa ponte, como à já existente. Assim, determinamos a elaboração de projeto de duplicação total da via L-4 (Avenida das Nações), com prioridade para o desenvolvimento do trecho compreendido entre as duas pontes, bem como a ligação direta destas com a via L-2/Sul.

A nova pista terá 10,50m de largura com acostamento e canteiro central que a separa da existente com larguras variáveis, onde serão implantados jardins com arbustos e árvores, que terão duplo objetivo de elemento decorativo e elemento impeditivo do ofuscameto dos motoristas.

O projeto prevê a construção de quatro (4) viadutos, sendo dois no trevo de ligação da L-4 com as pontes, um (1) na via de ligação das duas pontes com o Setor de Embaixadas Sul e um (1) na ligação com a L-2 Sul.

8) TREVO DE LIGAÇÃO A TAGUATINGA

Face ao nível de saturação de tráfego atingido no ponto de interseção da EPTG—EPCT, motivado pelo crescimento populacional da Ceilândia e Setor Norte de Taguatinga, tornou-se necessária a construção de dois viadutos para substituir o balão existente.

Cada viaduto terá 60m de comprimento por 12m de largura, em concreto protendido, com prazo da obra estimado em 150 dias do seu começo, que ocorreu a 1º de julho deste ano.

9) PONTE COSTA E SILVA

O Setor Residencial da Península Sul ligava-se à área central da Cidade através da Estrada Parque Dom Bosco e Estrada Aeroporto.

Com o considerável aumento da população e crescimento horizontal do setor, bem assim visando a uma economia em tempo e percurso, foi projetada a ligação, através de uma ponte, da Avenida das Nações (L-4) à altura da Q-3 com a Península Sul, à altura da

QL/3. Com esta ligação, a economia no percurso é de cerca de 20 km, além de evitarem-se vias de tráfego muito intenso.

O projeto da ponte teve origem em um estudo preliminar do Arquiteto Oscar Niemeyer, que harmonizou as linhas da obra ao aspecto arquitetônico da Cidade. A estrutura, em concreto protendido, possui 440,0m de extensão, sendo 220,0m de vão central e 2 vãos laterais de 110,0m cada um. No vão central, há um trecho metálico de 58,0m em viga GERBER. O tabuleiro da ponte tem uma largura total de 13,5m, sendo 10,50m de pista de rolamento e 3,0m de guarda corpo. A iluminação da ponte, seguindo as linhas originais da obra, foge aos moldes tradicionais, estando ainda em fase de detalhamento pela Companhia de Eletricidade de Brasília.

Após um grande período de paralisação, determinamos, em julho do ano passado, o seu reinício.

Na área de Agricultura e Produção, destaque especial vem sendo dado, em perfeita consonância com o Executivo Federal, que em boa hora lançou o POLOCENTRO — Programa de Desenvolvimento do Cerrado, com o propósito de dar execução a uma parte inédita do II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND.

Esse programa incide sobremaneira numa estimulante previsão de acontecimentos transformadores de três milhões de hectares do nosso território central, contrariando frontalmente a depressiva imagem dos "fazedores de deserto", que tantas vezes era lembrada em referência aos vícios de nossa lavoura, considerada "predatória".

Dentro desse quadro metodológico e ainda fiéis ao princípio doutrinário de melhoria, não só das circunstâncias ambientais, mas também criando condições para um aproveitamento mais racional da terra, tem o Governo do Distrito Federal investido consideráveis somas no campo da pesquisa agropecuária, pois nesta região, chamada de Cerrado, a pesquisa agropecuária é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma tecnologia própria, que assegure uma produção dentro dos altos padrões técnicos exigidos e comercialmente rentável.

O que temos aqui é um programa destinado a transfigurar a área dos cerrados, dotando-a de fatores certos de crescimento, de ordenada exploração tecnicamente sustentada, estabelecendo taxas de crescimento para a agropecuária, definindo estratégia setorial na expansão da fronteira econômico-produtiva.

Em resumo, o programa prevê a conjugação da pesquisa, experimentação e promoção agropecuária, florestamento, reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientado, aliados ao fortalecimento da infra-estrutura básica de apoio (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização). Os primeiros passos para a implantação desse programa já foram dados, com a assinatura de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Distrito Federal, com a interveniência da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — que ficará com a responsabilidade de administração, coordenação e execução da pesquisa agropecuária no âmbito do Distrito Federal.

A par desse importante convênio, como parte do Programa de Fomento ao Meio Rural, está a Secretaria de Agricultura e Produção financiando 134 pequenos projetos, sendo 78 na área do Distrito Federal e 56 na Região Geoeconômica, que envolvem um investimento da ordem de Cr\$ 12.629,907,00. Também a execução de um Projeto Leiteiro foi incrementado, objetivando elevar a produção desse importante alimento, cuja demanda atual é da ordem de 120 a 130 mil litros diários.

O setor de mecanização agrícola, em que pesem as deficiências que existem em seus equipamentos, obteve um resultado que pode ser considerado satisfatório, com o atendimento de 1.261 pequenos agricultores, para os serviços de desmatamento e destocamento de 3.782 ha e aração e gradeação de 3.534 ha. Esses índices, obtidos ao longo do exercício passado, deverão sofrer substanciais elevações no corrente exercício, em consequência da modernização da frota da Motomecanização Agrícola.

Outro setor que mereceu uma reavaliação de seus métodos e uma reciclagem em seus programas, com o propósito de melhor aju-

tar os seus objetivos, foi o setor de atuação da Secretaria de Serviços Sociais, cuja preocupação maior passou a ser a de atuar dentro do "Método do Desenvolvimento da Comunidade", preconizado pela Organização das Nações Unidas, em cujos termos considera-se indispensável a integração entre o Governo e a população local, no plano e na execução de esquemas que busquem solucionar a problemática comunitária.

Sob esse aspecto — o SOCIAL — grandes e ambiciosos programas estão sendo desenvolvidos, todos com o propósito de amenizar as agruras das camadas menos favorecidas da população, proporcionando condições satisfatórias de habitabilidade para as de baixa renda. Esses programas especiais se compõem de diversas etapas, plasmadas em pesquisas previamente elaboradas, que nos dão conta de que 80% dos nossos favelados têm renda familiar de até 3 salários mínimos, pois não consideramos o aspecto habitacional apenas pela moradia. Há que se melhorar, também, as condições gerais do trabalho e remuneração, formação, saúde, infra-estrutura, recreação, transporte, comunicação, em suma, programas que pretendem atingir essas camadas da população de maneira global.

No setor de assistência ao menor, também importantes avanços foram obtidos, com assinatura de convênios com a FUNABEM, e um maior inter-relacionamento com o Juizado de Menores desta Capital, resultando, daí, importantes pesquisas que visam a diagnosticar as principais causas geradoras do menor infrator.

Sem descuidar do aproveitamento das áreas de Lazer, especiais cuidados foram dedicados à conclusão do conjunto aquático, que tivemos a honra e o prazer de mostrar *in loco* a alguns dos Excelentíssimos Senhores Senadores, que nos honraram com o comparecimento num programa de visita às obras que estão sendo executadas no Distrito Federal.

A utilização de todo o Centro Desportivo "Presidente Médici" é, hoje, uma realidade.

A construção de 13 quadras de esportes, cuidadosamente distribuídas pelas superquadras, e bem a gosto das populações jovens, são providências que servem para caracterizar a preocupação que temos tido, no sentido de proporcionar maiores condições de incremento às atividades lúdicas.

Sob este prisma, há que se ressaltar, ainda, o início da construção do Parque Recreativo de Brasília.

Finalmente, sendo Brasília cidade eminentemente administrativa, não comportando indústrias de porte, e tendo em vista a necessidade de o Governo do Distrito Federal aumentar sua arrecadação para acompanhar e atender às necessidades decorrentes do crescimento acelerado da Cidade, voltamo-nos para a indústria do turismo, procurando suprir aquela deficiência.

Para tanto, estabelecemos programas especiais indispensáveis, visando atrair maior contingente turístico para nossa Capital.

Assim, torna-se a divulgação ponto fundamental, capaz de achar o sistema a que nos propomos desenvolver.

Iniciamos uma campanha de divulgação de Brasília, no exterior, por intermédio de nossas Embaixadas, com a remessa de material de propaganda destinado aos setores promocionais e culturais.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Turismo, em conexão com a EMBRATUR, vem dando melhor divulgação internacional a Brasília, resultando, daí, a visita que recebemos de membros da SATW — Associação Americana dos Escritores de Turismo.

Quanto ao Turismo interno, foi preparado um plano de ação conjunta com a rede hoteleira, agentes de viagem e companhias de aviação, no sentido de motivar o interesse não só de conhecer a nova Capital, como de aumentar o período de permanência na Cidade.

Foram recuperados os pontos turísticos — Catetinho, Ermida Dom Bosco, Praça do Cruzeiro, etc. e ainda, o Anexo 4 do Brasília Palace Hotel, utilizado pelo DETUR; para o desenvolvimento do turismo social, através da oferta de hospedagem, possibilitando a vinha de caravanas de estudantes.

CAPÍTULO III

I — PROGRAMA DE GOVERNO

Visando orientar a elaboração do PLANO DE GOVERNO e, ao mesmo tempo, a PROGRAMAÇÃO DA AÇÃO dos diversos órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal, baseado nos estudos elaborados pela UnB e CODEPLAN, em Convênios com a Secretaria do Governo, e nos problemas levantados durante os SEMINÁRIOS DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL, a que a pouco nos referimos, e no I SEMINÁRIO DE ESTUDOS DO DISTRITO FEDERAL, sob o patrocínio da Comissão do Distrito Federal, nosso Governo aprovou "DIRETRIZES DE AÇÃO", dentre as quais podemos destacar:

PLANEJAMENTO

— Enfatizar o planejamento como instrumento de trabalho e de integração da ação do Governo, procurando-se instituir núcleos de planejamento em todas as Secretarias de Estado e subnúcleos nas Administrações Regionais.

HABITAÇÃO

— Definir novas áreas habitacionais acompanhando o crescimento populacional e a necessidade de atendimento acelerado da demanda habitacional.

— Empreender esforços no sentido da execução de um programa integrado, para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, com vistas à extinção das habitações precárias.

SISTEMA VIÁRIO

— Dinamizar a articulação de áreas e regiões do Distrito Federal, através de melhorias do sistema viário, promovendo inclusive eficiente relacionamento das várias correntes de tráfego.

— Promover a implantação do Plano Rodoviário do Distrito Federal, alocando os recursos necessários à execução de prioridades, como, por exemplo:

— Duplicação da Estrada Parque Indústria e Abastecimento, entre o Balão do Torto e o Setor Militar Urbano, com 5,5 km;

— Duplicação da BR-020, no trecho compreendido entre as Administrações Regionais de Sobradinho e Planaltina, com 15,6 km;

— Recuperação das Estradas Parques — Indústria e Abastecimento, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e duplicação da Estrada Parque Contorno;

— Conservação e implantação de rodovias às fontes de produção e abastecimento, escolas e núcleos rurais;

— Complementação da malha viária do Plano-Piloto e setores.

TRÂNSITO

— Empregar esforços no sentido de dotar o Distrito Federal de dispositivos que venham a disciplinar o comportamento da população e conscientizá-la de sua responsabilidade, como motorista ou pedestre, objetivando a redução dos índices de acidentes e a melhoria de escoamento do tráfego.

— Transformação do Departamento de Trânsito do Distrito Federal em Autarquia, objetivando proporcionar maior flexibilidade de ação. Neste sentido, o atual Governo já despendeu cerca de Cr\$ 500.000,00, na realização dos estudos necessários à racionalização e simplificação dos métodos de trabalho do DETRAN, inclusive no que diz respeito à implantação do sistema de processamento de dados.

TRANSPORTE COLETIVO

— Mobilizar recursos técnicos e financeiros de várias origens com o objetivo de elaborar e executar um "PLANO DE TRANSPORTE COLETIVO" que se coordene com a estrutura e a funcionalidade da rede urbana do Distrito Federal, ajustável ao dinâmico crescimento demográfico e à consequente expansão das atividades sócio-econômicas previsíveis.

— Realizar melhorias no setor de transportes coletivos do Distrito Federal, de conformidade com a estratégia de desenvolvimento social definida pelo "II PND", seja através de eficiente ação fiscalizadora, seja através da criação de terminais rodoviários e paradas de coletivos adequadas, dando especial ênfase aos aspectos do conforto, segurança e rapidez e levando em conta, principalmente, as necessidades da população de baixa renda.

ADMINISTRAÇÃO

— Dar ênfase prioritária ao processo de modernização das estruturas de administração e à agilização de métodos de trabalho, pela racionalização dos instrumentos operacionais, objetivando à efetiva execução dos programas do Governo.

— Promover estudos visando a descentralizar a tomada de decisões e a execução de serviços, de maneira que se descongestione e dinamize a máquina administrativa.

— Reformular organizacional e funcionalmente a Administração, objetivando a localização dos órgãos que produzam bens e prestem serviços à comunidade onde seus produtos finais sejam demandados, especialmente os que se referem às Cidades-Satélites.

— Criar um Programa de Capacitação, Desenvolvimento e Valorização dos Recursos Humanos do Complexo Administrativo do Distrito Federal em diversos níveis e especificações.

ASSISTÊNCIA À PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

— Positivar medidas administrativas e técnicas destinadas a incrementar a participação do Governo, como incentivador das atividades econômicas do Distrito Federal, no desenvolvimento da pequena e média empresas.

TURISMO

— Promover o incremento das atividades turísticas com a implantação do "I PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL", elaborando-se prioritariamente estudos visando a transformação do DETUR em termos empresariais.

SEGURANÇA PÚBLICA

— Concentrar esforços no sentido de adequar os órgãos de Segurança do Distrito Federal em pessoal, material, equipamentos especializados e instalações.

— Empreender estudos prioritários destinados a adequar a estrutura administrativa e os processos operacionais do DETRAN/DF à realidade conjuntural do Distrito Federal, dando-lhe maior autonomia administrativa, financeira e técnica.

EDUCAÇÃO

— Promover a melhoria qualitativa do ensino de 1º e 2º Graus e do ensino supletivo, com implantação plena do regime instituído pela Lei nº 5.692/71.

— Ampliar a rede de atendimento ao ensino de pré-Primeiro Grau, com vistas a universalizar o atendimento na faixa etária de 6 anos.

— Demandar esforços para que a universalização do ensino de 1º Grau, na faixa etária dos 7 anos a 14 anos, torne-se uma realidade no Distrito Federal.

— Procurar a completa eliminação do 3º turno, estendendo o dia letivo com atividades complementares, mediante ampliação e construções de escolas de 1º Grau nas Cidades-Satélites.

— Desenvolver esforços no sentido de implantar progressivamente atendimento adequado à clientela do Ensino Especial, segundo natureza e grau de excepcionalidade que apresentam, conjugando as áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho.

— Promover a implantação de Assistência ao Educando, objetivando aumentar a produtividade escolar.

— Neste particular, a partir de 1976, serão desenvolvidos os seguintes projetos:

a) ampliação do Programa de Distribuição de Merenda Escolar, no sentido de atender, naquele exercício, a 236 mil alunos, de 1º Grau e pré-escolar, aproximadamente;

b) ampliação da rede oficial de ensino, em 1976, em 30.000 vagas, correspondendo a um crescimento da ordem de 13,4% em relação à que foi oferecida em 1975, sendo que, em 1979, esse aumento deverá atingir a casa de 101.000 vagas, o que corresponderá a mais de 45% de incremento na oferta de vagas, em relação ao atual exercício;

c) no referente à melhoria qualitativa do ensino, além da execução de projetos relacionados com o desenvolvimento de novos métodos aplicáveis ao processo de Ensino-Aprendizagem para o 1º Grau e reformulação de currículos escolares, pretende o Governo considerar o ensino em apenas dois turnos, com a alimentação dos 3º e 4º turnos, considerados antipedagógicos, e, para tanto, serão construídas mais 650 salas de aula.

ATIVIDADES CULTURAIS

— Implementar novas atividades culturais no Distrito Federal, respondendo às diversificações de interesse cultural da população, dando ênfase especial às Cidades-Satélites.

— Desenvolver intensivos esforços objetivando à sistematização das promoções culturais, atribuindo ênfase àquelas que representem o patrimônio histórico e cultural do País.

— Criar, no Plano-Piloto e Cidades-Satélites, uma rede integrada de bibliotecas escolares, de 1º e 2º Graus abertas à comunidade.

— Concentrar esforços integrados para a construção da Biblioteca Pública de Brasília e de uma rede de bibliotecas comunitárias e escolares, esperando-se para isso a ajuda e o apoio do Governo Federal.

— Retomar a construção do Teatro Nacional de Brasília.

— Reformar e reequipar o Cine Brasília, transformando-o em moderna casa de espetáculo, voltada para a realização de pré-lançamentos de filmes nacionais e festivais.

— Recuperação da Concha Acústica, de há muito abandonada e, concomitantemente, estimular, através da promoção sistemática de espetáculos, a sua utilização.

ENERGIA ELÉTRICA

— Estender os benefícios da energia elétrica, a custos reais, a toda a população urbana do Distrito Federal, levando-a, também, às áreas rurais, na medida de sua demanda.

— No setor energia elétrica, este Governo pretende, até o final do corrente ano, ampliar a potência instalada em subestações de 285 MVA para 541 MVA, equivalendo a um aumento de 256 MVA, quase o dobro da potência instalada.

— É propósito expandir o sistema de rede de distribuição de energia elétrica, no período 74/79, de forma que se atenda a 82 mil consumidores.

— Complementados os projetos do setor energético, o sistema de transmissão será ampliado em 96 quilômetros.

SAÚDE E SANEAMENTO

— Intensificar a atuação dos serviços de Saúde Pública, objetivando obter gradativa e contínua melhoria no nível de saúde da população do Distrito Federal, através da medicina integrada e do desenvolvimento e adequação dos recursos humanos, físicos e financeiros do setor Saúde e da orientação dos seus investimentos, quanto à especificidade e localização.

— Dar especial atenção ao estudo, ao diagnóstico e à formulação de programas, visando equacionar e oferecer soluções aos problemas decorrentes de carências nutricionais de lactentes, pré-escolares, escolares gestantes e nutrizes.

— Enfatizar a Assistência Materno-Infantil, Escolar, Mental e de Saúde Pública, através da formulação e da execução do Plano de Saúde do Distrito Federal, objetivando a redução do índice de morta-

lidade infantil, a diminuição da incidência de doenças evitáveis por imunização da cobertura e amplitude da assistência médica especializada.

— Dar ênfase à execução do calendário de imunizações em vigor no Distrito Federal.

— Evitar a queda da oferta de leitos à população do Distrito Federal, através da programação de investimentos e da capacitação dos recursos humanos, aprimorando-se, desta forma, o nível qualitativo e incrementando-se a produtividade do SISTEMA.

— Enfatizar o combate às doenças reduzíveis ou elimináveis por saneamento, através da implantação ou ampliação progressiva e sistemática da rede de esgotos sanitários e de águas pluviais, bem como da oferta de água de boa qualidade, em quantidade suficiente à população do Distrito Federal.

— Dar efetivo cumprimento ao Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal, garantindo à Capital da República e suas Cidades-Satélites um elevado padrão de saneamento da superfície.

— Assim é que já estão alocados os recursos necessários à conclusão do 3º Hospital Distrital de Brasília, que se constituirá em mais um hospital de Base.

— Conclusão e equipagem do Posto de Saúde do Guará II e construção de mais dois outros postos.

— Instalação de equipamento do Pronto-Socorro, de modo que se possibilite a sua total utilização.

— Ampliação de redes de distribuição e captação de água potável, bem como recuperação e reequipamento das existentes, beneficiando toda a área do Distrito Federal, num investimento global de mais de 39 milhões de cruzeiros, até 1979.

— Prosseguimento do Sistema Rio Descoberto, com a construção da Elevatória e das Adutoras de Água Bruta e Tratada da Estação de Tratamento e dos Reservatórios e "BOOSTER", com aplicação de recursos para o triênio 76/78, da ordem de 424 milhões de cruzeiros.

— Ampliação das redes coletoras de esgotos sanitários, complementação e construção de interceptores e emissários, com a interligação e construção do sistema de esgotos da Bacia do Paraná, exigindo, no período do atual Governo, um investimento de mais de 107 milhões de cruzeiros.

COMBATE À POLUIÇÃO

— Promover estudos e pesquisas que permitam conhecer os índices de poluição e adotar mecanismos de combate à ação de agentes poluidores, prioritariamente, sobre os cursos de água, reservatórios e barragens destinadas ou não ao abastecimento de água à população do Distrito Federal.

ESTÍMULO AO MERCADO DE TRABALHO

— Estimular, através de incentivos próprios, a ampliação e a diversificação de trabalho para absorver a mão-de-obra subempregada e a ociosa existente no Distrito Federal.

— Desenvolver esforços no sentido de propiciar capacitação profissional, quer através de projetos próprios, quer por meio de articulação com órgãos federais e privados do setor.

— Realizar levantamentos e estudos do mercado de trabalho, com vistas a definir uma política de formação e ocupação da mão-de-obra e melhoria do nível de emprego.

MENOR

— Estimular a capacitação e a orientação profissional do menor, inclusive através da criação de instituições especializadas, com vistas à prevenção da vadiagem, possibilitando, ainda, a melhoria do nível de renda familiar.

— Promover a proteção do menor abandonado ou em vias de abandono e o tratamento do menor de conduta anti-social, nos aspectos preventivos e curativos, pela integração de esforços de vários órgãos, inclusive federais.

LAZER E RECREAÇÃO

— Conferir destacada atenção à iniciativas que tenham por finalidade o incremento das atividades recreativas no Distrito Federal, através da programação e da execução de empreendimentos governamentais na área do Plano-Piloto e das Regiões Administrativas.

— Implementar vários projetos específicos para clientelas bem definidas, com o objetivo de proporcionar Educação Física, Esportes, Recreação e Lazer à população do Distrito Federal, especialmente à de baixo poder aquisitivo, residente nas Cidades-Satélites.

— Apoiar técnica e materialmente as atividades amadoristas das Federações, Ligas, Associações e Clubes já organizados, estimulando a criação de novas Entidades Esportivas e Recreativas.

URBANIZAÇÃO

— Dar maior incremento às obras de urbanização das áreas edificadas, à conservação das áreas urbanizadas, bem como, promover a implantação e a conservação das áreas verdes, visando à preservação do meio ambiente e favorecendo a utilização para o Lazer.

2 — ASPECTOS FUNDIÁRIOS

Com uma área calculada em aproximadamente 119 mil alqueires geométricos, dos quais até a presente data se encontram desapropriados pouco mais de 57%, o Distrito Federal não tem podido regulamentar o uso do solo, dada a indefinição da propriedade de suas terras. Isto tem dificultado não só a ordenação dos recursos fundiários, mas também a proteção de mananciais e a proteção de áreas verdes. Esta situação vem propiciando facilidades à especulação imobiliária.

Constatados tais problemas, este Governo adotou como uma de suas principais diretrizes, o disciplinamento de uso dos recursos fundiários com objetivo de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal e garantir seu prosseguimento no futuro, assegurando aos Governos Federal e Local e à comunidade, as possibilidades de opções e alternativas quanto à utilização e uso do espaço.

Para tal, patrocina um Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal, envolvendo nos estudos, técnicos do Governo local, da Comissão Nacional de áreas metropolitanas e Política Urbana da Secretaria-Geral de Planejamento e da Universidade de Brasília, com base no qual, espera regulamentar o uso do solo, e com isso poder propiciar aos planejadores futuros, condições institucionais para sua adequação às necessidades sociais, culturais e econômicas da população.

Procura-se fixar procedimentos que assegurem recursos ao autofinanciamento dos investimentos infra-estruturais realizados pelo Governo em atendimento à demanda de áreas urbanas, e às alienações realizadas. Tudo dentro de critérios relacionados com o interesse político de desenvolvimento social e econômico.

3 — ASPECTOS FINANCEIROS

Até bem pouco tempo, as principais, ou quase únicas, fontes de recursos para financiamento das obras do Distrito Federal eram seus recursos próprios (entre os quais podemos destacar o ICM do Trigo), as transferências da União e FUNDEF.

Entretanto, esses recursos não cresceram na mesma proporção que as necessidades da comunidade. Pelo contrário, o ICM do Trigo tem tido um comportamento bastante irregular, pois sua arrecadação fica sujeita às condições meteorológicas das regiões produtoras.

A fim de superar tais problemas, nosso Governo tem procurado diversificar as fontes de financiamento de obras, usando a capacidade de geração de recursos, originários das atividades econômicas desenvolvidas pela TERRACAP e pelo Banco Regional de Brasília, bem como, utilizando-se das facilidades oferecidas pelo Banco Nacional da Habitação, para as obras de infra-estrutura, saneamento, habitação e equipamentos sociais.

Essas novas fontes de financiamento estão proporcionando ao atual Governo recursos que possibilitam a execução do seu Plano de Trabalho.

4 — CONCLUSÃO

Senhores Senadores:

Somos imensamente gratos a Vossas Excelências pela oportunidade que aqui tivemos de expor, em linhas gerais e de maneira sumária, os pontos básicos da administração que estamos realizando na Capital do País.

Do Excelentíssimo Senhor Presidente da República temos recebido o maior apoio, mas não podemos deixar de reconhecer que também o Senado Federal tem sido absolutamente solidário às nossas dificuldades. Da Comissão do Distrito Federal só nos chegam estímulos e compreensão, o que resulta em notável contribuição na medida em que nos permite concentrar esforços e atenções na solução dos problemas que se multiplicam nesta Cidade.

Se ao nosso Governo cabe administrar e executar, ao Senado incumbe legislar para o Distrito Federal, instrumentando-o com a estrutura legal necessária. Por conseguinte, são convergentes e solidárias as responsabilidades que nos são deferidas.

Colocamo-nos agora — o Governador e os Senhores Secretários de Estado — à inteira disposição de Vossas Excelências, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre nossa administração, bem como a respeito das questões aqui abordadas. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Eu irei suspender a Sessão por 10 minutos, porque depois de uma leitura dessa, evidentemente quem a faz está cansado.

Ésta suspensa a Sessão por 10 minutos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Declaro reiniciados os nossos trabalhos.

Os Srs. Deputados presentes que desejarem participar dos debates queiram dirigir-se ao Secretário da Comissão, para a inscrição, que será feita previamente.

Sr. Governador, diante da exposição relativamente circunstanciada a que V. Ex^e procedeu, vamos dar lugar aos debates.

O primeiro inscrito é o Senador Otair Becker, ilustre representante de Santa Catarina, a quem concedo a palavra.

O SR. OTAIR BECKER — Sr. Presidente, Sr. Governador, é preciso que, preliminarmente, afirme a minha satisfação em ver V. Ex^e, neste Plenário, para uma conversa ampla e democrática em torno de problemas da Capital Federal.

É, Sr. Governador, o tão útil e benéfico entrosamento entre os Poderes, que a Constituição diz independentes, mas harmônicos entre si, pois de ambos se espera o cumprimento de deveres para com o País. Adianto ainda que, de minha parte, formularia votos para que encontros como este se repitam no futuro, sempre com finalidades positivas, para o maior proveito do Distrito Federal e o esclarecimento da opinião pública, sobre o que se faz, para a solução dos problemas locais.

Sr. Governador, V. Ex^e abordou, em linguagem apropriada e de forma objetiva, todo o universo que está afeto à responsabilidade do Governo do Distrito Federal: saúde, transporte, educação, sistema viário, esgoto, água, urbanização, eletrificação, captação de água, saneamento do lago, combate à poluição, prioritariamente aos custos de água, captação, profissionalização, menor abandonado, lazer, aspectos fundiários, proteção a áreas verdes, regulamentação do uso do solo, aspectos financeiros, segurança, abastecimento, crescimento da população, habitação, entre outros. Praticamente, V. Ex^e me retirou, assim, as condições de formular as perguntas que eu havia previamente preparado. Então, para facilitar a V. Ex^e, para lhe poupar, pois que, efetivamente, a conferência de V. Ex^e foi longa, mas, repito, necessária, sobretudo para nós que temos a responsabilidade de legislar como representantes da Comissão do Distrito Federal, eu solicitaria a V. Ex^e que nos dissesse, se possível, em que or-

dem de prioridade pretende alcançar todo esse universo de problemas, pois que também em sua exposição V. Ex^e se reportou aos recursos de que dispõe para o atendimento dessas necessidades, através de Programas, que, acredito, tenham sido elaborados, calculados na realidade do Distrito Federal.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Respondendo ao ilustre Senador Otair Becker, quero informar que, na minha exposição, enfoquei os dois aspectos: o primeiro, de não ter encontrado condições imediatas na formulação de um Programa de Governo, por falta de uma junção dos diversos estudos existentes no Distrito Federal, que nos deram, realmente, um grande trabalho em pesquisas e com os subsídios colhidos estamos concluindo exatamente o nosso Programa de Governo para o período de 1976 a 1978. Estabeleceremos um Programa Emergencial, compreendendo abril de 1974 a dezembro de 1975. Esperamos concluir todas as obras iniciadas, exceto uma do Programa Emergencial, o Trevo de Triagem Sul que fica na ponta da Asa Sul, Trecho Rodoviário.

O Programa de Governo, estabelecido para 1976 a 1978, terá uma prioridade — evidentemente não estabelecida no Programa, porque fiz uma síntese — por ano de atividade. Esperamos que este Programa, com intenso trabalho, esteja realmente concluído até 1978, dentro das prioridades absolutas e mais necessárias para o desenvolvimento do Distrito Federal. Espero que a minha resposta tenha satisfeito ao ilustre debatedor.

O SR. OTAIR BECKER — Tenho a impressão, Excelência, de que posso falar em nome de todos os membros da Comissão do Distrito Federal. Gostaríamos de conhecer essa esquematização, e agradecermos se V. Ex^e nos pudesse, gentilmente, oferecer um programa dessas prioridades para que, na Comissão, se leve a efeito um estudo.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Eu poderei fornecer. É adianto ao ilustre Senador que, no próximo exercício, o Teatro Nacional é uma prioridade que não foi iniciada, em 1975, por falta exclusivamente de projetos. Não dispúnhamos de projetos atualizados daquela casa de espetáculos; ante os projetos superados, foi necessário uma reformulação total e gastamos, neste exercício, Cr\$ 7.000.000,00 só em projetos. Então, em janeiro, ou fevereiro, no máximo em março, estaremos fechando aquela casa de espetáculos, para colocá-la em concorrência pública. Esta é uma prioridade.

O SR. OTAIR BECKER — E com relação aos aspectos da Educação, de Primeiro e Segundo Graus, nas Cidades-Satélites, com relação à venda de chácaras hoje arrendadas, os aspectos de abastecimento de água também das Cidades-Satélites e os de pavimentação de Cidades-Satélites e de áreas do próprio Plano-Piloto, como a Várzea Bonita?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Como o Governo é uma gama muito grande de setores, evidentemente, não teria eu, digamos, possibilidades, no momento, de especificar as prioridades para exame 76/77/78. Seria um trabalho que deveria ter em mão. Infelizmente, procurei fazer uma síntese do meu Programa de trabalho para o período. Quero, todavia, esclarecer ao ilustre debatedor que Educação está na prioridade já de 1976. Estamos concluindo entendimentos com a Caixa Económica Federal, no programa oficial de Cr\$ 98.000.000,00, para que possamos, realmente, equipar as Cidades-Satélites, todas elas, e a Zona Rural de escolas, para suprir toda a deficiência. Os recursos disponíveis do nosso Orçamento, destinados à Educação, ficarão para solucionar os problemas do Plano-Piloto.

Quanto às áreas das granjas arrendadas, continuarão a ser arrendadas, até que eu tenha a definição total da área federal.

O SR. OTAIR BECKER — Grato a V. Ex^e

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — E, no início de cada exercício, terei a satisfação de encaminhar a esta ilustre Comissão do Senado a gama, a listagem de todas as minhas prioridades para o exer-

cício, para que a Comissão e a comunidade me cobrem no final de cada exercício.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o ilustre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, Sr. Governador, tenho defendido, no plenário desta Casa, uma posição diferente. Acho que o Senado — é minha opinião, particular — não deveria ser órgão fiscalizador do Distrito Federal. Defendo uma posição diferente de muito dos meus pares. Tenho, também, solicitado sempre o comparecimento de V. Ex^ª para debater conosco os problemas do Distrito Federal. É com satisfação que vejo V. Ex^ª hoje, aqui na nossa Casa.

Havia, também, como o Senador Otair Becker, estudado algumas perguntas para dirigir a V. Ex^ª. Sei que o nosso tempo é curto, outros Senadores e Deputados deverão fazer perguntas a V. Ex^ª, razão pela qual vou resumir as minhas e me permitindo, depois, encaminhar algumas a V. Ex^ª.

A primeira delas prende-se à transferência que V. Ex^ª fará da TERRACAP para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, dando início, assim, a uma reformulação administrativa.

Pretende V. Ex^ª fazer, também na área econômica, alguma alteração na estrutura administrativa atual? Peço permissão para fazer esta observação: o Banco Regional de Brasília é presidido pelo honrado Secretário de Finanças, estabelecendo-se, dessa forma, uma situação *sui generis* no País, qual seja de o Secretário de Finanças ser também o Presidente do Banco oficial. Quero deixar claro, de inicio, que, nesta observação, não vai nenhuma restrição ao poderoso e honrado Secretário de Finanças, mas parece que o exercício dessas duas funções pela mesma pessoa pode gerar conflitos e inconveniências irreconciliáveis, e também, Excelência, as próprias Classes Empresariais do Distrito Federal têm feito sentir sua insatisfação contra o entendimento do nosso Banco oficial, que, embora com excelente Balanço, tem atuado exageradamente no **open-marketing**, em prejuízo de uma linha de ação mais agressiva na parte de empréstimos e financiamentos aos diversos setores empresariais de nossa Capital.

Que pensa V. Ex^ª dessa Presidência simultânea do Banco Regional e da Secretaria de Finanças?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Quero esclarecer ao ilustre Senador Itamar Franco que o Secretário de Finanças tem, como órgãos vinculados à sua estrutura organizacional, a TERRACAP e o Banco Regional de Brasília. O Secretário de Finanças é, por força de conveniência praticamente, assim foi encontrada a Administração — o Presidente do Órgão de crédito.

O Decreto que instituiu a TERRACAP — Decreto do Prefeito Wadjo Gomide — vinculou-a à Secretaria de Finanças, e a Administração, à medida que verifica a necessidade de modificação da sua estrutura administrativa o faz, tanto que, no momento, vamos, realmente, transferir a TERRACAP, para subordiná-la à Secretaria de Viação e Obras, por ser o órgão que cuida do planejamento da área do Distrito Federal. A TERRACAP ficará mais adequada no âmbito da Secretaria de Viação e Obras. E a CAESB, que está deslocada na Secretaria de Viação e Obras, será transferida, para vinculação à Secretaria de Serviços Públicos.

Quanto ao problema do Presidente do Banco Regional de Brasília ser o Secretário de Finanças, o meu Governo não pensou ainda em reformulação, entretanto, asseguro ao ilustre Senador que o atendimento do Banco tem sido muito bem feito às Classes Empresariais. Efetivamente, só reclama falta de empréstimos aquele que não tem condições de tomá-los, nem na rede oficial nem na particular. Aqueles que, realmente, têm condições de tomar empréstimos, financiamentos, em bancos oficiais e bancos particulares, fazem-no, não havendo reclamação; somente aqueles que não têm, repito, nenhuma condição de tomar empréstimos em Banco, particular ou oficial, é que reclamam da posição do BRB.

Quanto à aplicação em **open-marketing**, quero esclarecer ao ilustre Senador que é uma orientação do próprio Banco Central do Brasil, porque o Banco Regional de Brasília tem uma situação toda especial, é o Tesouro do Governo. E o Banco não pode permanecer com recursos disponíveis fechados em cofres sem render alguma coisa. Assim, são aplicados em **open-marketing** para não ficar ociosos. Por este motivo, o ilustre Senador tem visto o crescimento do Banco Regional de Brasília com uma grande monta em recursos provenientes, digamos assim, de juros de **open-marketing**, porque os recursos ficam ociosos por falta de possibilidade de aplicação. Entretanto, o meu Secretário de Finanças está presente e fará um esquema para S. Ex^ª, da atuação do Banco Regional de Brasília, no período 1974-1975.

O SR. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, referindo-me apenas às aplicações do Banco, para tentar prestar as informações requeridas pelo nobre Senador Itamar Franco, bastaria uma comparação das aplicações do BRB no corrente exercício. Através da Carteira de Crédito Industrial e Operações Especiais, temos uma aplicação, em outubro, de Cr\$ 723.428.334,00; através da Carteira de Crédito Geral, temos uma aplicação de Cr\$ 170.187.765,00; e, através da Carteira de Crédito Rural, temos aplicações da ordem de Cr\$ 32.820.405,00. Relativamente a esta parcela aplicada, ela excede, inclusive, aquelas do maior Banco Oficial do País, que é o Banco do Brasil.

Nossas aplicações de **open-marketing**, no último Balanço, são da ordem de Cr\$ 350.000.000,00, enquanto os depósitos do Poder Público, ou seja, dos vários Órgãos do Governo, aproximam-se dos Cr\$ 500.000.000,00. Evidentemente, esses recursos do Poder Público são recursos exigíveis a curíssimo prazo, e não podemos empregá-los em financiamentos a prazos de 180, 360 dias, recursos que o Tesouro nos cobra dentro de 20 ou 30 dias.

A política de **open-marketing** é, vamos dizer, defendida pelo Conselho Monetário Nacional. Constantemente, somos fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, inclusive em decorrência dessas críticas injustas e descabidas de alguns setores empresariais, e podem ser entendidas, sempre, como dentro de um prisma, vamos dizer, todo particular. Entendem alguns empresários que, sendo o BRB um Banco oficial, um Banco em que os recursos são, predominantemente, do Poder Público, devam ser empregados sem as menores cautelas, como se o Banco fosse uma entidade de auxílio ou de prestão de socorros imediatos. O BRB, antes de tudo, é um Banco comercial, e sujeito a regras, como todo Banco integrante do Sistema Financeiro Nacional. Não podemos emprestar a quem não provar que tem condições de pagar, e não ofereça garantias compatíveis e, além disso, as aplicações têm que estar dentro do que as autoridades monetárias impõem como regra. Repito: somos constantemente visitados pelo Banco Central do Brasil talvez seja o Banco mais fiscalizado do Brasil, justamente porque é o único Banco, de porte menor, presente na Capital Federal, e jamais nos encontraram, os dignos Inspetores do Banco Central do Brasil em nenhum momento, próximos de qualquer limite de superaplicação de **open-marketing**. Pelo contrário, rigorosamente examinada, a nossa posição tem sido a de, em certos casos, realizado até excessos de aplicação em áreas de maior risco, e isso, às vezes, fazemos dada a condição, como já disse, de pretendermos ser um Banco de Desenvolvimento também; já que, há cerca de um ano, estamos pretendendo, dentro da orientação do Sr. Governador, a obtenção de uma Carteira para atuar como Banco de Desenvolvimento. Ocorre que os estudos que fizemos, a propósito do assunto, foram de tal magnitude, que o Banco Central do Brasil resolveu transformá-lo em uma opção para todo o País, permitindo que outros Estados, que ainda não dispõem de um Banco de Desenvolvimento, ao lado de Banco comercial, também optem pela solução alvitrada pelo Banco Regional de Brasília. E, por entender, também, que às vezes — não é sempre que acontece — no começo do mês, recebemos recursos do Governo Federal, e parte des-

ses recursos se destinam, inclusive, do Fundo do ICM e do Trigo, ao pagamento dos compromissos do Estado. Esses compromissos incidem, com maior freqüência, no final dos meses, e então, enquanto se aguarda o pagamento, esses recursos, dentro da orientação do Sistema Financeiro Nacional, são aplicados no mercado de **open-marketing**, que existe justamente para isto. Os recursos, porventura, ociosos, dentro de determinada entidade de crédito, são entregues ao Banco Central do Brasil, que vai redistribuí-los, dentro do Sistema Financeiro Nacional, onde aqueles recursos se fizerem necessários. Seria o caso, de que se houvesse realmente necessidade de aplicação dentro do Distrito Federal, o Banco Central do Brasil através da rede particular, através de redescos e outros mecanismos financeiros, poderia, praticamente, aplicá-los dentro do Distrito Federal. Mas o empresário do Distrito Federal, sem pretender desmerecê-lo, ainda não tem aquele porte — e é natural que ainda não o tenha, esta é uma Cidade nova — de agressividade que permita uma absorção maciça de recursos.

Creio que são os esclarecimentos que podemos prestar, aditando apenas que, por entender essa posição do Banco Central do Brasil e dentro da filosofia preconizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao aprovar o Programa da Região Geoeconómica de Brasília, o Banco foi autorizado a instalar — e já deu os passos necessários — Agências nos Estados de Goiás e Minas Gerais, dentro da Região Geoeconómica. O principal fundamento dessa concessão de cartas patentes, em caráter excepcionalíssimo, pelo Conselho Monetário Nacional, foi justamente a potencialidade de recursos que o Banco teria para levar a essas regiões menos desenvolvidas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a informação do Dr. Fernando Tupinambá Valente, DD. Secretário de Finanças.

Sr. Governador, volto a frisar que a pergunta que fiz não visava pessoa de S. Ex^a, a quem considero honrado e operoso auxiliar do seu Governo. Apenas, já que V. Ex^a praticamente inicia uma reformulação administrativa, transferindo a TERRACAP ao âmbito de outra Secretaria, perguntava se, na área econômica, também, seria feita essa modificação.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — No desenvolvimento da minha resposta, informei que a Administração faz as reformulações administrativas nas épocas oportunas, e não é, ainda, pensamento do Governo fazer reformulação na área econômica.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Quero informar ao ilustre Senador que estamos, aqui, num debate democrático. Não visamos a pessoas, estamos apenas prestando informações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tem Brasília, Excelência, um Código de Obras?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Brasília dispõe de um Código de Obras, praticamente, do seu inicio. O Governo passado deixou um Código de Obras pronto. Quando assumimos o Governo, examinamos o Código de Obras, fizemos-lhe as modificações necessárias e o encaminhamos à área da Presidência, para ser debatido no Congresso. Esse Código está na área de Planejamento e estamos aguardando que seja encaminhado ao Congresso, para que o Governo possa, realmente, ter um instrumento legal melhor, mais atualizado, para melhor atuação na área do Distrito Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — A pergunta é exatamente essa, porque, até agora, ainda não recebemos esse trabalho codificado.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Já foi encaminhado pelo meu Governo há, praticamente, oito meses, à área federal. Está na Secretaria de Planejamento. E a Secretaria de Planejamento achou por bem fazer algumas adaptações ao Código de Obras do Distrito Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a falou no transporte de massa, preconizando, dentro do seu planejamento, para daqui a 4 anos, a sua implantação. Nesse meio termo, quais seriam as soluções que V. Ex^a adotaria, antes que esse planejamento estivesse, realmente, pronto?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Tive ocasião de informar, na minha exposição, que, quando dispomos de uma demanda de mais de 30.000 passageiros-hora, temos condições de implantação de um sistema mais moderno de transporte de massa, mas, atualmente, a demanda demonstra somente 19.500 passageiros, não atingindo aquela faixa mais alta exigível para um sistema mais moderno de transporte de massa. O nosso Governo, evidentemente, estudando as demandas possíveis para 1980, concluiu que se chegará a 36.000 passageiros-hora, o que exigirá um transporte mais técnico, mais adaptável às condições. E não podemos pensar em transporte de massa, com uma demanda alta, em termos de ônibus. Só podemos pensar em termos de um equipamento mais sofisticado. O nosso Governo, atento ao problema, desenvolveu uma idéia que submeteu à concorrência pública, para escolha de uma firma construtora que desenvolva as nossas diretrizes, e devo receber essa concorrência, sexta-feira, à tarde, do Secretário de Viação e Obras, para que, em conjunto, com os dados colhidos, possamos escolher a firma construtora que vai desenvolver os estudos iniciais e, possivelmente, acompanhar os estudos finais do transporte de massa, através de um pré-metrô, utilizando o sistema modular, ônibus—via férrea elétrica, que pode ser o trem elétrico, ou os equipamentos mais modernos capazes de vencer rampas mais elevadas, o bondô elétrico, como é chamado na Europa. Estamos trabalhando para que, em 1980, possamos ter, se possível, se conseguirmos recursos, esse sistema implantado, e, se hoje o iniciássemos, já teríamos uma demanda de 240.000 passageiros-dia, o suficiente para o vulto das despesas que se gastam nesse sistema que preconizamos. Entretanto, temos que, neste período, como vem ocorrendo até o momento, nos adaptarmos ao que dispomos, e, para isso, a nossa Secretaria de Serviços Públicos, através de um estudo, de uma pesquisa, de Cidade-Satélite em Cidade-Satélite, nos pontos terminais, conseguiu adaptar o número necessário e suficiente de ônibus, que o Distrito Federal, hoje, dispõem de um frota razoável, ônibus em unidades necessárias na hora do rush, para que possamos atender bem à população. Evidentemente, o passageiro ainda permanece 20 minutos numa fila, aguardando um transporte, isso é normal em todo Brasil, o ônibus não tem aquele horário rígido do avião, ele pode passar 20 minutos aguardando um transporte, não é confortável. Encontra-se o transporte coletivo de Brasília, em questão de lotação, como um dos piores do Brasil. Há excesso de lotação em todos os ônibus, porque é uma situação completamente diferente de todas as Unidades da Federação. Não existe, aqui, no Distrito Federal, a rotatividade do passageiro. O passageiro toma o ônibus na parte inicial e termina na parte final, o que constitui sério problema para as tarifas dos ônibus do Distrito Federal.

Quanto ao problema dos transportes de massa estamos mais tecnicamente adequados a nos tornar, digamos, pioneiros no Brasil. Vamos desenvolver uma região, é a Estação Ferroviária que está sendo construída aqui no Eixo Monumental, no final dele, envolvendo as Cidades-Satélites, Guará I, Guará II e, possivelmente, ampliação para o Guará III, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Ceilândia, Gama, e a ampliação do Gama e possivelmente outra cidade que haja nessa região. Vamos desenvolvendo uma perimetral de 72 km com estações embarque e desembarque, utilizando o sistema intermodal de ônibus circulares nas próprias unidades satélites e no próprio Plano-Piloto.

Quanto à informação relativa à concorrência, aos seus elementos, vou passar a palavra ao meu Secretário de Viação e Obras, que esclarecerá alguns pontos.

O SR. SIZINHO DE ANDRADE GALVÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realmente, é objeto principal da Secretaria de Viação e Obras, através do Departamento de Estrada de Rodagem, a implantação desse Sistema de Transporte de Massa. Como o Sr. Governador bem frisou, foi feita uma concorrência pública, à qual compareceram 7 grandes firmas construtoras. A primeira fase já foi estudada, fase da habilitação. Agora, estamos na fase de avaliação do Sistema apresentado pelas diversas construtoras e, como o Sr. Governador bem salientou, no nosso despacho de sexta-feira, será apresentada a firma que obteve o primeiro lugar nessa primeira fase classificatória. Deveremos partir para a abertura da proposta de preços, cujo resultado que foi objeto do edital, e, como média ponderada, será feita uma avaliação entre o melhor plano de trabalho e a melhor proposta de preço apresentada pela construtora. Esse trabalho, que está em desenvolvimento, restringe-se em nível de Plano-Diretor. Trata-se de um anteprojeto e, pelos nossos cálculos, deveremos ter esse Plano concluído, aproximadamente, dentro de um ano. Posteriormente ao Plano-Diretor, abriremos nova licitação pública para o projeto final de Sistema que, realmente, venha a satisfazer à demanda do Distrito Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Excelência, sabemos que além da Estação Rodoviária de Brasília o Distrito Federal conta, hoje, com mais dois Terminais.

E como estão os estudos da Fundação dos Terminais Rodoviários de Brasília?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Os Terminais Rodoviários de Brasília são todos dirigidos pela própria Organização da Estação Rodoviária do Distrito Federal e nós, Governo, resolvemos descentralizar a Administração da Rodoviária. Demos credenciais às Administrações Regionais para que elas administrem, sob a orientação da própria Estação Rodoviária de Brasília, Rodoviárias as das diversas Cidades-Satélites. Já inauguramos, em Cidades-Satélites, duas Estações Rodoviárias e continuamos com o nosso Programa de Construção de Rodoviárias em Cidades-Satélites. Efetivamente, em Brasília, Cidade de quinze anos, tem muito ainda que ser feito, e nós estamos, na medida do possível, atendendo às comunidades mais carentes. Temos, em construção, a Estação Rodoviária de Taguatinga, concluímos a de Sobradinho e a de Brazlândia, e estamos com um projeto de implantação de outras unidades em outras Cidades-Satélites.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu teria outras perguntas, mas vou respeitar os Srs. Senadores e Deputados que gostariam de debater com V. Ex^e

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Será um prazer responder.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou encerrar fazendo uma pergunta do setor Educação. É possível que V. Ex^e na sua explanação já lhe tenha dado resposta.

Recentemente, V. Ex^e inaugurou várias escolas. A que critério obedece a decisão da implantação de uma nova escola, se existe Carta Escolar no Distrito Federal, foi realizado algum Censo também no Distrito Federal? Quais os dados de 1976, para a procura e oferta de matrículas, se V. Ex^e achar conveniente fornecê-las.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Pois não. Temos um Programa de salas de aula, para 1975, de 156 unidades de salas de aula. Inauguramos, nesta e na última semana, 75 salas de aula nas Cidades-Satélites de Taguatinga e do Gama e a maior parte na Ceilândia. Quero informar ao Senador que só na Ceilândia possuímos 16 escolas. Inauguramos também algumas escolas no Plano-Piloto e na Cidade-Satélite de Sobradinho. O nosso programa para este ano é de 156.

O Censo Escolar existe. Já foi feito, entre a Fundação Educacional e a Secretaria de Educação e Cultura, um convênio com o Ministério de Educação e Cultura. O Censo Escolar é exatamente para fixar a necessidade de escolas no Distrito Federal, para que não se

instale, uma escola só pelo simples fato de se erigir uma escola, de levantar uma escola. Ela deve ser colocada na posição de maior demanda. E nós estamos todos com um Programa de Unidades Escolares, baseado exatamente no Censo Escolar que chegou, também, a condição especial de nos fornecer, exatamente, mais aproximado, a população do Distrito Federal, que me parece é de 786 mil habitantes, mas sempre dissemos 800 mil habitantes aproximado. Demonstrou também que o Plano-Piloto conta com uma população de 186 mil habitantes, e Taguatinga e Ceilândia com quase 300 mil habitantes. Esse Censo Escolar nos permite, realmente, equacionar o problema de tal sorte que possamos colocar as unidades nos pontos de maior demanda. Então todo o nosso Programa é calcado nesse Censo Escolar. Entretanto, sempre tenho Secretários para uma ajuda ao Governador, e o Secretário de Educação e Cultura, o Embaixador Wladimir Murtinho vai dar uma explicação rápida sobre o problema do Censo Escolar, a sua finalidade, e a Carta Escolar.

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO — O Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Senadores, queria rapidamente dar uma resposta a um ponto muito preciso — a Carta Escolar. No ano passado, em atenção ao pedido do Governo do Distrito Federal, o Governo Federal terminou, em primeiro lugar, a Carta Escolar, do Distrito Federal, que é, hoje, a única de uma Unidade do País completamente terminada. Tínhamos três funcionários que trabalhavam com os órgãos federais e que voltaram naturalmente agora à Secretaria de Educação e Cultura, e estão atualizando, a partir do ano passado a Carta Escolar. Temos, portanto, todos os dados necessários. O próprio Secretário-Geral do Ministério de Educação e Cultura, nos honrou trazendo este documento decisivo para o planejamento da Educação. O segundo elemento que desejaria responder é o seguinte: Temos, na Secretaria de Educação e Cultura, um órgão amplo de planejamento educacional que, junto com o Conselho Educacional do Distrito Federal, organiza o que nós denominamos a Estratégia de Matrícula, ou seja, é submetido ao Conselho Educacional do D.F. anualmente, o número de matrículas que devemos abrir e a manutenção de salas de aula abertas em toda Rede Educacional, entre 1960 e 1974. Temos, em meados deste ano, o Censo Escolar. O Censo Escolar é uma iniciativa pioneira, depois seguida por diversos Estados que compreenderam que não havia possibilidade de estabelecer um planejamento educacional sem possuir os dados precisos. Havia os dados do Censo Escolar de 1964, os do Censo Demográfico de 1970, mas nós não tínhamos dados a respeito das Cidades-Satélites. Havia dados globais. Como disse o Sr. Governador, dividimos a Educação em 21 Complexos, e o Censo Escolar foi feito dentro desse critério de subdivisão de 21 Complexos. Chegamos, agora, a saber quanto somos, isto é, quantos estão na rede, com absoluta precisão, e sabemos, também, quantos seremos. Os resultados trazidos pelo Censo nos vão permitir uma tomada de posição mais correta quanto às Cidades-Satélites.

Como sabem, no Plano-Piloto, toda a rede escolar está em dois turnos, ou no turno noturno, quando se trata de ensino do 2º grau. Ocorre que temos excesso de oferta de salas de aula no Plano-Piloto, o que é resultado de o Plano-Piloto obedecer a uma sistemática, que estamos respeitando, de oferecer salas de aula de 1º grau, muito próximo à residência dos alunos. Na medida do possível, tem sido satisfeita esta necessidade. O resultado do Censo Escolar deu, ao nosso ver, as condições para se ter um planejamento preciso, um planejamento satisfatório às necessidades desta Cidade.

Inicialmente, diria que, nós já implantamos, na sua universalidade, a reforma de 1º grau do 56-92 ou seja, no fim deste ano, teremos uma formatura coletiva das 8º séries, que são, hoje, universais. Temos 8.800 alunos reunidos no Ginásio, na 1ª formatura coletiva, para caracterizar que o Distrito Federal é um todo, não apenas o Plano-Piloto e as Cidades-Satélites. Estamos procurando dar uma qualidade melhor a todos os alunos. Em Brasília, sempre tivemos a sorte de não haver dificuldade de matrículas. Quando há excesso de alunos, aumenta-se o turno recorre-se ao 3º turno não pedagógico, contra o qual o Governador já teve ocasião de se manifestar. Com re-

cursos da área federal vamos tentar e creio que o conseguiremos, colocar toda a nossa rede em dois turnos, no Distrito Federal.

Eram Sr. Governador, os esclarecimentos que podia dar. Estou às ordens do Sr. Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Governador, para complementação da minha pergunta, gostaria de fazer duas perguntas ao seu Secretário, se V. Ex^{ta} me permite.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Primeira: Há capacidade ociosa no equipamento escolar do Distrito Federal? Segunda: Como se processa a distribuição da merenda escolar no Distrito Federal?

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTHINHO — Como tive ocasião de dizer, na sua utilização total, há uma pequena folga no Plano-Piloto muito pequena, mínima, ou seja, habituados que estamos a dois turnos no Plano-Piloto, às vezes não temos necessidade de utilizar todas as salas. Nesse caso, nas escolas-classes, criam-se salas de leitura e salas de artes plásticas.

Em relação à segunda pergunta, trabalhamos com dois órgãos que nos ajudam, um deles o Ministério da Educação e Cultura, e com a CANAE — Campanha Nacional de Alimentação Escolar, órgão que distribui conosco a merenda a todos os nossos alunos de 1º Grau. Em certos casos, temos uma pequena ajuda para os alunos de 2º Grau. Estamos, com a colaboração do INAM, fazendo um amplo programa, já não de merenda, mas sim de refeição escolar para o pré-escolar imediato. No momento, é um Programa que abrange 5.500 alunos que recebem, nas nossas escolas, uma refeição completa de 700 calorias. Este Programa é pioneiro, está sendo testado e dando excelentes resultados. Tivemos, da parte do INAM e do Ministério da Educação e Cultura completa colaboração, que esperamos venham a manter no futuro. Temos uma equipe de merendeiras, muito importante, e as instalações das cantinas são, relativamente, muito corretas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Excelência.

Terminando, lembalaria ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, com o devido respeito, que o Município de Juiz de Fora já tem essa Carta Escolar, desde 1972. Muito obrigado a V. Ex^{ta}

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Concedo a palavra ao Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi, para mim, uma satisfação ouvir a magnífica exposição do Sr. Governador Elmo Serejo Farias. S. Ex^{ta}, como um hábil pianista, acionou todas as teclas do piano, isto é, focalizou todos os principais problemas administrativos do Distrito Federal. Gostaria de fazer duas perguntas a S. Ex^{ta}.

Sabemos que Brasília é um dos maiores centros de atração turística do Brasil, e talvez do mundo. Segundo informações recebidas, as grandes redes de hotéis, estrangeiras, que são esses condutos que drenam para os países o Turismo, têm encontrado, em Brasília, grande dificuldade para a aquisição de terrenos, pelo alto valor cobrado, não sei se pelo Governo ou pelos proprietários dessas áreas. Sr. Governador, são essas notícias procedentes e, no caso, quais as providências que V. Ex^{ta} pretende adotar no sentido de eliminar essas dificuldades, que são quase intransponíveis para uma ampliação do Turismo em Brasília?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Ilustre Senador Paulo Guerra, tem sido preocupação constante do Governo, na faixa do Turismo, a implantação, aqui no Distrito Federal, de hotéis de categoria internacional, para que possamos ter um bom Turismo. Haja vista o interesse despertado no último Congresso da ASTA: Para Brasília e Foz do Iguaçu foram destinados 26% dos turistas vindos ao Brasil, enquanto Estados com potencialidade maior de Turismo tiveram uma cota menor de turistas para visitação.

Quanto ao problema de preços de área, quero esclarecer ao ilustre Senador que, ao assumir o Governo, procurei adotar, realmente, uma política correta para preço de terrenos, feita através de laudos, de pesquisas, que nos permitem uma avaliação pelos processos de estimativas, e pelos de Berrini. Já tive ocasião de verificar uma série de laudos de avaliação e não cheguei a conclusões de absurdo, mas a de realidade. O que ocorre em Brasília é que as áreas destinadas a empreendimentos são, na realidade, em relação às demais Unidades da Federação, digamos assim, numa comparação, em termos de chácara para fazenda. Então, essas áreas destinadas a empreendimentos são sempre solicitadas na base de 40, 50, 60, 160 mil metros quadrados. Agora mesmo, acabei de assinar a escritura de uma área de 160 mil metros quadrados para Companhia hoteleira. Já uma compra feita, praticamente há mais de 12 anos, aqui no Distrito Federal, sem uma definição. As áreas do Governo que têm sido colocadas não em licitação, mas oferecidas a hotel, por exemplo do hotel do Grupo dirigido por Dona Fernanda, Grupo hoteleiro português, cuja implantação aqui, não se tornou possível, em função dos problemas em Portugal. Essa área foi avaliada em Cr\$ 17.500.000,00, de 40 mil metros quadrados num setor nobre. Infelizmente, não foi possível, apesar de todas as facilidades que o Governo lhe ofereceu.

O fato demonstra que os nossos preços não constituem obstáculos à implantação desse tipo de empreendimento, em que o Governo tem total interesse e, naturalmente, propiciará todas as facilidades à sua concretização. Quero esclarecer fazendo um paralelo, que existe uma área adquirida em Brasília para hotel, há muitos anos, por preço aleatório — antes, todos os preços aqui eram aleatórios, as áreas não eram vendidas, através da licitação pública, mas cedidas, através de pedidos — enquanto a área do Grupo hoteleiro português, com 40.000 metros quadrados alcançou Cr\$ 17.500.000,00 — fora o nosso preço — no início de 1974 até o final de 1974, quando D. Fernanda desistiu do empreendimento. Essa outra área, muito menor que já foi de particular, sem a cláusula de retrovenda, atingiu Cr\$ 100.000.000,00. Nossos preços, dentro de uma política racional, de uma política correta, de procedimento de laudo de avaliação feita por dois processos — já fiz muita avaliação, para desapropriação, pelo processo de Berrini e nunca chegou ao absurdo — não são abusivos à implantação de empreendimento em que eu tenho total interesse, a comunidade tem, Brasília tem, porque há necessidade da implantação do Turismo na Capital da República.

O SR. PAULO GUERRA — Gostaria de saber, ainda, apesar de estar satisfeito com a resposta de V. Ex^{ta}, se existe uma norma especial para atrair essas redes de hotéis, embora com estabelecimento de prazos determinados na sua utilização, na sua construção, como incentivo.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Quero informar ao ilustre Senador que eu mesmo, pessoalmente, tenho mantido entendimentos com grandes grupos hoteleiros, principalmente no contato que fiz no Rio de Janeiro, no Congresso da ASTA. Estamos apenas na fase de entendimentos, nada há ainda de objetivo. Tenho esperanças reais, todavia, de trazer grandes empreendimentos aqui para Brasília, de hotéis de categoria internacional, de que não dispomos, infelizmente.

O SR. PAULO GUERRA — Excelência, minha dúvida é a de que V. Ex^{ta} vai ter muito trabalho para manter entendimentos com as diversas cadeias de hotéis que desejam instalar-se em Brasília, ao passo que, se o Governo do Distrito Federal adotasse uma norma, do tipo de incentivos, para atrair esses hotéis, com prazo determinado para a sua utilização, seria muito mais vantajoso e mais prático.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Vou apelar para o meu Secretário de Finanças, que informará a V. Ex^{ta} sobre os incentivos que podemos oferecer à Categoria Hoteleira.

O SR. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a explicação comporta dois períodos: o passado e o presente-futuro, integrados juntamente.

No passado, foram deferidas muitas vantagens, principalmente na concessão de terrenos a preço praticamente simbólico. O Sr. Governador se referiu, há pouco, a terreno que, desde 1960 ou 1962, está em poder de poderoso grupo estrangeiro, através de uma subsidiária nacional, sem que até hoje, através de manobras, sequer tenham assinado a escritura.

No presente Governo, sob a orientação do Sr. Governador, partimos para a verdade. Procurados pelos representantes do empreendimento, partimos para entendimento de que a escritura deveria ser lavrada, senão nós recorreríamos, inclusive, à desapropriação, se preciso fosse, embora obrigados a construir um empreendimento de natureza pública, no local.

Finalmente, chegaram ao bom termo os entendimentos, foi assinada a escritura, ressuscitada a cláusula de retrovenda, que já estava morta há muitos anos, e o grupo se compromete, para simplificar a coisa, dentro de quarenta e dois meses, a partir da data da assinatura do contrato inicial — portanto, ainda dentro do presente Governo — a inaugurar o empreendimento.

Quase toda a Rede Hoteleira de Brasília foi construída com financiamentos do FUNDEF, Fundo gerado pelo Banco Regional de Brasília. É o maior atrativo que o Governo de Brasília tem oferecido, basta dizer que esses financiamentos são deferidos a longo prazo, a juros de 1,2% ao mês, ou seja, 14,4% ao ano, sem correção monetária. Aí, podemos, sem medo de errar, afirmar que 60% da Rede Hoteleira de Brasília foi construída com o auxílio do FUNDEF. A par disso, outorgamos a isenção do ISS que, por lei, fora outorgada há vários anos, mas somente no presente Governo, através de Decreto assinado por S. Ex^o, foi regulamentado. Esse incentivo está prestes a findar, porém, num trabalho de reformulação do Código Tributário do Distrito Federal, que acabamos de concluir, em conjunto com a Procuradoria do Distrito Federal e os demais órgãos do Complexo, está em fase de revisão e prestes a ser enviado a uma Comissão de Revisão, da qual fará parte o Sr. Governador, onde teremos oportunidade de definir os incentivos que podemos deferir, não só à Rede Hoteleira como a outros empreendimentos. O Turismo — isso dissemos logo nos primeiros dias da nossa presença no Distrito Federal — poderá constituir-se numa das principais fontes de renda do Distrito Federal, embora não nos termos atuais. O turista que aqui vem passar uma noite, às vezes não paga sequer uma diária de hotel — ele nada agrega à economia do Distrito Federal — mas Brasília precisa estar equipada de atrativos que permitam a esses turistas a permanência de, pelo menos, um período de três ou quatro dias, consumindo e deixando aqui, consequentemente, a sua contribuição ao comércio, à indústria e, por via de consequência, aos Cofres Públicos. Estamos atentos à tação desse projeto, que será submetido ao Congresso Nacional, e abordado quanto à extensão desse incentivo de natureza fiscal que está prestes a findar.

Creio que são os esclarecimentos que podemos prestar.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Presidente, gostaria de complementar as providências no setor Turismo, que estamos adotando no Distrito Federal, através do Chefe de Gabinete Civil, a cuja área o Departamento de Turismo está ligado.

O SR. JORGE DE MOTTA E SILVA — Senador Paulo Guerra, ainda hoje, ao chegar a esta Casa, tive do Superintendente do Departamento de Turismo notícia alvissareira para a Cidade de Brasília. Posso garantir a V. Ex^o que as medidas que temos tomado têm-se refletido na EMBRATUR, a quem cabe definir a política, inclusive, de incentivos na parte de Turismo. V. Ex^o conhece melhor do que eu política de Turismo. V. Ex^o sabe que ela existe, e nós temos, através de contatos, desde que chegamos a Brasília, conseguido um racional comportamento nas linhas a serem seguidas e estão em fase de execução. Posso enumerá-las para o Sr. Senador. Dentre elas, por

exemplo, a participação que tivemos no Congresso da ASTA, realizado no Rio de Janeiro, a que compareceram S. Ex^o o Governador do Distrito Federal e o Presidente da República. A Delegação de Brasília foi a maior naquele Congresso e a que mais faturou em termos de trazer para o Brasil os benefícios do Turismo Internacional. A par das medidas metodológicas, adotadas pelo DETUR, temos tido a preocupação constante de fazer reverberar o Turismo Interno. É muito comum ouvir-se dizer da preocupação do estrangeiro em termos de Turismo. Mas V. Ex^o bem sabe que a participação do Turismo Internacional é muito reduzida em termos de América do Sul.

Nós, do Governo do Distrito Federal, estamos mais preocupados com o incentivo do Turismo Interno, do que, propriamente, a curto prazo, do Turismo Internacional. Assim, quando V. Ex^o muito inteligentemente focalizou o problema do incentivo que o Governo deve dar às grandes cadeias hoteleiras, a verdade é que Brasília, com 15 anos, não tem um grande empreendimento hoteleiro que proporcione ao hóspede permanência prolongada. Os hotéis não dispõe de equipamentos necessários, para que a família passe uma ou duas semanas em Brasília. Nossa preocupação, realmente, tem sido levada ao Sr. Governador, e, pela explanação do Sr. Secretário de Finanças, V. Ex^o está vendo que nós assumimos uma posição quanto aos incentivos. Ainda hoje, recebemos do Sr. Superintendente do Departamento de Turismo a notícia do interesse da EMBRATUR, dada a participação efetiva de Brasília, da seriedade com que levou os seus planos, da maneira com que os enfatizou, juntamente com a iniciativa privada, porque o Turismo não pode ficar isolado em termos de Governo, deve contar com a participação efetiva do Empresariado Nacional. E, para isso, é preciso que haja motivação conjunta, e o DETUR, num trabalho digno de realce — e aqui presto minhas homenagens ao seu Superintendente Dr. Carlos Black Pereira — levou, no Congresso da ASTA, tão a sério a nossa participação, que a EMBRATUR — esta a notícia — através de seu Presidente, Dr. Said Faraht comunica ao Sr. Governador, que deseja uma definição do nosso Governo, na próxima semana. Ele tem prazo até a próxima semana, porque a EMBRATUR quer traspassar recursos para o Distrito Federal, recursos expressivos, para o Plano de Turismo. Esta notícia, Sr. Governador, até para V. Ex^o é em primeira mão. Dr. Said Faraht mandou dizer a V. Ex^o que os recursos da EMBRATUR serão canalizados num Projeto de aproveitamento do lago, do nosso camping, que tanto desejamos ativá-lo, e está à disposição do Governo do Distrito Federal, em função das medidas que vimos tomando. Para que V. Ex^o, Sr. Senador, tenha uma idéia também, fizemos, nas nossas Embaixadas, que o Governador abordou na sua palestra, um trabalho que nunca tinha sido realizado por nenhum Governo de Estado. Levamos às Embaixadas brasileiras um audiovisual de dez minutos sobre os quinze anos de Brasília, material e um constante relacionamento epistolar o que faz, realmente, o progresso do Turismo.

Muito obrigado a V. Ex^o.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Governador, V. Ex^o vai desculpar-me, porque sou nordestino como V. Ex^o e nordestino vive de teimoso, e nós transferimos essa teimosia até aos debates que se travam nesta Casa.

Ouvi declarações brilhantes, feitas pelo seu Secretário de Finanças e seu Chefe da Casa Civil. Mas não me convenço e não me conformo em que um homem que tem realizado um Governo planejado e executivo — porque neste País é muito difícil encontrar-se um planejador que execute, e V. Ex^o se caracteriza por isto — não se tenha ainda definido com uma política de incentivos para atração dos grandes Centros de hotéis estrangeiros que carrearão para aqui — como disse — o turista. Não importa que ele passe aqui um dia, porque esses hotéis têm o turista, o turista dele, eles o trazem para aqui, se gasta ou não, mas é divisa que, ao pisar no solo brasileiro, eles investem aqui. V. Ex^o sabe que a Espanha equilibrou a sua balança de pagamento com o Turismo. No ano passado, entraram quase 30 milhões de turistas na Espanha, no México e em quase todos os

países do mundo. Portanto, estou certo de que V. Ex^ª vai preencher **data venia**, essa lacuna que se verifica no setor.

A outra pergunta relaciona-se com industrialização na Região Periférica de Brasília. Realmente, um administrador, atilado e agilizado como V. Ex^ª, não poderia fugir dessa contingência. Brasília não é somente como V. Ex^ª bem disse e reconheceu, o Centro Administrativo do País, é um pólo de desenvolvimento regional, é um pólo de integração do Centro-Oeste do Brasil e do Norte também, porque sem Brasília nós não teríamos a Transamazônica e a integração do Norte do Brasil.

Falou V. Ex^ª em média e pequena indústrias. Minha impressão — e V. Ex^ª vai me perdoar, porque matuto do Nordeste não é bem entendido como um homem com a vivência de V. Ex^ª, que inclusive, teve a vivência em Aratu — é a de que não importa a grande ou a pequena, ou a média indústrias, o que importa em Brasília, na Região Periférica, como Planaltina, que é o maior centro de marginalização do País, mais do que o meu Recife, porque em Recife existem 60 mil chefes de famílias marginalizados mas, que tem, no bairro, um subemprego, em Planaltina e em outras Cidades Satélites não o têm, a não ser no Gama, que é a cidade onde quase reside o funcionalismo médio em Brasília, é que a preocupação do Governo deve ser quanto às indústrias que tenham sentido de manufaturação, pode ser média e pequena indústria. A de pneumático, por exemplo, tem que ser uma grande indústria, porque sabemos que o pneumático é produto quase todo manufaturado. Então, gostaria de externar a V. Ex^ª esta minha preocupação. Minha impressão é a de que Planaltina e outras cidades têm, hoje, maior importância no setor de segurança do que a própria capital pernambucana.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Quero esclarecer ao ilustre Senador que fui, realmente, Superintendente de um grande Centro Industrial no Nordeste, o de Aratu. Está ao lado de V. Ex^ª o idealizador do Centro Industrial de Aratu, Deputado Lomanto Júnior e eu tive a honra de dirigir essa empresa. As empresas, não desconhece V. Ex^ª, classificam-se em indústria de pequeno porte, médio e pesada. Mas isso não quer dizer que, digamos, o prédio seja pequeno e o empreendimento seja caracterizado como de pequena indústria. A indústria é caracterizada pelo grau de poluição que ela pode produzir, a quantidade de água que consome e a quantidade de energia. Aqui em Brasília, digamos assim, não há essa característica para a implantação de grandes centros industriais, nem em Brasília, nem no Distrito Federal. Para que possamos ter um grande centro industrial, são necessárias todas as condições que permitam o escoamento de produtos aqui manufaturados. Não temos possibilidade de um porto próximo de Brasília, para que possamos instalar indústria pesada para consumo interno e exportação.

Na filosofia e conceituação de Brasília, os seus idealizadores imaginaram que primeiro teríamos Brasília, a Cidade principal, completamente construída: depois dela, surgiriam as unidades satélites, e quando surgissem as unidades satélites, se nós tivéssemos, assim, a diminuição constante e permanente da maior indústria que nós possuímos hoje aqui, que é a construção civil, teríamos que fixar o homem em outras atividades; surgiriam os pequenos pólos de desenvolvimento industrial. E que são esses pequenos pólos de desenvolvimento industrial?

São empresas apenas de bens finais para consumo imediato e que possam dar fixação do homem e emprego. E, nessa filosofia, o nosso Governo está implantando o primeiro, em Ceilândia. Tenho a impressão de que não temos capacidade de ocupar pelo menos dez por cento da área que criamos para as pequenas e médias empresas de bens finais. Esse é o primeiro pólo, é uma primeira experiência.

Quando assumi o Governo, encontrei apenas estudo, pela nossa CODEPLAN, de um Distrito Industrial, o de Ponte Alta. Dentro da minha política de Governo e da conceituação do Distrito Federal, procurei eliminar esse estudo, que não estava desenvolvido, era apenas uma filosofia, onde se verificavam indústrias pequenas, indústrias leves, indústrias nocivas e, praticamente, um grande centro de

recreação dentro de um parque industrial. Evidentemente, esse estudo, dada a experiência que trazia de Aratu e dentro da problemática de Brasília, não me agradou e procurei reformulá-lo dentro da conceituação filosófica do Distrito Federal, como ele foi criado. Pequenos pólos industriais que possam desenvolver-se, e abastecer, internamente, o Distrito Federal, e, pelo seu crescimento, exportar o seu excedente para as diversas Unidades mais próximas. Não é no sentido de pequena ou média empresa, aqui no Distrito Federal, que temos uma filosofia de cercar o crescimento empresarial. Não, ele crescerá, ele poderá exportar, como já existem pequenas empresas aqui exportando toda a sua produção. Fazemos questão de salientar que permitiremos a instalação no Distrito Federal, nos nossos pólos, de qualquer indústria não poluente. O que não admitimos, nem admitiremos, é a instalação de indústrias poluentes no Distrito Federal.

O SR. PAULO GUERRA — Permito-me indagar, para concluir, antes de agradecer a atenção generosa de V. Ex^ª. Existe uma política de incentivos fiscais para a atração dessas indústrias?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Existe.

O SR. PAULO GUERRA — Quanto ao fato de Brasília não ter porto, estamos numa época em que o Presidente Geisel...

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Tem o de Aratu.

O SR. PAULO GUERRA — ... tem dado ênfase muito grande ao Setor Ferroviário — orientação, esta muito sadia — e a saída, a drenagem, dessa produção industrial poderia fazer-se, também, através dessas ferrovias.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Exato.

O SR. PAULO GUERRA — Fico inquieto com essa situação, talvez V. Ex^ª não tenha tido tempo e, se tiver, como Governador, não lhe mostrarei, porque fui Governador e sei, do Governador escondem sempre a parte negativa — mas se V. Ex^ª sair anonimamente e for às cidades satélites, V. Ex^ª ficará horrorizado do povo, de quem V. Ex^ª recebeu a honrosa e difícil tarefa de dirigir.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Quero esclarecer ao ilustre Senador que, em relação ao Estado que V. Ex^ª governou, o Distrito Federal é pequeno, só temos 5.816 Km². E conheço praticamente, palmo a palmo, todo o Distrito Federal, porque saio constantemente para verificar todas as minhas unidades, todas as minhas Áreas Civis e tenho mantido contato permanente com todo o seu povo, do mais humilde ao mais abastado. E um local muito falado, cantado e decantado, é a Ceilândia, a qual vamos oferecer praticamente toda uma infra-estrutura. Posso afirmar a V. Ex^ªs que existem, no Brasil, coisas muito piores. Comparada a outros locais que existem no Brasil, a Ceilândia é, realmente, uma cidade até bem tratada. Mas vamos, dentro de um Convênio assinado com o Banco Nacional da Habitação, promover toda a infra-estrutura para a Ceilândia. Enquanto não recebemos os recursos do BNH, não estamos de braços cruzados. Acabei de dizer, na minha exposição, que, na Ceilândia, já dispomos de 16 escolas. Contamos, ali com telefone interestadual DDD; colocamos água, que não tinha, e estamos fazendo um tanque elevado para abastecimento total da sua população, e um tanque semi-enterrado para abastecer o tanque elevado, porque só dispúnhamos de um tanque elevado que vinha direto do bombeamento para o sentido de gravidade, e não podíamos ter um controle perfeito disso. Estamos construindo o tanque semi-enterrado, com capacidade razoável para atender a toda aquela comunidade, dentro do Sistema do Rio Descoberto, e além do mais, estamos perfurando 20 poços profundos que dão, em média, uma capacidade de 30m³ por hora. Assim, sua população conta com água, telefone, escola e quanto às ruas, estamos mantendo o seu nível, em raspadagem, naturalmente ruas ainda na fase de encascalhamento.

Relativamente ao transporte industrial através da Ferrovia é viável, embora encareça um pouco, porque o ideal é a instalação de um Parque Industrial nas proximidades de toda uma infra-estrutura que permita, praticamente, a diminuição dos custos industriais produtivos, a fim de que se possa entrar na faixa competitiva do Mercado Internacional. V. Ex^o acaba de afirmar que a Ferrovia tem que ser revitalizada, e que ela está sendo revitalizada e será ainda mais revitalizada. Só tenho que parabenizar a política do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, porque fui ferroviário de 1956 a 1957, quando saí da Escola de Engenharia e lançamos e implantamos o Centro Industrial de Aratu, apoiados pelo Governo, e o Porto de Aratu, que V. Ex^o acaba de citar, para cuja aprovação tive a maior dificuldade na área federal, mexeu com o Nordeste, praticamente. O cloro lá de baixo, aquele Projeto que estava sendo desenvolvido pela Internacional e o Oswaldo Luz, detentor majoritário do Projeto, estava sendo estudado para ser exportado por ferrovia até o Porto de Aratu, e dali então seria embarcado para o exterior. É evidente, que a Ferrovia presta um papel fundamental, mas se pudéssemos aliar todas as condições, de ferrovia, porto, rodovia, aeroporto nas suas proximidades, teríamos realmente um parque em condições ideais de produção com custos reduzidos. Poderíamos realmente, competir no mercado competitivo internacional e, diga-se de passagem, com equipamento altamente sofisticado, eliminando praticamente aquilo com que lutamos muito no Nordeste, a mão-de-obra ociosa.

O SR. PAULO GUERRA — Muito obrigado a V. Ex^o Peço desculpas a V. Ex^o, mas V. Ex^o sabe perfeitamente que nós, políticos, somos como treinadores de time de futebol: o time nunca joga bem. Embora V. Ex^o esteja administrando bem, nós queremos mais alguma coisa. E por isso vou fazer a última pergunta a V. Ex^o: Qual a orientação e profissionalização da Secretaria entregue ao eminente Embaixador Murtinho, nas Cidades Satélites, no sentido de melhorar ou de absorver a grande quantidade de mão-de-obra sem capacitação nenhuma, existente? Sabemos que o grande drama das Cidades Satélites é a falta de habilitação profissional dos homens que ali residem, porque se V. Ex^o precisar de dois mil serventes e pedreiros e colocar um anúncio, encontrará cinco mil, mas não mão-de-obra qualificada. E para a tranquilidade deste treinador de futebol que está tão intermitente com V. Ex^o, vou encerrar com essa pergunta.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Peço desculpas para dar um exemplo na faixa profissionalizante. Na Bahia, a parte de pedreiro e servente é feita através da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social. E quero informar ao ilustre Senador que, há dez dias, inaugurei uma escola profissionalizante em Taguatinga, com equipamento altamente sofisticado, na parte de Topografia, melhor do que o Gabinete de Topografia de que me utilizava quando era estudante de Engenharia.

Ja estamos, realmente, atacando esse prisma da profissionalização em termos de nível médio, para servir de apoio à classe universitária. Vou pedir ao nosso ilustre Secretário de Educação e Cultura, que complemente a minha resposta.

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na realidade, a parte que toca à Secretaria de Educação e Cultura é a de profissionalização de 2º grau. A outra é tratada pela Secretaria de Serviços Sociais, que habilita, em nível do operariado, a profissionalização e o seu aperfeiçoamento. Em relação à parte que toca à minha Secretaria, posso dizer que a reforma educacional implantada no 2º grau está plenamente em vigência. Abrimos, em todas as nossas cidades satélites, uma grande variedade, quer no Setor Terciário, que no Setor Secundário, de novas profissões. As profissões ligadas à Construção Civil têm um desenvolvimento no nosso ensino secundário ímpar, no resto do País, se attentarmos à proporção de número de alunos. O Governador, com muita razão, lembrou a inauguração que acaba de fazer de um conjunto de salas profissionalizantes em Taguatinga, onde temos facilidade de Eletrotécnica de um lado, de Mecânica do outro e, finalmente, de toda a parte ligada à Construção Civil. Não só esses

alunos se profissionalizam, como já estão na força de trabalho, ou seja, na realidade, eles já estão em fase de estagiário, completando os seus estudos secundários, com uma formação técnica, e, finalmente, terão um diploma que comprovará sua capacitação.

Era o que tinha que esclarecer, Sr. Senador.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Governador, V. Ex^o me perdoe. Há um adágio, no Nordeste, que diz que Deus deu dois castigos à Humanidade: à mulher, a feitura; e, ao homem, a burrice. E eu estou neste segundo caso. (Risos.) Porque a minha pergunta, salvo engano, não está dirigida nesse caso, ao eminente Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Exato. Eu iria complementar com as respostas dos meus Secretários. Exatamente, esperava que o Secretário da Educação e Cultura concluiria a parte dele, para que eu pedisse ao Marivaldo Tapioca, da Secretaria de Serviços Sociais, que esclarecesse ao ilustre Senador o que estámos fazendo na parte de profissionalização.

O SR. MARIVALDO PEREIRA TAPIOCA — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Secretaria de Serviços Sociais atende, pelas suas características próprias, à classe menos favorecida, consequentemente, aos jovens de menor nível de escolaridade. Ela iniciou, neste ano, e está em pleno funcionamento, como experiência, e creio que os resultados serão muito bons, diversos cursos de profissionalização de menores, cursos de auxiliar de escritório, curso de Eletrônica, Eletricidade, Carpintaria, Tipografia. Esses cursos estão em pleno funcionamento, atendendo a 80 crianças, e esperamos, temos projetos de, para o ano vindouro, ter esses cursos bastante ampliados, porque dependemos, acima de tudo, de um mercado de trabalho, para não profissionalizar um menor que fique depois sem aplicação da sua especialidade. São essas as explicações que poderia oferecer a V. Ex^o, não sei se satisfazem.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Senador, agora vou complementar no tocante ao que V. Ex^o se refere, da profissionalização do pedreiro, do servente, do mestre-de-obras.

O SR. PAULO GUERRA — Não, V. Ex^o me perdoe, primeiro, que eu, honrado com a resposta, não estou satisfeito. Perdoe-me dizer aqui, quebrando a grandeza deste ambiente e deste debate, que não estou satisfeito, embora reconheça que o Governo do Distrito Federal está atento a um dos mais cruciantes problemas do País que é o do menor abandonado. O número de 80 menores que estão sendo recuperados através da Secretaria, para mim, é relativamente insignificante, porque qualquer colégio religioso tem esse número e até maior, aqui no Distrito Federal. Refiro-me à profissionalização do pedreiro, do carpinteiro, do mecânico, do adulto, enfim porque este é o grande peso morto que se encontra concentrado aqui no Distrito Federal e constitui uma das grandes dificuldades do grande Governo que V. Ex^o está realizando.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Senador Paulo Guerra, quero acabar de complementar a resposta do meu Secretário. Evidentemente, pedi ao Secretário de Educação e Cultura que informasse sobre todos os passos dados pelo nosso governo, desde o primeiro, porque nós começamos uma casa, um prédio, pelos alicerces, e não pelo telhado. Impõe-se a profissionalização do adulto, porque, na realidade, ele não teve uma educação profissional na infância. Assim, por via de consequência, a diretriz a que obedece a Secretaria de Educação e Cultura visa à profissionalização do menor.

Ao Secretário de Serviços Sociais solicitei, igualmente, uma exposição do que se vem fazendo em sua área, em prol do menor abandonado.

Peço ao ilustre Senador — que já foi Governador — que tenha paciência com os jovens, com Brasília, porque ela é uma Cidade de apenas quinze anos. Já tive ocasião de informar que tudo está por

fazer. É o maior centro, praticamente, depois de São Paulo, de Construção Civil, no Brasil, e o pessoal que aqui aflui já vem com sua especialização. Tanto o é que as obras de Brasília se caracterizam pelo primor de seus acabamentos. E V. Ex^t sabe que, em Construção Civil, o primordial, o principal, para tudo, é a carpintaria. Temos, em Brasília, excelentes carpinteiros e não menos excelentes mestres-de-obra, e já estamos assistindo à imigração de mão-de-obra especializada, na parte de Construção Civil, de São Paulo para Brasília, dado o grande volume de construções que se verifica em nossa região.

Entretanto, a profissionalização dessa parte adulta de pedreiros, serventes, processa-se também, como ajuda, através do célebre SENAI, como acontece em todos os Estados brasileiros.

O SR. PAULO GUERRA — Obrigado a V. Ex^t. Serei paciente e a minha impaciência é pelo desejo de vê-lo cada vez mais campeão. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Governador, estamos assistindo a um debate que considero de alto teor democrático. Quero, sobretudo, homenagear V. Ex^t, pela disposição de comparecer ao Senado e se submeter a este debate, onde a palavra da Oposição e da Situação se fazem ouvir, porfiando, no desejo de fazer com que V. Ex^t revele, mais e mais, a eficiência desse trabalho, que a opinião pública toda lhe reconhece, à frente do Governo do Distrito Federal.

Uma observação de ordem teórica, para definir uma posição de política no sentido alto. O Governador Paulo Guerra disse que V. Ex^t precisava, realmente, andar anonimamente pelas Regiões Administrativas, para sentir, mais de perto, a vida e o sofrimento do pessoal que habita essas Regiões.

V. Ex^t tem sensibilidade, está preocupado com problemas de escolas, de hospitais e de transporte, mas aí é que entra um aspecto de natureza política, que me preocupa. Brasília tem setecentos mil habitantes e é preciso que as Lideranças políticas deste País pensem em dar voz política a essa gente. Por este motivo, defendendo a tese de que, nas Regiões Administrativas, se deveriam criar Conselhos Administrativos, onde o povo pudesse ter voz e cooperar mais diretamente no processo administrativo. E, politicamente, o Distrito Federal, quebrando um processo clássico de doutrina política, deveria eleger três Senadores, para integrar a Comissão do Distrito Federal e o Senado, dando mais eficiência e autenticidade a essa participação política.

Esta, porém, Sr. Governador, é uma posição doutrinária, que não vai ser objeto da nossa discussão. Permito-me solicitar a V. Ex^t que me revele a impertinência. Na falta dos Conselhos Administrativos e da Voz lá do seio do povo, arvoro-me, aqui, a interpretar alguns aspectos inconvenientes, mas sei que V. Ex^t pode dar as explicações mais claras a este Plenário e à opinião pública de Brasília.

Elaborei três perguntas, estão escritas nesta folha, que passo às mãos de V. Ex^t a fim de economizar o tempo que gastou, em prolixidade neste intrôito.

Peço a V. Ex^t que me releve, são perguntas que, possivelmente, podem apresentar algo de incômodo, mas são úteis à sua Administração e à nossa função no Senado, de acompanhar, fiscalizar e colaborar com o Governo de Brasília.

As perguntas que faço a S. Ex^t são as seguintes:

1º — Sendo o Distrito Federal, sede da Capital da União, região, portanto por leis federais, por que a Secretaria de Agricultura e Produção adquiriu noventa e três tratores sem licitação, a admitir-se a notícia que a Imprensa publicou sobre este assunto?

2º — Por que a SAB, em toda a sua existência, só deu prejuízo e o que o Governo de V. Ex^t pensa fazer para viabilizar essa Empresa sob os pontos de vista de serviço e financeiro, tendo em vista ser comum afirmar-se — e eu tenho essa experiência em minha área — que todas as CEASAs que fazem parte do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento são deficitárias?

3º — Qual a situação da CENABRA, sob os pontos de vista de serviço e financeiro?

Como vê V. Ex^t, estou falando em nome dos cidadãos e da opinião pública e agradecendo, antecipadamente — porque sei que V. Ex^t, na grandeza da sua Administração, tem resposta para estas perguntas — presto homenagem ao reconhecimento da correção e eficiência de sua Administração.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Presidente, este problema dos tratores, inclusive, já foi debatido nesta Comissão, na Comissão de Agricultura, com o Secretário de Agricultura e Produção, mas atenderei à solicitação do nobre Representante do Amazonas.

Na minha Administração, eu comandava e conhecia todos os problemas, mas vou deixar para o meu Secretário de Agricultura e Produção os esclarecimentos sobre o tema.

Não se desconhece que a SAB implantada no início de Brasília, e havia necessidade da sua implantação, para suprir a parte de alimentação daqueles que aqui acorressem, no sentido de consolidar a Capital. Quando assumimos a Administração, encontramo-la com um capital de Cr\$ 15.000.000,00 e um prejuízo de Cr\$ 18.000.000,00.

A CEASA e a CENABRA — realmente, todas no Brasil, exceto São Paulo, que é um caso à parte — deram prejuízo. Quero esclarecer ao ilustre Senador que a nossa CEASA de Brasília foi a única que equilibrou a despesa com a receita, o que constitui algo meritório para o nosso Distrito Federal.

Peço permissão a V. Ex^t, Sr. Presidente, para passar a palavra ao meu Secretário de Agricultura e Produção, Dr. Pedro do Carmo Dantas.

O SR. PEDRO DO CARMO DANTAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a devida vénia de V. Ex^ts, gostaria de, em analisando a pergunta do nobre Senador José Lindoso, esclarecer o porquê, a razão, que levou a Secretaria de Agricultura e Produção a adquirir noventa e três máquinas novas para atender ao turfeira do Distrito Federal e também da Região Geoeconómica.

Ao assumirmos a Secretaria da Agricultura e Produção, encontramos um Serviço de Mecanização Agrícola com oitenta e seis máquinas compradas em 1968, das quais trinta e cinco tratores de esteira, da marca Caterpillar, dois da Fiat e um da International; e, das marcas de pneus, tínhamos cinqüenta dos tratores CBT, dez da marca Ford e algumas sucatas da marca Dodge.

Sobre o assunto, há uma exposição do executor do Convênio Mecanização Agrícola, onde o mesmo justificava não só a necessidade da aquisição de novas máquinas, mas a padronização dessas mesmas máquinas, e seria, de nossa parte, até mesmo incoerência, empreender uma licitação que eu poderia, nesta oportunidade, dizer, de "cartas marcadas". Tivemos a coragem — podemos assim afirmar de, baseados em lei, e com o imprescindível esclarecimento prestado a S. Ex^t o Sr. Governador, e ainda escudados em parecer da Procuradoria Jurídica do Distrito Federal, amparar a aquisição de todas as máquinas a que procedeu a Secretaria de Agricultura e Produção, consoante as normas que a lei assim define. Seria incoerência se fizéssemos uma licitação para compra de máquinas, quando, na realidade, temos uma oficina especializada Caterpillar, um almoxarifado Caterpillar e 95% de máquinas Caterpillar, e se desse oportunidade de se fazer uma reciclagem de material humano especializado para uma nova marca, um novo almoxarifado. Seria, dessarte, um novo pessoal para atuar com outras marcas. O nobre Senador sabe que toda máquina requer uma técnica especializada para sua manutenção e operação e isto foi feito, porque o que mais nos preocupa é o amanhã, e, quanto ao presente, temos a subida honra de estar, perante este Plenário, prestando todos os esclarecimentos sobre os problemas que nos estão afetos. E pretendemos fazê-lo também amanhã, se se fizer necessário. Queremos deixar patenteada, ainda uma vez, a seriedade com que o Governo do Distrito Federal agiu na aquisição dessas máquinas, embora sem efetuar a licitação.

Antes de passar às mãos de V. Ex^t, Sr. Presidente, cópia do respetivo processo, na íntegra, permita-me ler uma decisão do Órgão fiscalizador do Distrito Federal, que comunga com a forma adotada, na aquisição dos tratores, pelo Governo do Distrito Federal.

Diz o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

"O Tribunal tomou conhecimento e determina a baixa do processo à Inspetoria Geral, para as anotações devidas."

É o Órgão que fiscaliza os atos do Governo do Distrito Federal, que se pronuncia a respeito da aquisição dos tratores, demonstrando, uma vez mais, a lisura, a maneira justa, com que agiu a Administração Elmo Serejo Farias na aquisição dessas máquinas para o pôbre rurícola do Distrito Federal.

Agradeço, sensibilizado, estas palavras do nobre Senador Paulo Guerra "Da mesma maneira e pelas mesmas razões, acaba de proceder o atual e honroso Governo de Pernambuco."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Concedo a palavra ao Senador José Lindoso

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, realmente, o processo que está sendo encaminhado a V. Ex^t deve ficar na Comissão do Distrito Federal. Como suplente e exercendo assim a função de participante dos debates, eu desejaria que me fosse deferida a possibilidade de exame desse processo, sem que isso importasse absolutamente dúvidas nos esclarecimentos.

Não sou um fetichista do problema do preço menor. Recentemente, no Congresso Nacional, no Senado, apresentei projetos de lei, que já passou na Comissão de Constituição e Justiça, encontrando-se com o Senador Jarbas Passarinho, na Comissão de Economia, segundo o qual se cria uma condição nova no problema da compra de material para o Governo, no processo de licitação, ou seja, o da certificação de qualidades. O preço menor, muitas vezes, constitui uma frustração dos intentos do administrador e, freqüentemente, representa uma fraude ao interesse coletivo. O que teremos que fazer é buscar sempre o preço racional, razoável, baseando-se na qualidade daquilo que estamos comprando para servir ao povo. O fetichismo do preço menor tem sido uma fonte de deturpação do interesse da Administração e de prejuízo coletivo. Não reclamo, absolutamente, uma posição de preços menores. A lei, realmente, estabelece processos para a qualificação de preços, na busca de melhor servir a Administração. O que desejo com a pergunta, que sei incomoda, mas tenho também a consciência de sustentá-la diante deste Auditório, é dar oportunidade ao Governo de esclarecer a sua conduta e de eu me convencer, amplamente, daquilo que já tenho pela suposição correta de uma conduta honrada de um Governo, de me convencer pessoalmente — repito — com todos os argumentos e as provas, senão da grandeza, da correção absoluta do procedimento, com relação ao assunto.

O SR. PEDRO DO CARMO DANTAS — Sr. Senador José Lindoso, no que diz respeito à SAB, pedimos, mais uma vez, a complacência de V. Ex^t. Sabe V. Ex^t que a SAB foi criada em 1960, e para se justificar a razão pela qual sempre se apresentou deficitária, faz-se necessário um pequeno histórico. Poderia dizer, para não ser tão longo, que o grande mal da Sociedade de Abastecimento de Brasília, em termos de prejuízo — se bem que, em certa época, mesmo com prejuízo, trouxe um grande benefício ao Distrito Federal, em particular a Brasília — sempre foi justificado e continua ainda sendo e isto pela maneira por que se constituem.

Em 1974, apesar dos esforços da Secretaria de Agricultura e Produção dos Diretores da SAB e do apoio maciço de S. Ex^t o Sr. Governador, não conseguimos arrancá-la da sua posição deficitária. Isto tem ocorrido, infelizmente, dada a maneira, repito, pela qual a SAB se constituiu. Ela foi uma empresa praticamente constituída de patrimônio imobiliário, e talvez, tempos atrás, poderia fazer concorrência até a própria TERRACAP. Tinha tantos imóveis, que, em vez

de desempenhar sua função de abastecimento, procurava assegurar um grande patrimônio. Ela nasceu com um patrimônio imobiliário tão grande, que esqueceram da sua finalidade precípua. Basta dizer a V. Ex^t que o capital integralizado, em espécie, de um capital de Cr\$ 15.000.000,00, não ultrapassou dos Cr\$ 4.000.000,00. O mais fora na base de terrenos, de imóveis. Esta circunstância dificultou a SAB, na sua trajetória, porque, sem capital de giro, dentro da sua atividade, não poderia resistir à competição, inclusive das congêneres. Saliente-se que o Governo não a tem para competir, mas para servir de mediadora do mercado.

Para que V. Ex^ts possam ter uma idéia real do que era a SAB, razão por que ainda não temos muita coisa a lhes oferecer, apenas algum trabalho realizado, basta dizer que, em junho de 1974, com um capital social de Cr\$ 15.000.000,00, recebemos uma empresa com um passivo de Cr\$ 36.291.726,00 e um disponível Cr\$ 22.000.000,00.

Este era o quadro real da SAB: 1) débito por empréstimos bancários superior ao capital social — devíamos Cr\$ 16.500.000,00; 2) débitos em atraso, junto ao INPS: Cr\$ 1.254.000,00; 3) débitos com o IPTU: Cr\$ 1.600.000,00; 4) débitos com o Fisco do Distrito Federal: Cr\$ 1.662.000,00; 5) débitos junto aos fornecedores: Cr\$ 12.000.000,00; 6) despesas de operações bancárias: Cr\$ 3.000.000,00.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, permitam-me repetir palavras que ouvi, proferidas pelo Dr. Elmo Serejo Farias, antes de ser o nosso Governador, ao então Prefeito da Capital de Salvador, "Prefeito, eu quero um crédito de confiança". E, eu, ao assumir a Secretaria de Agricultura e Produção, quando a opinião geral era a de que a SAB devia ser fechada, pedi, também, ao Governador: "Governador, eu quero um crédito de confiança, acredito na recuperação da SAB, acredito que, no seu Governo, nós recuperaremos a SAB".

Hoje, tenho a felicidade de dizer a V. Ex^ts, Srs. Senadores, que se ainda não estamos em uma situação boa, acreditamos encontrarmo-nos numa situação melhor. Nada devemos a fornecedores, dentro do critério comercial de duplicatas vencidas; dívidas as possuímos, mas não como anteriormente, porque, numa atividade comercial, compramos a prazo, e, quem compra a prazo, sempre tem a obrigação do ônus. Da dívida de Cr\$ 16.500.000,00 ao Banco Regional de Brasília, restam tão-somente Cr\$ 10.000.000,00, redução bem substancial. Deixamos de pagar os Cr\$ 400.000,00 de juros por dia, porque fizemos uma modalidade de empréstimo, pelo qual mortizamos o capital, o empréstimo e os próprios juros. Acreditamos que, dentro de 30 meses, este empréstimo esteja completamente amortizado.

Confiamos, Srs. Senadores, em que, em 1976, V. Ex^ts receberão o balanço da SAB sem aquela rubrica negativa, tão conhecida, do deficit, e não acusando lucro, evidentemente, porque a SAB, dentro da filosofia do Governo, não pretende obtê-lo. A SAB almeja, sim, proteger o habitante, o povo do Distrito Federal, servindo de reguladora de preços perante as empresas que atuam no setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente ou felizmente, é da única coisa que eu posso prestar contas, perante V. Ex^ts, em nome do Governo do Distrito Federal, ou seja, o quadro que temos, atualmente, na Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, eu gostaria de observar o seguinte: visito os mercados ou os estabelecimentos da SAB e verifico e comparo, realmente, a posição SAB, COBAL e mercado e supermercados, mercados comuns e particulares. O problema de serviço, de qualidade, de prestação de consumidor, precisava, realmente, esse esforço, que S. Ex^t revela estar desenvolvendo. E o problema, naturalmente, do aspecto menos animador no processamento dos trabalhos da Sociedade de Abastecimento de Brasília, estaria, talvez, vinculado a outro, o da imagem, de dificuldades financeiras. Faço votos para que o desate da questão seja favorável às intenções de que S. Ex^t se acha imbuído, embora eu esteja observando que há um paralelismo de ação entre a ação do Governo Federal e a do Governo do Distrito Federal. Mas estamos, assim, em busca

de um Órgão que seja um regulador de preço, o que é importantíssimo. Teremos de nossa parte, como elemento assim participante, pela função de Senador, nos negócios do Distrito Federal, de também, com o Governador, subscrever esse aval de confiança àquele que concedeu a S. Ex^t.

O SR. PEDRO CARMO DANTAS — Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, concluindo, aditaria uma observação, *en passant*: S. Ex^t o Senador Agenor Maria fala muito em fome, nos discursos que profere no Senado, e, então, eu me preocupei deveras com esse problema. (Risos.)

O SR. PEDRO DO CARMO DANTAS — Sendo a CEASA também um órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Produção ao assumirmos esta Pasta, procuramos, da mesma forma, aperceber-nos de toda a problemática daquela época, chamada CENABRA, hoje CEASA, do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento. Havia, de fato, esta aberração no País: a existência de uma CENABRA, quando todas as outras integravam o Sistema CEASA, consoante o respectivo Estado. Nossa primeira preocupação foi somar esforços, que é da diretriz do Sr. Governador. Procuramos integrar-nos, até mesmo na sigla, no Complexo Nacional. E, imediatamente, tomamos as providências para que a CENABRA fosse transformada em CEASA, hoje CEASA—DF.

O Sistema foi criado, indiscutivelmente — nós todos o sabemos, principalmente V. Ex^ts — com uma previsão deficitária de, no mínimo, quatro anos. E não poderia ser de outra forma, embora, àquela época, estranhássemos que o mesmo estivesse acontecendo com a CEASA—DF; se estávamos no mesmo barco, também estávamos deficitários.

Dentro, porém, da filosofia traçada pelo Sr. Governador, procuramos agilizar determinados pontos que, ao nosso ver, eram vitais. Comungando com a COBAL — que é o representante do Ministério da Agricultura — entrelaçamos os nossos pensamentos, e tenho a vaidade, Sr. Senador, de dizer a V. Ex^t que, graças a Deus, em setembro de 1975, do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, era a única CEASA do Brasil com receita maior que a despesa.

Este fato auspiciosíssimo foi fruto, indiscutivelmente, de um esforço conjugado Ministério da Agricultura — Governo do Distrito Federal, sem taxar exorbitâncias ao produtor, mas, sim, contendo despesas, equilibrando, sanando dificuldades, principalmente esta que, agora, tenho a satisfação de revelar perante V. Ex^ts, a de que, por determinação de S. Ex^t o Sr. Governador, CEASA — DF, no próximo mês de dezembro, inaugurará o seu mercado, a nível de varejista, para o produtor. Mais uma vitória alcançada pela CEASA—DF; mais um benefício levado ao produtor rural; mais uma garantia ao abastecimento do Distrito Federal, e, em particular, ao consumidor da Capital da República.

St. Presidente e Srs. Senadores, esta é, indiscutivelmente, uma vaidade nossa. Todos nós somos vaidosos. E eu me sinto vaidoso, em nome do Governo, em dizer a V. Ex^ts que a CEASA—DF, hoje, está rigorosamente em dia, equilibrada, inclusive, amortizando o empréstimo do BNDE, coisa que, até o momento, ninguém conseguiu fazer com os próprios recursos. O que se vem observando sempre através dos Estados que são feitos esses pagamentos.

Não sei se fui feliz nas minhas explicações, mas, se não o fui, queriam V. Ex^ts me perdoar, porque, infelizmente, nem sempre temos a capacidade de convencer.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, permito-me agradecer ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário, pelos esclarecimentos. Nada mais tenho que indagar.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Com a palavra o Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Governador Elmo Serejo Farias, devo-lhe, inicialmente, uma palavra de agradecimento, pela

generosa lembrança com que V. Ex^t se referiu à colaboração que a Comissão do Distrito Federal, quando sob minha Presidência, emprestou a seu Governo, porque, para honra minha, o foi — e permita dizer — desde o primeiro minuto, desde que antes V. Ex^t assumisse o exercício das funções que tanto honra presentemente.

Essa colaboração, ontem como hoje, estou certo, reconhecida por V. Ex^t, sob a Presidência do nobre Senador Heitor Dias, é bem um reflexo da consciência do Senado, do cumprimento de suas obrigações constitucionais, como Casa Legislativa, que teve o privilégio de receber, na Constituição, a atribuição de legislar e fiscalizar a execução orçamentária do Distrito Federal.

Quando V. Ex^t veio a primeira vez a esta Casa, disse, com uma humildade que me impressionou:

“Não lhes trago um programa de Governo, porque não o poderia ter. Vim, inicialmente, para conhecer Brasília e, portanto, poder concluir de minhas obrigações como Governador.”

Um ano depois, compareceu V. Ex^t a esta Comissão e, com a mesma humildade que exalta os homens públicos que o sabem ser, diz a Brasília e à Nação:

“Aqui tenho um programa de Governo.”

Bem representa, em realidade, o fruto do trabalho e da análise de um governante que sintetiza sua ação, dizendo: “Aqui tenho o planejamento para a execução de minha Administração em Brasília”.

As perguntas aqui feitas foram mais dirigidas no sentido de esclarecer particularidades do que propriamente indagar das diretrizes gerais de ação de V. Ex^t. E, por isso mesmo, dado o adiantado da hora, quero, louvando a ação de V. Ex^t — colocada à altura do que Brasília exige de todos os brasileiros, V. Ex^t que se referiu a tudo que é concernente ao interesse do povo de Brasília, e que teve uma resposta, pronta e clara, para cada pergunta feita — permita-me transmitir uma pergunta que acorre a todo o turista que chega a esta Capital, a todo o habitante de Brasília que passa pelo Eixo Monumental. Brasília, na sua grandeza, não admite obras inacabadas, e, por isso mesmo, aqui está a pergunta a V. Ex^t, que já anunciou, para satisfação nossa, a próxima conclusão do Teatro Nacional:

“Qual a diretriz do Governo, com relação ao chamado Centro Cultural e ao Estádio de Brasília, obras que V. Ex^t recebeu inacabadas, e, certamente, deverão merecer uma decisão, por quanto pudesse ser elas mesmo fruto de imprevidência ou da improvisação, não podem contaminar o ambiente, sempre grandioso, da Capital do País?”

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Presidente, de início, quero agradecer as palavras do Sr. Senador Cattete Pinheiro.

Encontramos, realmente, algumas obras paradas no Distrito Federal. A exemplo, a Ponte Costa e Silva, que estava aí a desafiar a sua continuidade, à sua conclusão e o Teatro Nacional.

Quanto à Ponte Costa e Silva, foi possível fazer toda a sua recuperação, através de contratação, com o escritório Figueiredo Ferraz, de São Paulo, e Sigmundo Golombek na parte de assessoria de fundações. Trabalhamos todo o ano de 1974 em baixo d'água, numa profundidade mínima de 12 metros, recuperando-lhe a fundação, e, hoje, tenho a satisfação de ver praticamente toda a estrutura concluída, inclusive a sua infra-estrutura de ligação bem adiantada.

O Teatro Nacional, também, seria uma prioridade inicial, mas não foi possível iniciar por falta de projeto.

Piscina olímpica e coberta. Estas duas grandes obras que tive a oportunidade de mostrar aos Srs. Senadores, encontramos contratadas no início, principalmente a piscina olímpica, que estava em fase de escavação, e como não havia nenhum problema administrativo, temos a satisfação de comunicar que ela já se encontra praticamente concluída, devendo o Governo, no próximo exercício, entregar a uso e gozo do público.

Espaço Cultural e Estádio de Futebol. Duas obras, principalmente o Estádio, importantes para o lazer da comunidade, para aqueles que são afeiçoados ao esporte, ao futebol. Tivemos, evidentemente, de parar as obras, tanto do Espaço Cultural como a do Estádio, para um levantamento de toda a esquematização dos processos que levaram à sua implantação. Foi um trabalho exaustivo, principalmente do Estádio de Futebol, a cargo da firma ENGERAL, um trabalho muito grande para a executora da obra, a NOVACAP, com recursos do Governo Federal. Esse levantamento foi feito pela nossa Procuradoria, e não nos foi possível dar início à obra, pelas complicações administrativas. Ela, inicialmente contratada por Cr\$ 6.500.000,00 ou Cr\$ 7.000.000,00 já estava em Cr\$ 48.000.000,00, aproximadamente, sem nenhum processo de licitação regular, contrariando todos os princípios fundamentais do Decreto-lei nº 200, de 1967.

O Espaço Cultural seguiu o mesmo caminho, entretanto, não é do nosso pensamento deixar obras paradas em Brasília, e já solicitei à minha Procuradoria para que providencie uma vistoria ~~ad perpetuam rellmemoriam~~, a fim de que eu, em definindo o estágio em que se encontram as obras, encontre a possibilidade de, através de uma demanda com as empreiteiras ou um acordo amigável, concluir um dos três módulos do Estádio de Futebol, e dar uma forma de acabamento aos outros dois, porque, na realidade, não vejo necessidade de um estádio de futebol de três módulos. A meu ver, um módulo é suficiente para atender às necessidades das autoridades do Distrito Federal.

Quanto ao Espaço Cultural, não posso asfíamar aos Senhores que vou dar uma prioridade absoluta à sua conclusão, que custaria ao Governo do Distrito Federal, hoje, Cr\$ 200.000.000,00. Já foram consumidos Cr\$ 73.000.000,00, aproximadamente, e ainda, para concluir-la, demandaria mais de Cr\$ 200.000.000,00 porque se constitui de cinco anfiteatros. Na realidade, deveria ficar pronto apenas um anfiteatro, e os quatro outros seriam deixados no arcoabouço. Depois da vistoria a que me referi, vou apenas concluir a cobertura do Espaço Cultural e levar a obra não sob prioridade absoluta, para terminá-la em um ou dois anos, mas à medida das nossas disponibilidades orçamentárias, porque se hoje eu tivesse Cr\$ 200.000.000,00 já os teria entregue ao Dr. Paulo Rios, Presidente da Fundação Hospitalar, para que me providenciasse, de imediato, o equilíbrio do problema de Saúde do Distrito Federal. Para esse estamos, realmente, tomando Cr\$ 200.000.000,00 para aplicar no período de 1976 a 1978. Assim, as obras do Espaço Cultural e as do Estádio de Futebol estão, única e exclusivamente, na dependência dessa vistoria para que eu possa retomar a conclusão do Estádio e a continuidade do Espaço Cultural. Se os recursos forem suficientes, possivelmente não terminarei o meu período de Governo sem a conclusão das obras referidas.

São estas as informações que tenho a satisfação de prestar ao ilustre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Com a palavra o Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Sr. Governador, serei breve. Todavia, impõe-se-me falar a V. Exº, talvez sob três condições, de que se reveste o meu mandato de Senador.

Na primeira delas, no exercício da Liderança do meu Partido. Neste instante, quero felicitar V. Exº pela exposição e pelos debates que acaba de travar com os Senadores de ambos os Partidos. E, ao felicitar V. Exº, felicito a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, que sustenta o Governo Geisel no seu aspecto político. A vinda de V. Exº e a sua exposição nos debates provam, cabalmente, que andou bem a Aliança Renovadora Nacional quando aprovou o nome de V. Exº para Governador do Distrito Federal, porque relativamente desconhecido da grande população brasiliense, a escolha de V. Exº de certa forma até causara algum impacto. Felizes esta-

mos porque andou certa a Comissão, porque agora, face às obras realizadas por seu Governo, face à sua exposição, V. Exº já se consagrou perante a opinião pública, opinião pública não só de Brasília mas do Brasil, como um grande administrador, como um grande homem público.

Na segunda condição, como membro da Comissão do Distrito Federal, Sr. Governador, impõe-se-me fazer a V. Exº, face ao adiantado da hora, pelo menos uma pergunta.

V. Exº anunciou obras de infra-estrutura de grande porte em Ceilândia; a Imprensa noticia que o Governo de V. Exº tem Programa Habitacional agressivo para realizar na Ceilândia; li, nos jornais, há algum tempo, que uma empresa brasiliense, fabricante de casas pré-moldadas ou casas usinadas, não sei bem qual a denominação, instalou, na Ceilândia, um protótipo, e, em colaboração com a Secretaria de Serviços Sociais, fez uma pesquisa, de profundidade, junto aos habitantes, e teria colhido, segundo o noticiário da Imprensa, a opinião de todos os moradores daquela localidade, 99% de seus habitantes optaram por aquele tipo de casa, face ao seu baixo custo e à rapidez com que essa construção seria realizada. Há dias, recebi, no meu gabinete, convite formulado por uma empresa também de construção, aí não de casas usinadas, mas de casas pré-moldadas, convidando-me para assistir ao lançamento do protótipo dessas casas, na mesma Ceilândia, com a presença, inclusive, do Ministro Rangel Reis. Paralelamente a isso, leio, nos jornais, a afirmação, não sei até que ponto oficial, de que se construirão, na Ceilândia, casas do tipo pré-fabricado.

Pretende o Governo de V. Exº construir, na Ceilândia ou em qualquer outra área, casas pré-fabricadas, e, no caso de ter decidido pelo sim, se atentou para o aspecto de que uma coisa é casa pré-fabricada em Brasília, que rende ICM, mão-de-obra, e outra coisa é casa pré-fabricada em outro Estado da Federação, que não rende ICM, não rende mão-de-obra para Brasília?

Esta é a pergunta que formulo a V. Exº, como membro da Comissão do Distrito Federal.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Realmente, ilustre Senador, quero, em princípio, em agradecendo as palavras de V. Exº, informar que o nosso Programa para a Ceilândia é audacioso.

Temos verificado em algumas empresas, aqui, em Brasília, pelo menos duas, a Rabelo e outra no Gama, protótipos de casas pré-fabricadas; e, recentemente, recebemos, como doação à Secretaria de Serviços Sociais, duas unidades pré-fabricadas, em fibra de madeira não combustível, que estão lá em visitação, com aceitação razoável pelo público da Ceilândia; e uma empresa do Rio Grande do Sul.

Nós podemos, ou não, construir casas pré-fabricadas. Isso vai ficar na dependência, única e exclusivamente, de a casa pré-fabricada poder entrar na faixa de competição com a casa tradicional, porque, na realidade, de todos os protótipos dessas casas pré-fabricadas que tenho visto em Brasília, ou no Brasil, verifiquei seus preços, que ultrapassam os das casas tradicionais, e com as desvantagens para aqueles que desejam o aproveitamento da mão-de-obra ociosa. Na construção dessas casas, utiliza-se o mínimo de pessoal, são montadas em três ou quatro dias, mas o preço é superior ao das casas tradicionais. Entretanto, vamos examinar essa problemática com todo o cuidado, colocar em licitação, porque todos os nossos Projetos de Habitação são feitos pela SHIS, através do BNH. Nossa Projeto de Implantação de Unidades, no próximo exercício, prevê a construção de cerca de dez mil residências. Se pudermos avançar mais um pouco, dependendo do Planejamento de novas áreas, avançaremos, colocaremos em licitação os dois tipos, para uma análise, um estudo, no sentido de verificar qual a de menor custo, atendendo-se, assim, melhor, à comunidade de baixa renda.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Exº.

A pergunta seguinte, a última, formulo-a na condição de representante do Estado de Goiás.

Graças ao esforço de V. Exº, definiu-se a Área Geoeconômica do Distrito Federal, abrangendo, como era óbvio, uma grande parte

do território goiano. Isso ensejou e enseja que o Governo de V. Ex^º realize inúmeras atividades em território goiano, objetivando criar uma estrutura, sobretudo de abastecimento para Brasília, de gêneros de primeira necessidade.

Tem o Governo do Estado de Goiás mantido com V. Ex^º permanente contato, visando ajustar a ação daquele Governo ao seu, na Área Geoeconómica? E em caso positivo, têm esses contatos sido satisfatórios ao Governo do Distrito Federal, têm dado algum resultado prático? E, em caso contrário, não seria importante que aquela Unidade da Federação mantivesse íntimo contato com o seu Governo, no sentido de obviar e adequar a programação do Distrito Federal com relação ao Estado de Goiás?

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Realmente, ilustre Senador Osires Teixeira, os contatos dos Governadores dos Estados, situados proximamente ao Distrito Federal, são muito importantes para o meu Governo. Os contatos com o Governo do Estado de Goiás, na Área Geoeconómica, têm sido feitos por intermédio do nosso Secretário de Agricultura e Produção, embora o Governo do Distrito Federal, através do seu Departamento de Estradas de Rodagem, venha atendendo, por determinação do Governo, a uma gama muito grande de Municípios das áreas circunvizinhas ao Distrito Federal, no que se refere à melhoria de estradas e bueiros, para que possamos ter, digamos, a fluidez permanente dos produtos daquelas regiões para o abastecimento do Distrito Federal. Isto por conta e risco do Governo do Distrito Federal.

Os entendimentos na Área Geoeconómica, porém, têm-se processado através do nosso Secretário de Agricultura e Produção, esperando possamos entrelaçar-nos cada vez mais, no sentido de propiciar ao Distrito Federal melhor nível de abastecimento na Região Geoeconómica.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o último debatedor, o Senador Adalberto Senna.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Governador, Srs. Auxiliares de S. Ex^º, na qualidade de Vice-Presidente desta Comissão, quero, inicialmente, reiterar o sentido das palavras do nobre Senador Heitor Dias, Presidente desta Comissão, o quanto nos desvaneceu, o quanto nos deu prazer essa cortesia do comparecimento de V. Ex^º, para aqui debater. Por esta forma porque todos estamos vendo, os problemas do Distrito Federal, ressaltando-se, ainda, o brilho da sua exposição.

De início, tenho dois grupos de perguntas a fazer a V. Ex^º. No primeiro, perguntas pessoais e, no segundo, indagações de pessoas, de cidadãos do Distrito Federal, que me fizeram intermediário dessas perguntas, porque nós, como representantes do povo, somos, aqui, uma espécie de "antena", razão por que, freqüentemente, estamos recebendo essas indagações, essas mensagens, e, vamos dizer, essas manifestações de perplexidade em face de certas questões referentes à vida do Distrito Federal.

Estou vendo que nos aproximamos das 13 horas, quando geralmente se encerram nos nossos trabalhos. Vou, assim, resumir, formulando as perguntas pessoais e pedir a V. Ex^º que receba as mais, por escrito, e, se V. Ex^º nos puder dar essa honra, de respondê-las também por escrito, para o que terá o prazo de que necessitar, ficariamos imensamente agradecidos.

Minhas duas perguntas referem-se à Educação no Distrito Federal.

Tenho notado — e isto é razoável, porque nós vivemos num mundo de tremendas exigências em matérias dos contrapesos educacionais que a maior preocupação dos nossos colegas tem sido com o aspecto quantitativo da Educação. Todos estão preocupados com o número de analfabetos, e é muito razoável isto, estão preocupados com o número de escolas, com o número de salas de aula, etc. Isto, repito, é muito justo, porque, sem atender a este primeiro aspecto,

nós não poderemos absolutamente atingir aquelas metas desejadas pelo Governo e pelo povo brasileiro: mas gostaria também de estender-me até o aspecto qualitativo dessa Educação. Passarei às perguntas.

A primeira é uma espécie de pergunta eclética, em que há, ao mesmo tempo, o aspecto qualitativo e o aspecto quantitativo. V. Ex^º sabe que, hoje, é uma preocupação no mundo — e, neste momento, também estou dirigindo-me ao seu Secretário de Educação e Cultura, Embaixador Wladimir Murtinho — com a chamada Educação anterior à escolar, quer dizer, pré-escolar. Não gosto de usar este termo, porque, como V. Ex^ºs verão na minha própria pergunta, eu considero também essa Educação como escolar, vamos dizer assim, empregando o termo usual de jardim de infância.

Nota-se, hoje, uma preocupação em todo o mundo civilizado, em todo o mundo desenvolvido, pelo desenvolvimento desse tipo de Educação, desenvolvimento quantitativo, paralelamente a esse tipo de Educação.

Quando estive na Alemanha, em 1969, verifiquei que o Governo alemão estava preocupado com esse aspecto porque achava que a Educação, de jardim de infância, vamos chamá-la pré-escolar, como é a definição do termo, estava deficiente, sobretudo diante de uma verificação que se tinha feito, naquele país e têm sido feita nos outros, de que a criança já em idade muito inferior aos 7 anos tinha capacidade de aprendizagem escolar, e o mundo não estava aproveitando suficientemente essa capacidade iniciando a Educação escolar propriamente dita aos 7 anos e prorrogando-a até os 14 anos.

Agora, o Plano inicial do Distrito Federal continha um verdadeiro sonho, ou seja, um jardim de infância para cada Superquadra, como também continha aquela outra utopia, o de uma escola-parque para cada grupo de 4 Superquadras. Estes sonhos não se realizaram, mas nós sabemos o porquê, e não temos nenhuma crítica a fazer neste ponto.

Quais, portanto, as preocupações e as previsões do Governo do Distrito Federal, com relação a esse tipo de Educação?

É a minha primeira pergunta.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Passarei a palavra ao ilustre Secretário de Educação e Cultura, para que responda a V. Ex^º, mas, antes, quero informar ao ilustre Senador que, ontem mesmo, inaugurei mais duas escadas infantis no Distrito Federal e também uma do 1º Grau, e estamos com os nossos planos no sentido de construir todas as Escolas-Parque previstas no planejamento.

Sr. Presidente, peço permissão para passar a palavra ao meu Secretário de Educação e Cultura.

O SR. WALDIMIR DO AMARAL MURTINHO — Sr. Senador, é com muita alegria que posso responder a V. Ex^º, e com notícias alvissareiras, em relação ao problema pré-escolar.

Brasília, devido ao Plano, traçado por Anísio Teixeira, é de todos os Estados onde o jardim de infância é o mais desenvolvido. Existe mesmo aqui em Brasília, ao contrário dos outros Estados, os jardins de infância governamentais, ou seja, o jardim de infância, em Brasília, faz parte do ensino público. Brasília, consequentemente, tem a tradição, que vem desde 1961, de jardins de infância. Essa tradição fez com que, no Plano-Piloto, nós tenhamos de longe, em qualquer cidade do País, a maior escolarização de jardim de infância, quer na parte pública, quer no ensino particular. Basta lembrar que, no Plano-Piloto, na Asa Sul, 97% das crianças aos seis anos estão no jardim de infância. Mas há algo mais satisfatório, a meu ver. No ano passado, o Sr. Governador me surpreendeu, indagando qual era o meu ponto de vista a respeito do jardim de infância. E me disse, textualmente: "Eu quero mais jardins de infância". Vinha isto inteiramente de encontro a um ponto de vista pessoal, pelo qual estou convicto de que a solução do problema da repetência e da evasão da primeira série do ensino de 1º Grau nesta cidade, certamente no País inteiro, prende-se ao fato de que não damos ênfase suficiente ao ensino pré-escolar, ao jardim de infância, como que V. Ex^º. Em

Brasília, tivemos a oportunidade, primeiro, de receber a colaboração e a orientação do Ministério da Educação e Cultura.

Como sabe V. Ex¹, houve, até muito recentemente, dúvidas se o Ensino Público devia ou não abranger a pré-escolaridade. Nos estudos feitos de comum acordo com o MEC e o Governo do Distrito Federal, chegou-se à clara conclusão de que havia necessidade de que o Ensino Público assumisse a responsabilidade nesse sentido. Entretanto, havia um problema, de que se referia a Constituição não ao Ensino de 1º Grau, e sim à faixa etária de sete a quatorze anos, para o ensino gratuito e obrigatório.

Em Brasília, existe, felizmente, a tradição de que o Tribunal de Contas sempre considerou que o ensino do jardim de infância à pré-escolaridade está incluído no ensino oficial, e nós não fazemos distinção.

Pela reforma recente que o Sr. Governador fez, dos salários do professor, o professor é remunerado pela sua qualificação e tanto pode atuar no 2º Grau, no 1º Grau ou no jardim de infância. Assim, temos diversos professores de formação universitária lecionando no pré-escolar.

Recentemente, com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura — faz isto apenas uma semana — tivemos a oportunidade de realizar, aqui, dois Seminários, um sobre o aspecto lúdico — a necessidade do brinquedo pedagógico — e o segundo sobre a pré-escolaridade.

A esse I Seminário Nacional seguiram-se Seminários que estão sendo realizados por Municípios, primeiro em São Paulo, também, no Estado de Pernambuco e, finalmente, na Guanabara.

Há uma conscientização, Sr. Senador, de que o problema é a forma correta de se resolver a repetência e a evasão, ou seja, essa convicção não existia faz vários anos, mas foi esposada, primeiro, pelo Ministro da Educação e Cultura, na sua *mensagem aos Secretários de Educação*, reunidos aqui em Brasília. Lembrou S. Ex¹, nessa mensagem, a necessidade de que os Secretários de Educação encontrassem a forma pela qual poderiam estender o Ensino de 1º Grau aos pré-escolares. Por outro lado, pela primeira vez, também, o Senhor Presidente da República fez referência expressa, na sua Mensagem ao Congresso Nacional, neste ano, à necessidade de que o problema do Ensino abrangesse do pré-escolar à pós-graduação.

Esta situação permite que os desejos do Governador, de mais jardins de infância, de mais pré-escolares, sejam satisfeitos.

Ilustre Senador, tivemos ainda a oportunidade de, neste ano, com a colaboração do INAN e MEC, em Convênio assinado pelo Governador e pelo Ministro da Educação e Cultura, bem como pelo Presidente do INAN e pelo Secretário de Educação e Cultura, lançar um Programa, pelo qual estendemos as facilidades do Plano-Piloto de Brasília às Cidades Satélites. Nada menos, nobre Senador, abrimos 5.600 vagas. Programa que representa 25% da totalidade das crianças de seis anos das Cidades Satélites. Esse número será dobrado, graças aos recursos que o Governador solicitou, e o Congresso Nacional colocou à nossa disposição. Nós aumentaremos para 10.000; isto é, no ano vindouro, 10.000 alunos de pré-escolar das Cidades Satélites somar-se-ão aos alunos que já temos, em grande número, no Plano-Piloto. O aluno da Cidade Satélite é carente tanto do ponto de vista nutritivo, quanto do ponto de vista cultural. São essas carências de saúde, nutrição e, especialmente, carências de socialização e de conhecimentos, que estamos tentando compensar.

O Sistema adotado que está, agora, sendo estendido ao País, é aproveitarmos as duas horas intermediárias, em que as nossas estruturas escolares estão fechadas, isto é, entre o meio-dia e as 14 horas, e nós estamos levando o aluno de seis anos à escola. Ele, lá, permanece durante duas horas, em sala de aula; posteriormente, continua por mais uma hora e meia, no recinto do colégio, quer no recreio, quer nos auditórios, onde possuímos tais estruturas.

Os resultados, nobre Senador, eram os que deviam ser esperados. Estamos tendo efetivo êxito no Programa de Pré-Escolaridade. A comunidade está respondendo, colaborando conosco, participan-

do no preparo da merenda, cujos recursos nos são dados pelo INAN e representam não apenas uma merenda — como eu me enganei! — mas, uma refeição dada aos nossos alunos. As professoras são do Ensino de 1º Grau, especialmente treinadas, que dão duas horas a mais do seu tempo e são remuneradas, naturalmente, nesse sentido.

Os dados, nobre Senador, em relação a todo o Distrito Federal, são excelentes. Estamos, atualmente, com 49% das crianças de seis anos num Programa de Pré-Escolaridade ou num Programa de Jardim de Infância. Isto, se comparado com qualquer cidade de mais de 100.000 habitantes, supera, longe, qualquer dado estatístico. Mas estamos aferindo o Sistema — e aí responderia a outra pergunta de V. Ex¹. O pré-escolar vai permitir-nos melhorar a qualidade do nosso ensino. O nosso aluno será melhor preparado e aproveitará melhor as facilidades que vai encontrar nas classes.

Como V. Ex¹, eu também acho que o importante não é construir salas de aula, mas o que se dá dentro dessas salas de aula. Devo dizer que tenho a felicidade de ver o Senador Cattete Pinheiro e outros Parlamentares no Conselho Diretor da Fundação Educacional, e essa preocupação pela qualidade é o tema dos nossos debates.

Posteriormente, já reestruturada a máquina administrativa, com o Programa de Construções e o fato de que a Reforma está, de fato, implementada no Distrito Federal, temos essa sorte, porque somos uma Unidade muito pequena, em comparação aos maiores Estados, aí podemos afirmar, nobre Senador, que, nos três próximos anos, a nossa preocupação máxima será pela qualidade do Ensino, que deve tornar Brasília uma cidade à altura do que todos nós esperamos dela e que será, realmente, o Ensino de uma Capital. Obrigado.

O SR. ADALBERTO SENA — Agradeço a resposta de V. Ex¹ e dela tiro duas conclusões. 1º — O Governo do Distrito Federal está preocupado com o problema da repetência na primeira série, problema esse que tem, — e eu também concordo com S. Ex¹ e sempre pensei desta forma — como causa, também, a falta de uma escolaridade anterior. 2º — a Educação, pré-primária, usando a antiga terminologia, já atingiu 49%, na Asa Sul.

Faço votos no sentido de que o Governo atinja os desejados 100%, porque, na realidade, qualquer diferença entre essa escolaridade e a outra, importa no prejuízo da outra que vai arcar com o prejuízo da primeira.

Tenho notado — V. Ex¹ vai perdoar-me esta pergunta, talvez menos indicada que a primeira — certa queda da escolaridade efetiva no II Ciclo do Ensino Público do Distrito Federal — todos nós temos filhos ou parentes nas escolas, e eu, através de uma sobrinha, num dos colégios do Distrito Federal, na rede oficial — e essa escolaridade começou a ser prejudicada, qualitativamente, porque nunca nessa escola — eu sei que o fato se repetiu em outras — as aulas de duas ou três matérias não se iniciaram em fevereiro, mas dois ou três meses depois. Verifiquei, ainda, que houve baixa da escolaridade, em consequência de feriados excessivos, basta dizer que, no mês de outubro, os professores, nesses colégios, pelo menos em outros, tiveram três feriados: um, no dia 15, porque é o Dia do Professor nada mais justo; mais dois, um no dia 28, porque era o Dia do Funcionário Público, e outro no dia 27, porque era véspera do Dia do Funcionário Público.

Eles são funcionários, mas já haviam tido o seu dia, o Dia do Professor.

Outro assunto: durante o mês de setembro, se não me engano, houve um recesso escolar, que atingiu o 2º Ciclo e, penso que outro Ciclo também. Este recesso foi justificado por motivos higiênicos. Há quem diga que esse recesso será compensado, agora, em dezembro, e eu acredito que o seja, mas há alguns alunos que, por seu grande aproveitamento escolar, já têm as suas aprovações garantidas por média. Ora, esses alunos, forçosamente, não farão esse período compensador, mas nem por isso ele deixa de estar prejudicado na sua escolaridade qualitativa, nesse sentido, porque esta parte do programa de que eles não tiveram conhecimento, por não lhes ser dada, eles deixarão de lado na sua incorporação educativa.

Qual a opinião de V. Ex^o a respeito?

Peço desculpas a V. Ex^o, mas nosso desejo, aqui, é cooperar com as nossas observações e não é somente elogiar: é não só mostrar o lado envenenado, digamos assim, mas também as facetas positivas.

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO — Senador, devo dizer que eu também me espanto com o número de feriados que são concedidos, sou realmente, tanto quanto V. Ex^o, contrário a eles. O calendário escolar, a que nós submetemos à Rede, exige 190 dias úteis por ano, e ele é escrupulosamente observado. Mas mesmo assim causa espécie a sucessão de feriados concedidos. São 190 dias e ninguém dá mais, creia, porque, se nós compararmos o resto do País, é o que se dá. Mas eu concordo com V. Ex^o nesse aspecto.

O SR. ADALBERTO SENA — Estou repetindo as expressões, se não me engano, da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO — Sr. Senador, acho que a pessoa se vale do mínimo, mas o calendário é submetido à apreciação do Conselho, que o aprova. Devo dizer que o próprio Conselho, neste ano, já achou terrível o número de dias a ser observado. É o Dia da Cultura, o Dia da Criança, o Dia do Professor, o Dia do Funcionário Público, e nos recomendou — e nós seguimos — maior parcimônia nos feriados. Justa a observação de V. Ex^o.

Quanto ao recesso, devo dizer que, na realidade, esse recesso de setembro já está compensado. O que houve é que, em julho, nós não tivemos o mês inteiro, à semelhança de todos os outros colégios particulares; houve, apenas, 15 dias de recesso, e, em setembro, mais 15 dias de recesso. O motivo que nós levou à medida foi o resultado de que, em setembro, as condições de higiene da Cidade deixaram muito a desejar, face à extrema secura do ar. Portanto, não há uma duplicação de recessos, apenas partilhamos as férias de julho entre julho e setembro. Tenho a cônsciezação de que, a um dado momento, Brasília modificará o seu calendário. A época mais difícil, efetivamente, para se permanecer na Cidade, é setembro, e deveria o recesso de julho se estender a setembro. Agora, diante do fato de que nenhuma escola particular seguiu a nossa sugestão e do fato de que prejudicou profundamente algumas pessoas porque aproveitavam um recesso e outro, nós, decidimos que, para 1976, não haverá o recesso de setembro, que fizemos neste ano, embora tenha tido bons resultados, do ponto de vista sanitário, e péssimos resultados, do ponto de vista da repercussão.

O SR. ADALBERTO SENA — Espero que a ameaça de meningite não se repita.

O SR. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO — Deus queira!

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Ex^o.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Não havendo mais devedores, tem a palavra V. Ex^o para seu último pronunciamento.

O SR. ELMO SEREJO FARIAS — Sr. Senador Heitor Dias, D.D. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus Senhores, para mim foi uma satisfação muito grande aceitar o convite da Presidência deste Órgão Técnico do Senado Federal, para que aqui comparecesse, no sentido de prestar esclarecimentos sobre o nosso Governo. Aproveitei a oportunidade para fazer uma prestação de contas do que fiz até o momento, e do que pretendo fazer no período do meu Governo, porque, quando aqui compareci como candidato indicado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para governar o Distrito Federal, eu não dispunha, efetivamente, de um Plano, e nem poderia tê-lo. Estava ocupado em outras atividades e não poderia, naquele momento, pensar nos problemas de Brasília.

Estou aqui, realmente, integrado, como disse o nosso Senador Paulo Guerra, porque, quando aqui cheguei, procurei visitar, anoni-

mamente, todas as Cidades Satélites, sem que os Administradores tivessem, pelo menos, contato comigo, para que eu sentisse todos os problemas das áreas do Distrito Federal. Assim o fiz, e, hoje, com muita satisfação para o Governo, para o Secretariado, aqui estamos apresentando uma prestação de contas das nossas atividades, e, neste debate democrático, tivemos a oportunidade, não sei se as nossas respostas foram convincentes, mas procuramos responder às arguições, dentro da medida do possível, informando do que estamos fazendo. Mas nós ficamos também, lá no Governo, no Executivo, aguardando as sugestões dos Srs. Senadores ao nosso Governo, porque pretendemos, neste período, dar o máximo ao Distrito Federal, deixar realmente uma obra à altura da Capital do Brasil. A equipe está toda motivada e o Governador também.

Agradeço as palavras de estímulo, porque elas servem sempre para mantermos a continuidade dos nossos trabalhos.

O meu muito obrigado ao Senador Heitor Dias, aos Srs. Senadores, e a todos os presentes. Estaremos sempre à disposição de V. Ex^os para prestar qualquer esclarecimento à Comissão do Distrito Federal do Senado, à área política, com quem mantemos, realmente, o melhor relacionamento. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Antes de encerrar os nossos trabalhos cumpre-me, como Presidente da Comissão do Distrito Federal, não apenas agradecer a presença de S. Ex^o e Sr. Governador com a sua equipe e de quantos aqui se encontram, mas também fazer um rápido esclarecimento, porque estou plenamente consciente do adiantado da hora. É que quem dirige e preside tem responsabilidades muito grandes. Debates foram travados e para todas as perguntas houve a resposta necessária, e aquela que, porventura, pudesse parecer que tivesse sido mais direta, não teve senão também o espírito de cooperar, de colaborar, que foi a pergunta feita pelo nobre Senador José Lindoso, uma das boas expressões do Senado Federal, a quem peço permissão para aduzir algumas considerações ao que aqui foi dito.

Obrigado pelo dever do cargo e, sobretudo, tendo em vista que tantos aqui se encontram e poderiam admitir que assunto da natureza do aqui focalizado nesta reunião passasse indiferente à Comissão ou à Presidência dela. Devo, pois, prestar esclarecimentos especiais ao ilustre Senador e a quantos aqui se encontram e que porventura não tivesse tido conhecimento da atuação no particular da Presidência e da Comissão.

É que os jornais da cidade veicularam a notícia a respeito da aquisição desses tratores. É claro que não participei do Executivo. A minha função é no Legislativo, e sempre atento aos deveres que me cumpre pelo exercício do mandato. Entrei, então, em entendimento imediato com o Sr. Governador e o ilustre Secretário da Agricultura e Produção que, ao lado dos seus companheiros de equipe, é também um nome muito respeitado e muito acatado entre quantos têm mantido contato com a Secretaria que ele dirige. E, na ocasião, o assunto foi debatido plenamente no plenário do Senado e, depois, na Comissão. É um resumo, este que estou fazendo, apenas para alguns que ainda possam ter qualquer dúvida a respeito. Fui eu que tive a oportunidade de trazer os esclarecimentos a esta Casa.

Por que foram comprados esses tratores Caterpillar, sem uma concorrência?

Por que a Fundação queria Caterpillar? Em face do número de tratores que já havia dessa mesma fabricação como frisou novamente o ilustre Secretário, num processo que teve uma tramitação toda regular, com um pronunciamento antes de um consultor jurídico que fez seguir o seu pronunciamento para o ilustre Procurador-Geral que, ao examinar, recordo-me bem, pediu que o assunto fosse encaminhado à Fundação, para que esta, que era o Órgão adquirente, apresentasse, através do seu Conselho, um pronunciamento definitivo; e, esse pronunciamento veio, e o ilustre Procurador, Doutor Matoso, um nome respeitado em Brasília, deu seu parecer favorável, tendo em vista aquela razões todas e mais uma a que S. Ex^o não se

referiu, mas que tenho de memória: é que havia, no Almoxarifado da casa Cr\$ 483.000,00 de peças adquiridas, exatamente para os tratores Caterpillar. Isto, portanto, indicava que havia uma necessidade de preferência para essa aquisição.

E por que foi feita essa aquisição sem a concorrência? Porque, na conformidade do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em que se baseou o despacho, diz o parecer do Procurador:

"A licitação somente será dispensada, a juízo do Governo do Distrito Federal e na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos."

Era o caso. Se só queria comprar Caterpillar, não podia ser o preço de uma empresa Fiat, da Ford ou de qualquer outra.

Bem me recordo ainda de que, na época, o ilustre Senador José Lindoso, que é um homem altamente cônciso dos seus deveres e das suas responsabilidades, não estava presente, encontrava-se no cumprimento de outra missão fora do Senado.

Estas, as explicações que eu devia a esta Casa.

Sr. Governador, anotei, com letras maiúsculas, as referências que V. Ex^e fez ao nobre Senador Cattete Pinheiro, que, no desempenho da Presidência da Comissão do Distrito Federal, não faltou com o apoio e a colaboração à Administração de V. Ex^e

A realidade deste Encontro e, ainda, o espírito de compreensão, de entendimento, que se tem mantido através da Comissão atual com o Governo de V. Ex^e, é um testemunho de que há uma perfeita continuidade, que representa, sobretudo, a compreensão dos deveres que todos nós temos para com a coletividade e para com a nossa Pátria.

Está encerrada a reunião. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos.)

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA—PI)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA—MA)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA—AM)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA—MT)

Suplentes de Secretários:

José Esteves (ARENA—AM)
Alevir Leal (ARENA—AC)
Ruy Carneiro (MDB — PB)
Otair Becker (ARENA—SC)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB → CE)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção Conjunta (Congresso Nacional)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00
Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção I (Câmara dos Deputados)

Seção II (Senado Federal)

Via-Superficie:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00
	Cr\$ 400,00
	Cr\$ 800,00
	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS